

***TIM Participações S.A. e
TIM Participações S.A. e
empresas controladas***

***Informações Trimestrais
30 de junho de 2015***

TIM PARTICIPAÇÕES S.A.
INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
30 de junho de 2015 e 2014

Índice

Balancos Patrimoniais	3
Demonstrações do Resultado.....	5
Demonstrações do Resultado Abrangente	7
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido	8
Demonstrações do Valor Adicionado.....	10
Demonstrações dos Fluxos de Caixa.....	11
Comentário de Desempenho.....	13
Notas Explicativas às Informações Trimestrais	43
Relatório de Revisão dos Auditores Independentes.....	128
Parecer do Conselho Fiscal	130
Declaração dos Diretores sobre as Informações Trimestrais.....	131
Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes.....	132

TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS
Balancos Patrimoniais
30 de junho de 2015 e 31 de dezembro de 2014
(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		06/2015	12/2014	06/2015	12/2014
ATIVO					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	6	61.936	43.455	4.842.123	5.232.992
Contas a receber de clientes	8	329	329	3.146.115	3.537.417
Estoques	9	-	-	327.609	264.033
Dividendos a receber	16	-	385.835	-	-
Impostos e contribuições indiretos a recuperar	10	-	-	1.202.048	1.285.143
Impostos e contribuições diretos a recuperar	11	21.142	20.648	418.848	357.482
Despesas antecipadas	13	-	-	670.782	266.264
Operações com derivativos	42	-	-	113.884	47.541
Arrendamento mercantil – Leasing	19	-	-	1.792	1.525
Outros ativos	15	12.141	12.743	174.664	182.018
		95.548	463.010	10.897.865	11.174.415
Não Circulante					
Realizável a longo prazo					
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	7	111	98	45.339	41.149
Contas a receber de clientes	8	-	-	27.561	29.886
Impostos e contribuições indiretos a recuperar	10	-	-	655.897	574.490
Impostos e contribuições diretos a recuperar	11	-	-	23.998	23.346
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12	-	-	720.289	889.064
Depósitos judiciais	14	67.624	65.631	1.028.339	986.017
Despesas antecipadas	13	-	-	59.369	70.587
Operações com derivativos	42	-	-	472.286	463.157
Arrendamento mercantil – Leasing	19	-	-	195.828	193.511
Outros ativos	15	-	-	12.009	11.926
		67.735	65.729	3.240.915	3.283.133
Permanente					
Investimentos	16	16.349.328	15.101.231	-	-
Imobilizado	17	-	-	9.675.429	8.914.929
Intangível	18	157.556	157.556	9.782.053	9.322.634
		16.574.619	15.324.516	22.698.397	21.520.696
Total do ativo		16.670.167	15.787.526	33.596.262	32.695.111

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais.

TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS
Balanços Patrimoniais
30 de junho de 2015 e 31 de dezembro de 2014
(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		06/2015	12/2014	06/2015	12/2014
PASSIVO					
Circulante					
Fornecedores	20	3.544	1.218	3.975.840	5.402.204
Empréstimos e financiamentos	21	-	-	1.254.951	1.281.554
Arrendamento mercantil – Leasing	1 e19	-	-	18.000	3.642
Operações com derivativos	42	-	-	50.226	67.044
Obrigações trabalhistas	22	1.517	2.119	233.938	208.629
Impostos, taxas e contribuições indiretos a recolher	23	239	225	504.155	645.896
Impostos, taxas e contribuições diretos a recolher	24	7	14	309.107	162.311
Dividendos a pagar	28	60.597	421.002	60.597	421.002
Autorizações a pagar	2	-	-	434.671	493.169
Receitas diferidas	25	-	-	440.566	427.862
Outros passivos		7.571	7.547	22.537	9.943
		73.475	432.125	7.304.588	9.123.256
Não Circulante					
Exigível a longo prazo					
Empréstimos e financiamentos	21	-	-	5.539.029	5.472.865
Operações com derivativos	42	-	-	38.943	-
Arrendamento mercantil – Leasing	1 e19	-	-	1.307.261	326.027
Impostos, taxas e contribuições indiretos a recolher	23	-	-	98	94
Impostos, taxas e contribuições diretos a recolher	24	-	-	235.421	229.027
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12	-	-	567.860	481.173
Provisão para processos judiciais e administrativos	26	3.698	3.603	411.678	406.509
Plano de pensão e outros benefícios pós emprego		-	-	643	645
Provisão para futura desmobilização de ativos	27	-	-	98.758	286.275
Autorizações a pagar	2	-	-	616.620	879.012
Receitas diferidas	25	-	-	881.537	137.585
Outros passivos		29.763	29.764	30.595	30.609
		33.461	33.367	9.728.443	8.249.821
Total Passivo		106.936	465.492	17.033.031	17.373.077
Patrimônio líquido					
Capital social	28	9.866.298	9.866.298	9.866.298	9.866.298
Reservas de capital		1.346.572	1.344.470	1.346.572	1.344.470
Reservas de lucros		4.112.332	4.112.332	4.112.332	4.112.332
Ajustes de avaliação patrimonial		2.303	2.303	2.303	2.303
Ações em tesouraria		(3.369)	(3.369)	(3.369)	(3.369)
Lucros acumulados		1.239.095	-	1.239.095	-
Total do Patrimônio Líquido		16.563.231	15.322.034	16.563.231	15.322.034
Total do passivo e do patrimônio líquido		16.670.167	15.787.526	33.596.262	32.695.111

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais.

TIM PARTICIPAÇÕES S.A.
Demonstrações do Resultado
Nos períodos findos em 30 de junho de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora			
		2ºTRI/2015	06/2015	2ºTRI/2014	06/2014
Receita operacional líquida	30	-	-	-	-
Custo dos serviços prestados e das mercadorias vendidas	31		-	-	-
Lucro bruto		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Despesas operacionais					
Comercialização	32	-	-	-	-
Gerais e administrativas	33	(6.161)	(10.264)	(7.915)	(13.560)
Resultado da equivalência patrimonial em controladas	16	930.379	1.246.262	373.009	750.370
Outras receitas (despesas), líquidas	34	763	416	(11)	(16)
		<u>924.981</u>	<u>1.236.414</u>	<u>365.083</u>	<u>736.794</u>
Lucro operacional		924.981	1.236.414	365.083	736.794
Receitas (despesas) financeiras					
Receitas financeiras	35	1.622	3.053	2.643	3.198
Despesas financeiras	36	(209)	(372)	(2.112)	(2.246)
		<u>1.413</u>	<u>2.681</u>	<u>531</u>	<u>952</u>
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		926.394	1.239.095	365.614	737.746
Imposto de renda e contribuição social	37	-	-	-	-
Lucro líquido do período		<u>926.394</u>	<u>1.239.095</u>	<u>365.614</u>	<u>737.746</u>
Lucro por ação atribuível aos acionistas da Companhia (expresso em R\$ por ação)					
Lucro básico por ação	38	0,3828	0,5120	0,1513	0,3053
Lucro diluído por ação	38	0,3828	0,5119	0,1512	0,3050

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais.

TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS
Demonstrações do Resultado
Nos períodos findos em 30 de junho de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

	Nota	Consolidado			
		2ºTRI/2015	06/2015	2ºTRI/2014	06/2014
Receita operacional líquida	30	4.353.037	8.899.749	4.774.733	9.476.957
Custo dos serviços prestados e das mercadorias vendidas	31	(2.223.461)	(4.538.314)	(2.426.928)	(4.856.702)
Lucro bruto		2.129.576	4.361.435	2.347.805	4.620.255
Despesas operacionais					
Comercialização	32	(1.236.726)	(2.480.056)	(1.291.568)	(2.536.641)
Gerais e administrativas	33	(273.493)	(551.620)	(287.358)	(538.655)
Outras receitas (despesas), líquidas	34	737.512	555.311	(195.056)	(384.161)
		<u>(772.707)</u>	<u>(2.476.365)</u>	<u>(1.773.982)</u>	<u>(3.459.457)</u>
Lucro operacional		1.356.869	1.885.070	573.823	1.160.798
Receitas (despesas) financeiras					
Receitas financeiras	35	159.748	851.110	287.542	445.823
Despesas financeiras	36	(197.977)	(967.077)	(360.247)	(554.363)
	37	<u>(38.229)</u>	<u>(115.967)</u>	<u>(72.705)</u>	<u>(108.540)</u>
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		1.318.640	1.769.103	501.118	1.052.258
Imposto de renda e contribuição social	37	(392.246)	(530.008)	(135.504)	(314.512)
Lucro líquido do período		926.394	1.239.095	365.614	737.746

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais.

TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

Demonstração do Resultado Abrangente
Nos períodos findos em 30 de junho de 2015 e 2014

(Em milhares de reais)

	<u>06/2015</u>	<u>2ºTRI/2015</u>	<u>06/2014</u>	<u>2ºTRI/2014</u>
Lucro líquido do período	926.394	1.239.095	365.614	737.746
Outros componentes do resultado abrangente	-	-	-	-
Total do resultado abrangente do período	<u>926.394</u>	<u>1.239.095</u>	<u>365.614</u>	<u>737.746</u>
Atribuível aos:				
Acionistas da Companhia	<u>926.394</u>	<u>1.239.095</u>	<u>365.614</u>	<u>737.746</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais.

TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS
Demonstrações das mutações do Patrimônio Líquido
Nos períodos findos em 30 de junho de 2015
(Em milhares de reais)

Descrição da Conta	Nota	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Lucros		Ações em tesouraria	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros / Prejuízos Acumulados	Total do Patrimônio Líquido
				Reserva legal	Reserva para expansão				
Saldos em 31 de dezembro de 2014		9.866.298	1.344.470	515.956	3.596.376	(3.369)	2.303	-	15.322.034
Total do resultado abrangente do período									
Lucro líquido do Período		-	-	-	-	-	-	1.239.095	1.239.095
Total do resultado abrangente do período		-	-	-	-	-	-	1.239.095	1.239.095
Total de contribuições de acionistas e distribuições aos acionistas									
Opções de compras de ações	29	-	2.102	-	-	-	-	-	2.102
Total de contribuições de acionistas e distribuições aos acionistas		-	2.102	-	-	-	-	-	2.102
Saldos em 30 de junho de 2015		9.866.298	1.346.572	515.956	3.596.376	(3.369)	2.303	1.239.095	16.563.231

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais.

TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS
Demonstrações das mutações do Patrimônio Líquido
Nos períodos findos em 30 de junho de 2014
(Em milhares de reais)

Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Lucros		Ações em tesouraria	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros / Prejuízos Acumulados	Total do Patrimônio Líquido
			Reserva legal	Reserva para expansão				
Saldos em 31 de dezembro de 2013	9.839.770	1.217.640	438.635	3.099.951	(3.369)	2.013	-	14.594.640
Total do resultado abrangente do período								
Lucro líquido do Período	-	-	-	-	-	-	737.746	737.746
Total do resultado abrangente do período	-	-	-	-	-	-	737.746	737.746
Total de contribuições de acionistas e distribuições aos acionistas								
Opções de compras de ações	-	3.178	-	-	-	-	-	3.178
Dividendos complementares	-	-	-	(485.722)	-	-	-	(485.722)
Total de contribuições de acionistas e distribuições aos acionistas	-	3.178	-	(485.722)	-	-	-	(482.544)
Total das mutações internas do patrimônio líquido								
Constituição de Reserva de Benefício Fiscal	-	881	-	(881)	-	-	-	-
Total das mutações internas do patrimônio líquido	-	881	-	(881)	-	-	-	-
Saldos em 30 de junho de 2014	9.839.770	1.221.699	438.635	2.613.348	(3.369)	2.013	737.746	14.849.842

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais.

TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES E EMPRESAS CONTROLADAS
Demonstrações do Valor Adicionado
Nos períodos findos em 30 de junho de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	06/2015	06/2014	06/2015	06/2014
Receitas				
Receita operacional bruta	-	-	13.455.136	14.205.568
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	(116.064)	(153.256)
Descontos concedidos, devoluções e outros	-	-	(1.313.590)	(1.436.353)
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>12.025.482</u>	<u>12.615.959</u>
Insumos adquiridos de terceiros				
Custos dos serviços prestados e mercadorias vendidas	-	-	(2.996.667)	(3.464.909)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(3.244)	(7.570)	(822.431)	(1.832.730)
	<u>(3.244)</u>	<u>(7.570)</u>	<u>(3.819.098)</u>	<u>(5.297.639)</u>
Retenções				
Depreciação e amortização	-	-	(1.643.891)	(1.487.386)
Valor adicionado líquido produzido	<u>(3.244)</u>	<u>(7.570)</u>	<u>6.562.493</u>	<u>5.830.934</u>
Valor adicionado recebido em transferência				
Resultado de equivalência patrimonial	1.246.262	750.370	-	-
Receitas financeiras	3.053	3.198	851.111	445.822
	<u>1.249.315</u>	<u>753.568</u>	<u>851.111</u>	<u>445.822</u>
Valor adicionado total a distribuir	<u>1.246.071</u>	<u>745.998</u>	<u>7.413.604</u>	<u>6.276.756</u>
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal e encargos				
Remuneração Direta	5.006	4.811	419.996	371.855
Benefícios	4.392	4.206	298.405	265.342
F.G.T.S.	492	519	85.955	74.794
Outros	99	86	28.149	24.923
	23	-	7.487	6.796
Impostos, taxas e contribuições	1.512	1.107	4.479.897	4.334.979
Federais	1.498	1.092	1.765.551	1.612.023
Estaduais	-	-	2.703.460	2.713.986
Municipais	14	15	10.886	8.970
Remuneração de Capitais de Terceiros	458	2.334	1.274.616	832.176
Juros	353	2.237	965.429	552.234
Aluguéis	105	97	309.187	279.942
Remuneração de Capital Próprio	1.239.095	737.746	1.239.095	737.746
Dividendos	-	-	-	-
Lucros retidos	1.239.095	737.746	1.239.095	737.746
	<u>1.246.071</u>	<u>745.998</u>	<u>7.413.604</u>	<u>6.276.756</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais.

TIM PARTICIPAÇÕES S.A.
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA CONTROLADORA
Períodos findos em 30 de junho de 2015 e de 2014
(Em milhares de reais)

	Nota	<u>06/2015</u>	<u>06/2014 reclassificado</u>
Atividades Operacionais			
Lucro antes do IR e CSSL		1.239.095	737.746
Ajustes para reconciliar o resultado ao caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:			
Resultado de equivalência patrimonial	16	(1.246.262)	(750.370)
Provisão para processos judiciais e administrativos		294	2
Atualização monetária sobre depósitos e processos judiciais e administrativos		(334)	(195)
Atualização monetária sobre dividendos		-	(91)
Opções de compra de ações	29	267	556
Redução (aumento) dos ativos operacionais			
Impostos e contribuições a recuperar		(494)	518
Dividendos recebidos		385.835	431.650
Depósitos judiciais		(1.518)	(7.878)
Outros ativos		602	(1.157)
Aumento (redução) dos passivos operacionais			
Obrigações trabalhistas		(602)	300
Fornecedores		2.326	3.765
Impostos, taxas e contribuições		7	(2)
Pagamentos de processos judiciais e administrativos		(341)	(9)
Outros passivos		24	6
		<u>378.899</u>	<u>414.841</u>
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais			
Atividades de investimentos			
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado		(13)	8
		<u>(13)</u>	<u>8</u>
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimentos			
Atividades de financiamentos			
Dividendos pagos		(360.405)	(413.697)
Reembolso de dividendos		-	-
		<u>(360.405)</u>	<u>(413.697)</u>
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamentos			
Aumento em caixa e equivalentes de caixa, líquidos			
		<u>18.481</u>	<u>1.152</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do período		43.455	19.112
Caixa e equivalentes de caixa no final do período		<u>61.936</u>	<u>20.264</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais.

TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADO
Períodos findos em 30 de junho de 2015 e de 2014
(Em milhares de reais)

	Nota	<u>06/2015</u>	<u>06/2014 reclassificado</u>
Atividades Operacionais			
Lucro antes do IR e CSLL		1.769.104	1.052.258
Ajustes para reconciliar o resultado ao caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:			
Depreciação e amortização	45	1.643.891	1.487.386
Ganho na venda de ativo imobilizado baixado - Torres		(917.548)	-
Valor residual de ativo permanente baixado		1.463	4.057
Juros das obrigações decorrentes de descontinuidade de ativos		2.725	2.644
Provisão para processos judiciais e administrativos	26	152.283	118.586
Atualização monetária sobre depósitos e processos judiciais e administrativos		11.034	29.066
Juros, variação monetária e cambial s/ empréstimos e outros ajustes financeiros		324.501	294.354
Juros incorridos - leasing passivo	36	44.838	21.806
Juros incorridos - leasing ativo	35	(11.803)	(20.571)
Atualização monetária sobre dividendos		-	2.064
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	32	116.064	153.256
Opções de compra de ações	29	2.103	3.179
Redução (aumento) dos ativos operacionais			
Contas a receber de clientes		314.959	(241.903)
Impostos e contribuições a recuperar		(59.913)	(261.003)
Estoques		(63.575)	(69.033)
Despesas antecipadas		(393.300)	(446.130)
Depósitos judiciais		(19.683)	(113.831)
Outros ativos		11.539	(28.443)
Aumento (redução) dos passivos operacionais			
Obrigações trabalhistas		25.309	30.767
Fornecedores		(1.526.933)	(1.091.876)
Impostos, taxas e contribuições		(279.135)	(194.305)
Autorizações a pagar		(338.796)	31.747
Pagamentos de processos judiciais e administrativos	26	(180.787)	(116.101)
Receita diferida		(51.929)	44.496
Outros passivos		(41.382)	(28.205)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		<u>535.029</u>	<u>664.265</u>
Atividades de investimentos			
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado		(4.190)	(11.626)
Caixa recebido na venda de ativo imobilizado		1.897.277	-
Adições ao ativo imobilizado e intangível		(2.071.602)	(1.647.837)
Obrigações decorrentes de desmobilização de ativos		(36.712)	(6.101)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		<u>(215.227)</u>	<u>(1.665.564)</u>
Atividades de financiamentos			
Novos empréstimos		-	1.925.191
Amortização de empréstimos		(608.164)	(390.145)
Pagamento de leasing financeiro		(25.788)	(21.606)
Recebimento de leasing financeiro		9.219	-
Dividendos pagos		(360.405)	(413.697)
Operações com derivativos		274.467	(61.432)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamentos		<u>(710.671)</u>	<u>1.038.311</u>
(Redução) aumento em caixa e equivalentes de caixa, líquidos		<u>(390.869)</u>	<u>37.012</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do período		5.232.992	5.287.642
Caixa e equivalentes de caixa no final do período		<u>4.842.123</u>	<u>5.324.654</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais.

TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

Comentário de Desempenho

A TIM PARTICIPAÇÕES S.A. Anuncia seus Resultados Consolidados do Segundo Trimestre de 2015

Destques Operacionais

- **Pós-pago com forte ritmo de +11% A/A no 2T15**, e atingindo 18% da nossa base de clientes. No primeiro semestre, adicionamos mais de 1 milhão de usuários;
- **Os clientes 4G atingiram 3,8 milhões de usuários (+3,9x A/A)**
- **A penetração de smartphones na base total de usuários alcançou ~60%**, impulsionada pela venda de smartphones que representou 93% do mix em 2T15;
- **O ARPU inovativo cresceu 42% A/A no 2T15**, mais rápido do que a base de usuários de dados (+7% A/A);
- **A infraestrutura permanece como alta prioridade, os investimentos totalizaram R\$ 1,2 bilhão no 2T15;**
- **A Live TIM atingiu 166 mil usuários no 2T15**, liderando as adições de Ultra Banda Larga com 34% de participação nas adições líquidas;

Destques Financeiros

- **Serviços Móveis Inovadores (receita líquida de dados ex-SMS) continuam em forte ritmo com +44% A/A**. No 1S15, o crescimento ficou em 45% A/A;
- **Receita líquida fixa acelerando para +15% A/A no 2T15**, trazendo o crescimento do primeiro semestre para ~14% A/A;
- **Iniciativas de controle de custos em ação**: despesas operacionais orgânicas caíram 11% A/A no trimestre e 8% no 1S15;
- **Margem EBITDA (orgânica) continua a expansão no comparativo anual, atingindo 29,2% no 2T15**. A Margem EBITDA de serviço (excluindo o negócio de aparelhos) atingiu 35,4% no 2T15.

	DESCRIÇÃO	2T15	2T14	% A/A	1S15	1S14	% A/A
Operacional	Base de Clientes ('000)	74.600	74.203	0,5%	74.600	74.203	0,5%
	Pré-pago	61.061	61.963	-1,5%	61.061	61.963	-1,5%
	Pós-pago	13.540	12.239	10,6%	13.540	12.239	10,6%
	Penetração de Smartphones (%)	59,5%	38,6%	20,9p.p.	59,5%	38,6%	20,9p.p.
Financeiro (R\$ milhares)	Receita Líquida Total	4.353.037	4.774.732	-8,8%	8.899.749	9.476.957	-6,1%
	Receita Líquida de Serviços	3.784.451	3.984.519	-5,0%	7.724.035	8.084.159	-4,5%
	Receita Líquida Móvel Inovativa	1.150.283	798.588	44,0%	2.194.316	1.515.354	44,8%
	Receita Líquida Fixa	159.165	138.239	15,1%	317.401	279.065	13,7%
	Custos da Operação Orgânicos ¹	(3.081.125)	(3.443.836)	-10,5%	(6.288.336)	(6.828.772)	-7,9%
	EBITDA Orgânico ¹	1.271.912	1.330.896	-4,4%	2.611.413	2.648.184	-1,4%
	Margem EBITDA Orgânico ¹	29,2%	27,9%	1,3p.p.	29,3%	27,9%	1,4p.p.
	Lucro Líquido Orgânico ¹	290.752	365.614	-20,5%	603.452	737.746	-18,2%
	Investimentos	1.184.410	1.044.349	13,4%	2.108.158	1.657.226	27,2%

¹ Excluindo o impacto da venda de torres

Comentário de Desempenho

MENSAGEM DO CEO

Prezados Acionistas, Analistas e Stakeholders,

Durante o segundo trimestre de 2015, continuamos a observar o que tínhamos destacado no início do ano, que é um ambiente macroeconômico difícil, com um cenário de alta inflação e contração da economia, que deverá apresentar um crescimento negativo durante o ano, revertendo as projeções de crescimento moderado desenvolvidas no final de 2014.

Também havíamos destacado em nossa primeira mensagem trimestral a transformação significativa da indústria móvel em direção a um mundo de dados, e durante este segundo trimestre, não só esta tendência continuou, como foi bastante acelerada pelos efeitos do cenário macroeconômico sobre a confiança do consumidor, levando a um declínio mais rápido de receitas de voz e uma transição mais acentuada para o uso de dados do que o anteriormente previsto, já que os usuários maximizam o uso dos serviços de dados como forma de otimização do seu consumo total.

Esta tendência de rápida substituição de voz por dados, ainda que esperada, veio em um ritmo que, se por um lado confirma nossa estratégia de nos tornarmos uma empresa centrada em dados - com os correspondentes investimentos em infraestrutura e inovação nas ofertas de dados - por outro lado, também acelera a velocidade com que as receitas de voz são impactadas no curto prazo, em particular no segmento pré-pago, onde a otimização dos gastos leva a uma redução no uso e nas receitas de voz e ao início de uma tendência de consolidação nos múltiplos SIM cards, potencialmente antecipando os impactos de uma redução do efeito comunidade. Podemos observar a confirmação desta tendência pela ampla redução do MOU (Minutos de Uso) e das receitas de voz no setor, e pela redução da base geral de clientes pré-pagos no país no último mês do segundo trimestre.

Embora essas tendências de curto prazo sejam significativas e possam se confirmar desafiadoras, especialmente para o crescimento da Receita e do EBITDA nos próximos trimestres, acreditamos firmemente que a nossa estratégia industrial de longo prazo permaneça absolutamente sólida: sustentar um acelerado plano de investimento para a construção de uma robusta estratégia de dados centrada em 4G, continuar criando ofertas inovadoras de serviços e se preparar para entregar uma experiência única e diferenciada para o usuário como um marco da evolução da TIM em direção a um futuro da indústria centrado em dados.

Em meio a este cenário, a TIM entregou no segundo trimestre um sólido conjunto de resultados nos seus principais indicadores estratégicos para o futuro, incluindo um forte ritmo nos serviços de dados,

TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

Comentário de Desempenho

que cresceram 44% no 2T, impulsionados por um aumento da penetração de smartphones, do ARPU de dados e dos usuários 4G. Este desempenho também foi ajudado pela continuidade no sólido crescimento de nossa base pós-paga, que vem crescendo acima da média do mercado durante 2015, e chegou a 11% de crescimento anual em 2T. Outro indicador positivo foi o retorno do crescimento de nossas operações fixas, que apresentaram um crescimento das Receitas de +15,1% no 2T15.

Ainda que o crescimento global das receitas tenha sido impactado por uma acentuada redução das vendas de aparelhos, conforme nos aproximamos de um cenário no qual a penetração de smartphones cresce a um ritmo mais moderado, e ainda que as receitas de serviços móveis e EBITDA permaneçam sendo impactados pela redução da VU-M (tarifa de terminação móvel), durante o segundo trimestre a empresa foi capaz de melhorar a margem EBITDA, que no 2T15 cresceu quase 2 pontos percentuais quando comparado ao 2T14, atingindo 29,2%, entre as melhores margens EBITDA do setor no Brasil.

Sustentando investimentos acelerados em infraestrutura

Em linha com nossa estratégia de construir uma infraestrutura de dados muito robusta, agora e para o longo prazo, a empresa foi capaz de entregar no 2T15 mais um período de sólida implantação de infraestrutura, atingindo quase R\$ 1,2 bilhão de investimento, focado principalmente na expansão de sua rede 3G, 4G e infraestrutura de transmissão em fibra.

Durante o 2T15 nosso projeto MBB (focado no desenvolvimento de banda larga móvel) atingiu a marca de quase 160 cidades cobertas, ou aproximadamente 45% da população urbana do país, com a infraestrutura de acesso e de transmissão necessária para fornecer serviços de elevada qualidade e dados de alta velocidade, posicionando a TIM para estar na vanguarda da adoção de dados nas cidades mais importantes do país. No 2T15 também se viu um avanço significativo na implementação da rede 4G, com um aumento de mais de 25% no número de sites, o que manteve a TIM como a operadora com o maior número de sites 4G nas capitais estaduais do Brasil. Em linha com a expansão da rede, os nossos indicadores de qualidade também continuam a demonstrar uma melhoria muito significativa, e durante o trimestre pudemos alcançar outro aumento na taxa de transferência média de nossos serviços de dados, que atingiu velocidades acima da média do mercado, além de mencionar um excelente desempenho em todos os principais indicadores de qualidade da Anatel, levando a uma melhoria não apenas nas métricas apuradas, mas também na percepção do usuário.

Outro trimestre de sólido crescimento dos dados

TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

Comentário de Desempenho

Como destacado, dados e serviços inovadores cresceram 44% no 2T15, sustentados pelo aumento no tráfego de dados de mais de 30% e do ARPU de dados de cerca de 42%. A penetração de smartphones sobre a base de usuários chegou a 59% no trimestre, posicionando a base para o crescimento futuro, e os usuários 4G, que consomem em média mais de três vezes a quantidade de dados que os usuários 3G, atingiram uma base de clientes de quase 4 milhões de usuários. Com esse desempenho, a receita de VAS Móvel atingiu uma penetração de 35% das receitas totais de serviços, acima dos 27% do ano anterior. Sobre as Receitas Geradas, o desempenho de dados móveis compensou o declínio nas receitas de voz, levando a um pequeno crescimento positivo no que chamamos de "receita sainte", que são as receitas efetivamente geradas por nossa base de clientes e que não dependem de receitas de interconexão. Esse desempenho é chave para levar ao crescimento futuro da receita, pois à medida em que os dados se tornem uma parte maior das receitas globais, as receitas de serviços móveis naturalmente voltarão a apresentar crescimento positivo.

Ofertas e Base de Clientes: Proteger o valor da base de clientes, enquanto aumentamos a base de clientes de valor

À medida em que reconhece a aceleração das tendências do setor no Brasil, a TIM tem ajustado o seu portfólio de oferta e o seu foco na aquisição de assinantes para "proteger o valor de sua base de clientes aumentando a sua base de clientes de valor". O foco da TIM no "Big Middle" dos consumidores brasileiros se baseia no seu volume e relevância para o crescimento futuros, à medida em que mais e mais brasileiros começam a consumir serviços de dados móveis. Diante do atual cenário, a TIM tem promovido ajustes de oferta para proteger o valor de sua base de clientes pré-pagos aumentando a sua qualidade – incluindo um posicionamento de ofertas mais atraentes para os consumidores impactados pela nossa atual situação econômica. Além disso, na extremidade superior da nossa base, a companhia tem elevado o seu posicionamento de mercado para ser capaz de obter bom desempenho não apenas nos planos controle, mas também na atração de clientes pós-pagos puros, com ofertas e combos inovadores no segmento de alto valor. O nosso recente desempenho na participação de adições líquidas no segmento pós-pago indica que estamos na direção certa, com a base de clientes pós-pagos crescendo a um ritmo de dois dígitos e alcançando 11% de crescimento ano contra ano no segundo trimestre.

Operação eficiente aumentando a margem EBITDA e preservando posição financeira sólida

A abordagem disciplinada para a eficiência operacional e controle de custos permaneceu e foi intensificada durante o segundo trimestre, à medida em que trabalhamos para atenuar o impacto de

TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

Comentário de Desempenho

curto prazo de um período de crescimento de receita mais desafiador. Com a intensificação do foco em transformar a operação e muitos de seus processos, a empresa foi capaz de obter uma redução de 10,5% nas despesas operacionais no segundo trimestre, com redução em praticamente todos os seus componentes-chave exceto custos de pessoal, dado o impacto da internalização de algumas funções quando comparado com o ano passado, bem como o efeito da inflação sobre os salários. Como resultado de todos esses esforços, chegamos a uma margem EBITDA de 29,2%, um crescimento substancial quando comparado com o mesmo período do ano passado. A performance do EBITDA foi impactada pela desaceleração da receita e ainda pelo impacto significativo das reduções de VU-M, além de alguns efeitos não recorrentes relativos à interconexão, levando a uma contração do EBITDA de -4,4%. Também é importante considerar que no segundo trimestre os resultados não recorrentes reportados carregam o efeito da transação envolvendo a venda de torres, o que ajudou a impulsionar o EBITDA não recorrente total em mais R\$ 900 milhões e o Lucro Líquido não recorrente em mais R\$ 600 milhões, levando a um crescimento reportado significativo seja do EBITDA seja do lucro líquido. A posição financeira líquida da empresa continua muito sólida em 2.6 R\$ bilhões ou uma relação dívida líquida/EBITDA de apenas 0.48x, permitindo que a empresa tenha total flexibilidade na sua gestão financeira.

Conclusão e Perspectivas

Concluindo, nós reconhecemos um período de curto prazo mais desafiador para o crescimento das receitas e, eventualmente, do EBITDA, mas reforçamos a nossa mensagem sobre a forte confiança na direção estratégica da empresa, acompanhada de uma sólida execução de seu plano industrial. Ao sustentar os seus investimentos em uma infraestrutura de dados robusta e preparada para o futuro, continuar a ajustar as ofertas inovadoras para permitir o crescimento dos dados e da qualidade de sua base de usuários e desenvolver as condições para diferenciar a experiência do cliente, acreditamos firmemente que a empresa terá sucesso no seu posicionamento durante este período de transição acelerada da indústria, fazendo com que sejam naturalmente alcançados os resultados estratégicos, operacionais e financeiros. Como de costume, eu gostaria de destacar o incrível comprometimento de toda a equipe em fazer dessa visão uma realidade, através de um enorme foco no reposicionamento da TIM como uma das líderes na transição do mercado brasileiro para o mundo dos dados móveis.

Rodrigo Abreu
CEO

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS**

Comentário de Desempenho

DESEMPENHO FINANCEIRO

RECEITAS OPERACIONAIS

DESCRIÇÃO	Análise Trimestral			Análise Anual		
	2T15	2T14	% A/A	1S15	1S14	% A/A
R\$ Milhares						
Receita Bruta	6.635.167	7.162.503	-7,4%	13.455.137	14.205.568	-5,3%
Receita Bruta de Serviços	5.740.123	6.014.599	-4,6%	11.682.234	12.195.042	-4,2%
Serviços Móvel e Outras Receitas	5.497.016	5.793.628	-5,1%	11.202.993	11.752.472	-4,7%
Assinatura e Utilização	2.456.721	2.751.247	-10,7%	5.040.945	5.552.984	-9,2%
VAS - Serviços adicionais	1.912.886	1.577.565	21,3%	3.738.604	3.077.103	21,5%
Longa Distância	683.682	771.408	-11,4%	1.406.168	1.586.398	-11,4%
Interconexão	372.412	627.616	-40,7%	847.679	1.402.920	-39,6%
Outras Receitas	71.315	65.792	8,4%	169.596	133.069	27,5%
Serviços Fixo e Outras Receitas	243.107	220.971	10,0%	479.242	442.570	8,3%
Receita Bruta de Produtos	895.043	1.147.904	-22,0%	1.772.903	2.010.526	-11,8%
Impostos e descontos s/ receita total	(2.282.130)	(2.387.771)	-4,4%	(4.555.388)	(4.728.612)	-3,7%
Impostos e descontos s/ receita de serviços	(1.955.672)	(2.030.080)	-3,7%	(3.958.199)	(4.110.883)	-3,7%
Impostos e descontos s/ venda de produtos	(326.457)	(357.690)	-8,7%	(597.189)	(617.729)	-3,3%
Receita Líquida Total	4.353.037	4.774.732	-8,8%	8.899.749	9.476.957	-6,1%
Receita Líquida de Serviços	3.784.451	3.984.519	-5,0%	7.724.035	8.084.159	-4,5%
Receita Líquida de Serviços Móveis Inovativos	1.150.283	798.588	44,0%	2.194.316	1.515.354	44,8%
Receita Líquida de Produtos	568.586	790.214	-28,0%	1.175.714	1.392.798	-15,6%

A Receita Bruta Total atingiu R\$13.455 milhões no primeiro semestre (-5,3% A/A), ainda impactada por um declínio mais forte da VU-M e pelo ambiente macroeconômico mais difícil, parcialmente compensados por um forte crescimento da receita de dados. Quanto ao 2T15, a receita bruta totalizou R\$6.635 milhões (-7,4% A/A), principalmente impactada pela queda de 40,7% nas receitas de interconexão.

Vale notar que a Receita bruta do Negócio Gerado (voz+dados) ficou estável em relação ao 1S14, mesmo em um cenário de aceleração da transição do setor de voz para dados e um ambiente econômico mais desafiador.

A abertura da receita bruta e outros destaques são apresentados a seguir:

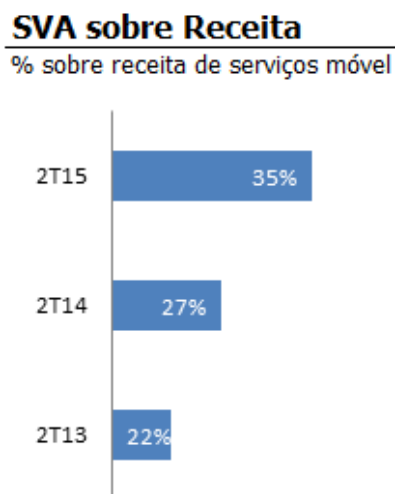
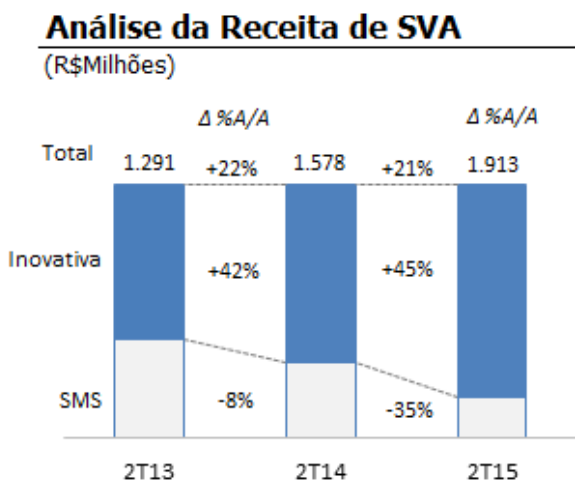
A receita bruta de Assinatura e Utilização atingiu R\$5.040 milhões no 1S15 (-9,2% A/A), e R\$2.457 milhões no 2T15 (-10,7% A/A). Esta linha foi principalmente impactada por um cenário macroeconômico mais difícil e pela contínua migração em direção à utilização de dados.

A receita bruta de Serviços de Valor Agregado (SVA) totalizou R\$3.739 milhões na primeira metade de 2015, um sólido crescimento de dois dígitos de 21,5%. Este resultado se deve principalmente ao forte crescimento de 45,3% A/A na receita inovativa, parcialmente compensados pela contínua redução do SMS, que teve queda de 31,6% A/A. No segundo trimestre de 2015, as receitas de SVA alcançaram R\$1.913 milhões, um aumento de 21,3% A/A, mais uma vez impulsionado pelo aumento de 48,7% A/A na receita inovativa. Tudo isso suportado pelo nosso nível de investimento e ofertas inovadoras.

Com relação ao primeiro semestre de 2015, SVA alcançou 33,4% do total da receita bruta de serviços móveis em comparação a 26,2% no 1S14. **No 2T15, SVA representou aproximadamente 35%** (um aumento de 8 p.p. em relação a 27% no 2T14).

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS**

Comentário de Desempenho

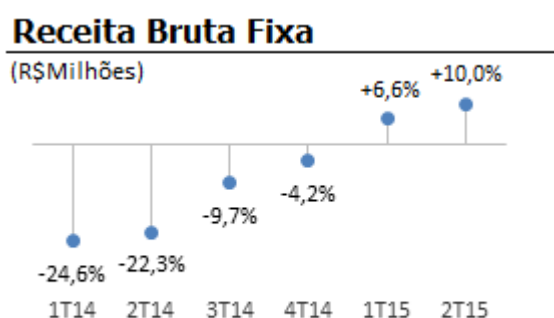


Fonte: Companhia

A receita bruta de Longa Distância chegou a R\$1.406 milhões no 1S15, e R\$684 milhões no 2T15, ambos os períodos com uma queda de 11,4% em relação ao ano anterior. Tal desempenho é explicado, principalmente, por um processo de comoditização deste serviço e a mudança de chamadas de voz para plataforma de dados.

A receita bruta de Interconexão no 1S15 caiu 39,6% A/A para R\$848 milhões, devido ao impacto do corte de 33% da VU-M neste trimestre, juntamente com a intensificação da substituição do SMS por aplicativos de mensagens. Para o 2T15, a receita bruta de interconexão totalizou R\$372 milhões, uma queda de 40,7% A/A.

A receita bruta do negócio fixo, incluindo "TIM Soluções Corporativas", "TIM Fixo" e "Live TIM", totalizou R\$243 milhões neste trimestre, um sólido aumento de 10,0% quando comparado com o mesmo período do ano passado. Esse desempenho prova o sucesso dos negócios de ultra banda larga e a estratégia para reestruturar a TIM Soluções Corporativas (ex-Intelig). No primeiro semestre de 2015, as receitas fixas atingiram R\$479 milhões, um aumento de 8,3% A/A.



Fonte: Companhia

Outras Receitas Móveis atingiram R\$170 milhões no primeiro semestre de 2015, um aumento de 27,5% A/A, impulsionado principalmente pelo crescimento no compartilhamento de infraestrutura. Já para o 2T15, a linha apresentou uma alta de 8,4% A/A, devido ao impacto negativo da venda de torres.

TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

Comentário de Desempenho

A receita bruta de Produtos diminuiu em 11,8% A/A, atingindo R\$1.773 milhões no primeiro semestre do ano. Para o 2T15, as receitas caíram 22,0% A/A, atingindo R\$895 milhões. Esse desempenho está sendo impulsionado por uma redução no número de aparelhos vendidos (-48,2% A/A no 2T15 e -38,2% em 1S15), devido a um cenário macroeconômico mais difícil. O aumento do preço médio (47,9% A/A no 2T15 e 41,0% A/A no 1S15) devido a um melhor mix de vendas (smartphones) ajudou a compensar esta queda.

Como resultado, a Receita Líquida Total atingiu R\$8.900 milhões (-6,1% A/A) no 1S15 e a Receita Líquida de Serviços atingiu R\$7.724 milhões (-4,5% A/A). A receita líquida do Negócio Gerado cresceu 2,1% no mesmo período. Já para o 2T15, a receita líquida total atingiu R\$4.353 milhões (-8,8% A/A).

A Receita Média por Usuário (ARPU) atingiu R\$16,1 no 2T15, uma queda de -7,2% ano contra ano, em grande parte afetada pelos já mencionados corte da VU-M e pela desaceleração macroeconômica. Já o ARPU de dados teve um crescimento significativo de 19,0% A/A.

A partir do 2T15, começamos a apresentar uma nova linha de receita líquida, denominada receita "Inovativa" para melhor indicar as tendências do negócio. A receita "Inovativa" consiste na receita de SVA excluindo a receita de SMS.

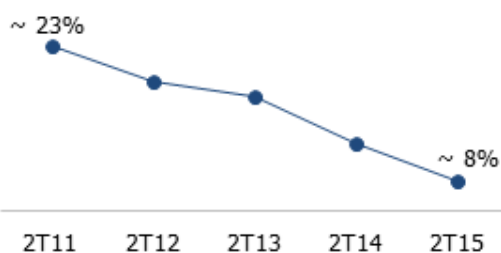
Receita Líquida Móvel Inovativa atingiu R\$2.194 milhões no 1S15, um sólido aumento de 44,8% A/A. Já para o segundo trimestre, as receitas inovativas totalizaram R\$1.150 milhões (+44,0% A/A). Ambos os desempenhos foram impulsionados por um crescimento contínuo de usuários de dados, atingindo 41,4% da base total de clientes (contra 38,8% no 2T14), enquanto a utilização (BoU) aumentou 31,8% em comparação com o 2T14. Além disso, a penetração de smartphones atingiu 59,5% da base de clientes (38,6% no 2T14).

Como consequência dos consecutivos cortes da VU-M e da crescente importância da receita Inovativa, a magnitude da incidência da VU-M sobre a receita líquida de serviços vem diminuindo significativamente, tendo alcançado seu nível mais baixo em cerca de 8%.

O MOU (minutos de uso) atingiu 119 minutos no 2T15, uma queda de 13,6% quando comparado ao 2T14, principalmente devido à migração de uso, intensificação de novas tecnologias

Exposição a VU-M sobre Receita

(% sobre Receita Líq de Serviços)



Fonte: Companhia

relacionadas a dados e a consequente menor utilização dos serviços de voz tradicionais.

CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS**

Comentário de Desempenho

DESCRIÇÃO	Análise Trimestral			Análise Anual		
	2T15	2T14	% A/A	1S15	1S14	% A/A
R\$ Milhares						
Custos Orgânicos¹ da Operação	(3.081.125)	(3.443.836)	-10,5%	(6.288.336)	(6.828.772)	-7,9%
Custo de pessoal	(263.437)	(229.822)	14,6%	(517.141)	(457.589)	13,0%
Comercialização	(966.093)	(1.025.703)	-5,8%	(1.950.122)	(2.005.899)	-2,8%
Rede e interconexão	(937.666)	(1.010.578)	-7,2%	(1.951.764)	(2.205.056)	-11,5%
Gerais e administrativas	(128.850)	(178.396)	-27,8%	(272.035)	(328.248)	-17,1%
Custo dos produtos vendidos	(637.249)	(828.012)	-23,0%	(1.294.706)	(1.473.856)	-12,2%
Provisão para devedores duvidosos	(59.524)	(77.152)	-22,8%	(116.064)	(153.256)	-24,3%
Outras receitas (despesas) operacionais	(88.306)	(94.173)	-6,2%	(186.503)	(204.868)	-9,0%
Custos da Operação Ex-CMV	(2.443.876)	(2.615.824)	-6,6%	(4.993.630)	(5.354.917)	-6,7%
Custos Reportados da Operação	(2.163.578)	(3.443.836)	-37,2%	(5.370.789)	(6.828.772)	-21,4%

¹ Excluindo o efeito da venda de torres

No primeiro semestre de 2015, os Custos e Despesas Operacionais Orgânicos totalizaram R\$6.288 milhões, uma queda de 7,9% A/A, enquanto no 2T15 atingiram R\$3.081 milhões (-10,5% A/A). Os Custos e Despesas Operacionais Orgânicos totais excluem o ganho gerado pela venda de torres de R\$917,5 milhões. A diminuição dos custos orgânicos ainda está sendo impulsionada por uma forte economia com custos de rede e interconexão (-11,5% A/A), uma queda do volume de aparelhos vendidos e, portanto, uma queda no custo dos produtos vendidos (-12,2% A/A). Estes efeitos mais do que compensaram o aumento nas despesas com pessoal (+13,0% A/A) no período.

As despesas operacionais no 2T15 são detalhadas abaixo:

As Despesas com Pessoal totalizaram R\$517 milhões no 1S15, um aumento de 13,0% A/A devido ao crescimento do número total de funcionários, do reajuste dos salários ligeiramente acima da inflação, além de outros benefícios. O número de funcionários chegou a 12.930 pessoas no período, um aumento de 3,6% ou 447 pessoas, quando comparado com o ano passado. Este aumento foi impulsionado, principalmente, pela expansão das lojas próprias (para 179 no 2T15 de 166 no 2T14). No 2T15, as despesas com pessoal atingiram R\$263 milhões, um aumento de 14,6% A/A, como resultado da tendência descrita acima e pelo impacto de um aumento de preços de 25% em planos de saúde após uma decisão do órgão regulador do setor (ANS).

As despesas com Vendas e Marketing atingiram R\$1.950 milhões no 1S15 (-2,8% A/A) e R\$966 milhões no 2T15 (-5,8% A/A), impulsionadas por uma redução nas despesas de comissionamento e publicidade devido, basicamente, a desaceleração macroeconômica e uma maior eficiência em campanhas de marketing, aliada a um menor número de eventos patrocinados.

Os custos de Rede e Interconexão totalizaram R\$1.952 milhões no 1S15, um declínio de 11,5% A/A. O desempenho foi fortemente impactado pelo corte da VU-M, queda no tráfego de voz e SMS *off-net* junto com a queda dos custos de linhas alugadas. No 2T15, rede e interconexão atingiram R\$938 milhões, uma queda de 7,2% no período, devido às razões acima referidas e

TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

Comentário de Desempenho

parcialmente compensadas por novos arrendamentos de propriedades para implantação de *sites* e custos incrementais com eletricidade.

As despesas Gerais e Administrativas (G&A) totalizaram R\$272 milhões, uma redução de 17,1% A/A e no 2T15, as despesas de G&A alcançaram R\$129 milhões (-27,8% A/A). O desempenho de ambos os períodos foi devido, principalmente, a queda nas despesas com serviços de consultoria jurídica relacionados ao processo de venda de torres e a economia nos custos de manutenção gerada por um plano de eficiência posto em prática este ano.

O Custo de Produtos Vendidos atingiu R\$1.295 milhões no 1S15, uma queda de 12,2% quando comparado ao mesmo período do ano passado, acompanhando a queda do número de aparelhos vendidos (-38,2% A/A), devido a um ambiente macroeconômico mais difícil. **No 2T15, o custo de produtos vendidos caiu para R\$637 milhões (-23,0% A/A),** também impactado pelo volume acima mencionado. No entanto, o preço médio dos aparelhos vendidos aumentou 41,0% A/A no 1S15 devido a um melhor mix de vendas.

A inadimplência no 1S15 chegou a R\$116 milhões e, como percentual da receita bruta, atingiu 0,86% no período (contra 1,08% no 1S14), mantendo um desempenho resiliente mesmo em um cenário macroeconômico mais difícil. No 2T15, a inadimplência totalizou R\$60 milhões, ou 0,90% como percentual da receita bruta.

Outras despesas operacionais orgânicas totalizaram R\$187 milhões no 1S15, uma queda de 9,0% no período, principalmente devido a contingências menores. Outras despesas operacionais orgânicas excluem o impacto de R\$ 917,5 milhões da venda de torres.

Os custos de aquisição de clientes (onde o SAC = subsídio + comissionamento + total de despesas de publicidade) chegaram a R\$31 por adições brutas no 2T15, um aumento de 6,8% A/A, enquanto a proporção SAC/ARPU (indicando o retorno do investimento por cliente) atingiu 2,3x no 2T15, um aumento de 16,8% quando comparado com o 2T14 devido à nova abordagem sobre os clientes pós-pagos. O segmento pós-pago aumentou 10,6% no período, especialmente no plano híbrido ("Plano Controle"), com +31,3% A/A.

TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

Comentário de Desempenho

DO EBITDA AO LUCRO LÍQUIDO

DESCRIÇÃO	Análise Trimestral			Análise Anual		
	2T15	2T14	% A/A	1S15	1S14	% A/A
R\$ Milhares						
EBITDA	1.271.912	1.330.896	-4,4%	2.611.413	2.648.184	-1,4%
Margem EBITDA	29,2%	27,9%	1,3pp	29,3%	27,9%	1,4pp
Depreciação & Amortização	(832.591)	(757.072)	10,0%	(1.643.891)	(1.487.386)	10,5%
Depreciação	(455.628)	(407.479)	11,8%	(904.616)	(809.308)	11,8%
Amortização	(376.963)	(349.594)	7,8%	(739.275)	(678.078)	9,0%
EBIT	439.321	573.824	-23,4%	967.522	1.160.799	-16,7%
Margem EBIT	10,1%	12,0%	-1,9pp	10,9%	12,2%	-1,38pp
Resultado Financeiro Líquido	(38.227)	(72.706)	-47,4%	(115.965)	(108.541)	6,8%
Despesas financeiras	(257.035)	(256.616)	0,2%	(504.091)	(434.527)	16,0%
Receitas financeiras	219.868	184.469	19,2%	387.353	327.949	18,1%
Variações cambiais, líquidas	(1.060)	(560)	89,5%	772	(1.962)	-139,4%
Lucro antes dos impostos	401.094	501.117	-20,0%	851.557	1.052.258	-19,1%
Imposto de renda e cont. social	(110.342)	(135.504)	-18,6%	(248.105)	(314.512)	-21,1%
Lucro Líquido	290.752	365.614	-20,5%	603.452	737.746	-18,2%
ORGÂNICO¹						
EBITDA	2.189.459	1.330.896	64,5%	3.528.960	2.648.184	33,3%
Margem EBITDA	50,3%	27,9%	22,4pp	39,7%	27,9%	11,71pp
Depreciação & Amortização	(832.591)	(757.072)	10,0%	(1.643.891)	(1.487.386)	10,5%
EBIT	1.356.868	573.824	136,5%	1.885.069	1.160.799	62,4%
Resultado Financeiro Líquido	(38.227)	(72.706)	-47,4%	(115.965)	(108.541)	6,8%
Lucro antes dos impostos	1.318.641	501.117	163,1%	1.769.104	1.052.258	68,1%
Imposto de renda e cont. social	(392.246)	(135.504)	189,5%	(530.009)	(314.512)	68,5%
Lucro Líquido	926.395	365.614	153,4%	1.239.095	737.746	68,0%

¹ Excluindo o efeito da venda de torres

EBITDA

No primeiro semestre de 2015, o EBITDA Orgânico (Lucro antes de Juros, Impostos, Depreciação e Amortização) totalizou R\$2.611 milhões, uma queda de 1,4% em relação aos R\$2.648 milhões no 1S14. Este desempenho deveu-se, principalmente, a um ambiente macroeconômico mais difícil, ao impacto do corte da VU-M e da transição de voz para dados. Quanto ao segundo trimestre de 2015, o EBITDA Orgânico totalizou R\$1.272 milhões, uma redução de 4,4% A/A.

A margem EBITDA Orgânica apresentou mais uma vez uma melhoria significativa de 1,4 p.p., alcançando níveis históricos para um primeiro semestre em 29,3% contra 27,9% no mesmo período do ano passado. Para o 2T15, a margem EBITDA melhorou 1,3 p.p., chegando a 29,2% (contra 27,9% no 2T14).

A margem EBITDA orgânica sobre serviços (excluindo a receita e custos de aparelhos) atingiu 35,3% no 1S15, um aumento de 2,2 p.p. quando comparado a 33,1% no mesmo período do ano passado. Para este trimestre, a margem sobre os serviços atingiu 35,4%, uma expansão anual de 1,1 p.p.

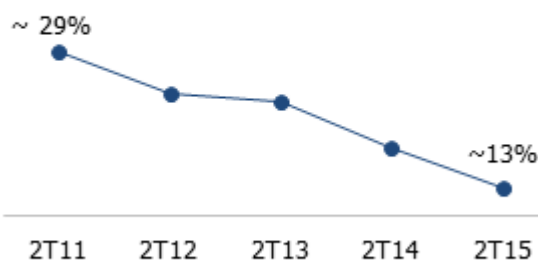
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

Comentário de Desempenho

Seguindo uma trajetória semelhante à exposição de receitas, a incidência da VU-M sobre o EBITDA orgânico têm caído significativamente, atingindo seu nível mais baixo em ~13%, no 2T15.

Exposição VU-M sobre EBITDA

(% sobre EBITDA Orgânico)



Fonte: Companhia

O EBITDA reportado totalizou R\$3.529 milhões no 1S15, um crescimento de 33,3% quando comparado ao mesmo período do ano passado.

Esta é uma consequência da conclusão da primeira parcela de venda de torres sendo concluída em abril-15 (efeito líquido de R\$917,5 milhões), que é detalhada mais adiante neste documento. Para o trimestre, o EBITDA reportado totalizou R\$2.189 milhões.

EBIT

No primeiro semestre de 2015, a Depreciação e Amortização totalizaram R\$1.644 milhões, um aumento de 10,5% A/A devido ao aumento no número de equipamentos de rede decorrentes do incremento de CAPEX previsto em nosso Plano Industrial. No trimestre, a depreciação e amortização totalizaram R\$833 milhões um crescimento de 10% no período, pela mesma razão citada acima.

Seguindo o aumento na depreciação e amortização, **o EBIT Orgânico (lucro antes de juros e impostos) totalizou R\$968 milhões no 1S15,** apresentando redução de 16,7% A/A. A margem EBIT atingiu 10,9% (contra 12,2% no 1S14). Quanto ao segundo trimestre de 2015, o EBIT Orgânico totalizou R\$439 milhões, uma redução de 23,4% A/A.

RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

No 1S15, o resultado financeiro líquido foi de -R\$116 milhões, um pequeno aumento em relação aos -R\$109 milhões no mesmo período do ano passado, com despesas financeiras em R\$504 milhões (um aumento de 16,0% A/A) e receitas financeiras de R\$387 milhões (um aumento de 18,1% A/A) acompanhando o aumento da taxa de juros.

Quanto ao 2T15, o resultado financeiro líquido totalizou -R\$38 milhões (-47,8% A/A). O aumento das despesas financeiras, que atingiram R\$257 milhões no 2T15 (+0,2% A/A), foi mais que compensado por maiores receitas financeiras que somaram R\$220 milhões (+19,2% A/A), altamente impactadas por juros mais altos sobre a posição de caixa e efeitos positivos de *hedge*.

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS**

Comentário de Desempenho

IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

No 1S15, o Imposto de Renda e Contribuição Social Orgânico atingiu R\$248 milhões, apresentando uma queda de 21,1% quando comparado aos R\$315 milhões no mesmo período do ano passado, devido a redução na base de cálculo do imposto de renda e contribuição social (o lucro antes de impostos diminuiu 19,1% A/A). **A taxa efetiva de imposto diminuiu para 29,1% no 1S15 em comparação com 29,9% no 1S14.**

LUCRO LÍQUIDO

No 1S15, o Lucro Líquido Orgânico totalizou R\$603 milhões, uma queda de 18,2% A/A. O lucro por ação (LPA) atingiu R\$0,25 no 1S15 (contra R\$0,30 no 1S14). Quanto ao segundo trimestre de 2015, o Lucro Líquido Orgânico totalizou R\$291 milhões, uma redução de 20,5% A/A, com o LPA atingindo R\$0,12 (contra R\$0,15 no 2T14).

No 2T15, o Lucro Líquido Reportado totalizou R\$926 milhões, um aumento de 153,4% A/A. O lucro por ação (LPA) reportado atingiu R\$0,38.

CAPEX

No 1S15, o Capex totalizou R\$2.108 milhões, um aumento de 27,2% quando comparado ao 1S14, acompanhando o Projeto Turbo que está acelerando a expansão da nossa infraestrutura.

Vale destacar que ~90% do Capex total no primeiro semestre foi dedicado a infraestrutura, amplamente relacionada às tecnologias 3G e 4G.

DÍVIDA, CAIXA, E FLUXO DE CAIXA LIVRE

A Dívida Bruta atingiu R\$7.494 milhões no final de junho/15, incluindo o reconhecimento do *leasing* em um valor total de R\$ 977 milhões, decorrentes da venda de torres.

A dívida da Companhia está concentrada em contratos de longo prazo (84% do total), compostos principalmente por meio do financiamento com o BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) e com o BEI (Banco Europeu de Investimento), assim como empréstimos de outras grandes instituições financeiras locais e internacionais.

Aproximadamente 34% da dívida total está denominada em moeda estrangeira (USD) e é 100% protegida através de instrumentos de *hedge* em moeda local. **No 2T15, o custo médio da dívida foi de 11,56%** em comparação com 9,74% no 2T14. No entanto, o aumento do custo da dívida foi mais do que compensado pelo maior rendimento do caixa.

TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

Comentário de Desempenho

Caixa e equivalentes de caixa totalizaram R\$4.842 milhões até o final de junho/15, uma queda em comparação com R\$5.325 milhões em junho/14. Enquanto os recursos provenientes da venda de torres acima referida, que totalizaram R\$1.897 milhões, contribuíram para aumentar o caixa, esta conta foi negativamente impactada por:

- i) R\$1.678 milhões pagamento referente a aquisição da frequência 700MHz realizado em dez/14;
- ii) R\$1.025 milhões do pagamento de FISTEL feito em março/15;
- iii) R\$370 milhões pagamento relacionado à limpeza do espectro feito em abril/15 e
- iv) R\$360 milhões de dividendos pagos em junho/15.

O rendimento médio de caixa alcançou 13,25% no 2T15 em comparação a 10,92% no 2T14.

Considerando o EBITDA dos últimos 12 meses, a **relação Dívida Líquida/EBITDA foi de 0.48x no 2T15** em comparação a 0,19x no 2T14. Devido aos pagamentos mencionados acima, a dívida líquida aumentou de R\$1.031 milhões no 2T14 para R\$2.652 milhões no fechamento do 2T15.

O Fluxo de Caixa Operacional Livre Orgânico foi negativo em R\$1.146 milhões no 1S15, (+44,8% contra o 1S14), negativamente impactado por um aumento de 27,2% no Capex, que foi parcialmente compensado por um desempenho melhor do capital de giro quando comparado com o 1S14. No trimestre, o Fluxo de Caixa Operacional Livre Orgânico totalizou R\$431 milhões, comparado a R\$779 milhões no 2T14.

O Fluxo de Caixa Líquido Orgânico no 1º semestre de 2015 totalizou -R\$1.928 milhões em comparação com -R\$1.634 milhões no mesmo período do ano passado. No trimestre, o Fluxo de Caixa Líquido Orgânico totalizou -R\$83 milhões, comparados com R\$101 milhões no 2T14.

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS**

Comentário de Desempenho

IMPACTOS DE VENDAS DE TORRES

Neste trimestre, a TIM concluiu o primeiro fechamento no âmbito do acordo de Venda de Torres assinado em novembro de 2014, com a American Tower do Brasil (ATC) que compreendia a venda de 6.481 torres por ~R\$ 3 bilhões em dinheiro. Em 29 de abril de 2015, a TIM transferiu 4.176 torres para a ATC e recebeu ~R\$ 1,9 bilhões em dinheiro. O contrato de locação Master (MLA) define a relocação das torres transferidas por um período de 20 anos. De acordo com o IAS17, essa operação deve ser registrada como (1) venda e (2) *leaseback* e de acordo com suas exigências, o *leaseback* foi contabilizado como um *leasing* financeiro.

Veja abaixo a reconciliação dos impactos nas Demonstrações Financeiras e suas respectivas notas explicativas para mais detalhes:

<u>Notas</u> <u>Explicativas das</u> <u>Demonstrações</u> <u>Financeiras</u>	<u>Preço de compra</u>	
Nota 1	Entrada de caixa	1.897.277
Nota 17	Valor contábil líquido das torres transferidas	-306.656
	<u>(1) Ganho relacionado com componentes vendidos</u>	
Nota 34	Parte do preço de compra atribuída aos componentes vendidos	920.733
	Valor contábil líquido e outros custos	-157.482
Nota 27	Baixa da provisão do ARO	154.297
Nota 1 e 34	Ganho sobre componentes vendidos	917.548
	Impostos	-281.903
	Ganho sobre a venda líquido de impostos	635.645
	<u>(2) Ganho relacionado com componentes relocados</u>	
Nota 34	Parte do preço de compra relacionado com os componentes relocados	976.544
	Valor contábil líquido e outros custos	-167.960
Nota 25 e 34	Ganho diferido	808.584
Nota 19	<u>Leasing Financeiro registrado no Passivo</u>	976.544
Nota 17	<u>Ativos tangíveis</u>	976.544
	<u>Efeitos NFP</u>	920.733

*Em milhares de reais

Comentário de Desempenho

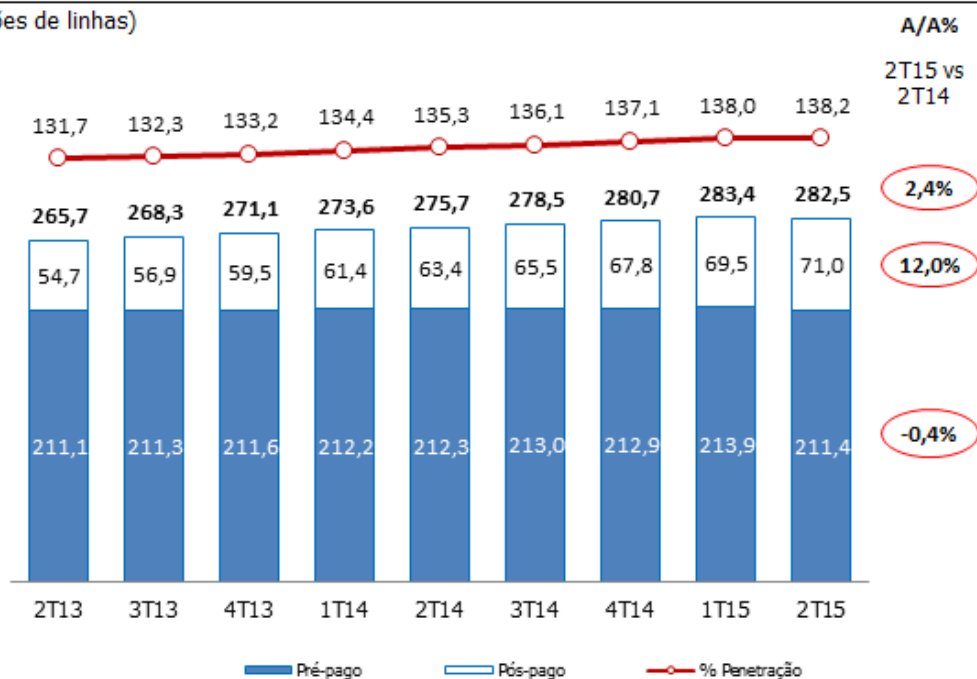
DESEMPENHO OPERACIONAL

VISÃO GERAL DO MERCADO BRASILEIRO DE TELEFONIA MÓVEL

O mercado de telefonia móvel brasileira atingiu 282,5 milhões de linhas até o final do 2T15, o que representa um crescimento anual de 2,4%, enquanto a taxa de penetração foi de 138,2%, contra 135,3% no 2T14. A base total de assinantes diminuiu o ritmo em relação aos trimestres anteriores, principalmente devido à alta penetração de mercado, com os clientes utilizando múltiplos SIM-cards, à desaceleração macroeconômica e políticas de desconexão mais austeras. No entanto, alguns segmentos ainda estão experimentando um forte crescimento, como os planos híbridos (conhecidos como "Controle") e planos de dados.

Mercado Móvel Brasileiro

(Milhões de linhas)

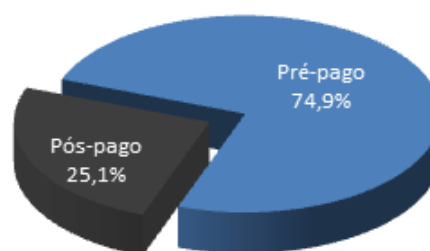


Fonte: Anatel

- O segmento pós-pago chegou a 71,0 milhões de linhas em junho (+12,0% em relação a junho de 2014) com adições líquidas alcançando 1,5 milhões de linhas (contra 2,1 milhões no mesmo período do ano passado).

Base Total do Mercado

Jun/15



Fonte: Anatel

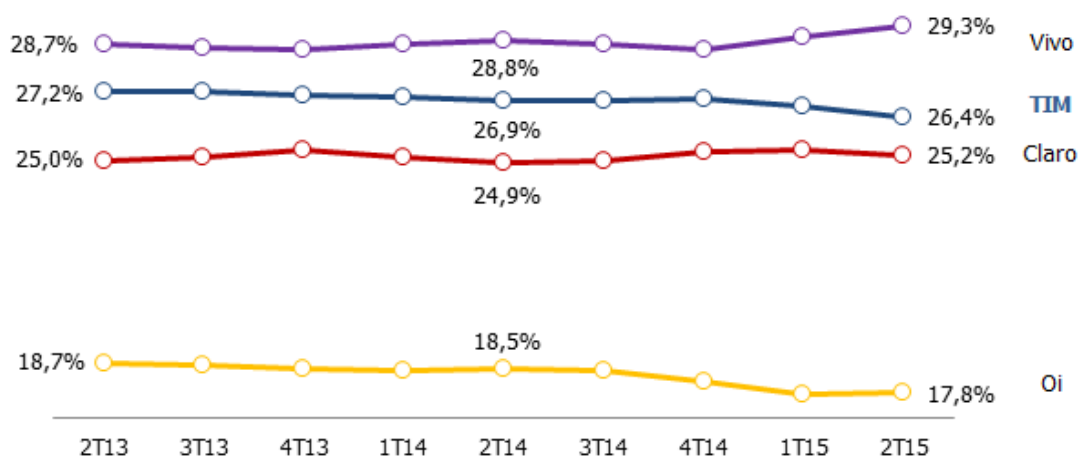
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

Comentário de Desempenho

- O segmento pré-pago chegou a 211,4 milhões de linhas (praticamente estável na comparação anual), respondendo por 74,9% do total do mercado brasileiro (contra 77,0% no 2T14). As adições líquidas pré-pagas totalizaram -2,5 milhões de linhas (contra 62,1 mil no mesmo período do ano passado).

A TIM manteve a sua posição de Market Share em relação ao 2T14, conforme descrito abaixo:

Market Share Total



Fonte: Anatel

DESEMPENHO DA TIM

A base de assinantes da TIM atingiu 74,6 milhões de linhas ao final do 2T15, um crescimento de 0,5% quando comparado no mesmo período do ano passado.

Na tecnologia 3G, a base de assinantes total terminou o 2T15 com 43,2 milhões de usuários, um aumento significativo de 42,8% em relação ao 2T14, demonstrando o sucesso da estratégia da empresa de equipar seus clientes com smartphones para estimular a penetração dos serviços de dados entre seus usuários.

Quanto ao 4G, a base de assinantes alcançou 3,8 milhões de usuários até o final de junho/15, um aumento de 25,4% em relação à base de março/15 ou +773,1 mil no trimestre, uma prova de que a estratégia de 4G da Companhia continua dando resultados.

TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

Comentário de Desempenho

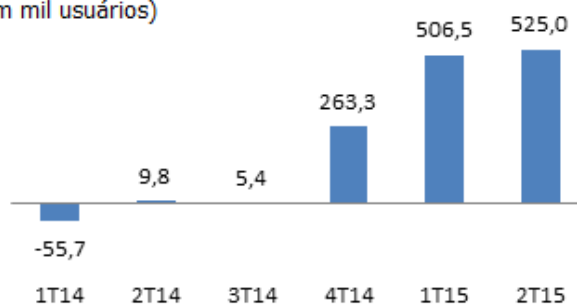
As adições líquidas totalizaram -1,1 milhão de linhas (contra 286,1mil no mesmo período do ano passado), como resultado de um menor número de adições brutas (8,8 milhões de linhas e redução de 6,5% contra o 2T14) e desconexões maiores (9,9 milhões de linhas no período com alta de 9,0% A/A), seguindo uma nova diretriz para tentar reduzir o efeito "washing machine". Consequentemente, o *churn* no 2T15 aumentou para 13,2% de 12,3% no mesmo período do ano passado.

A base de clientes pós-pagos chegou a 13,5 milhões de usuários em junho de 2015, um crescimento anual de +10,6%. Durante o 2T15, a TIM adicionou 525 mil usuários no segmento pós-pago (contra 10 mil adições líquidas no mesmo período do ano passado).

Já para o segmento pré-pago, o 2T15 encerrou com 61,1 milhões de usuários, uma queda de 1,5% A/A. O "Infinity Pré" respondeu por 58,2 milhões de usuários ou 95,4% da base de clientes pré-pagos. A TIM manteve a liderança no mercado pré-pago, com um *Market share* de 29%, graças à sua posição pioneira, simplicidade e conceitos transparentes.

Evolução das Adições Líquidas no Pós-pago

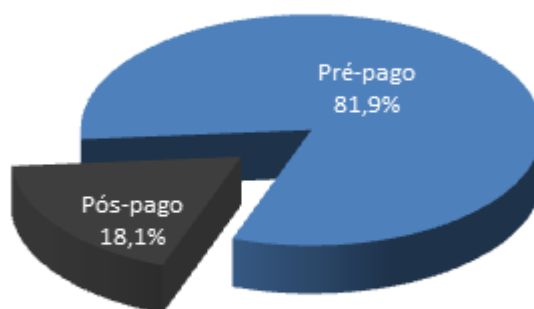
(Em mil usuários)



Fonte: Anatel

Base Total da TIM

Jun/15



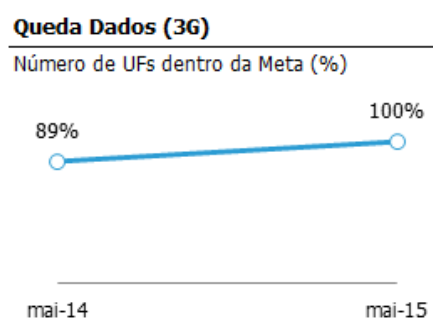
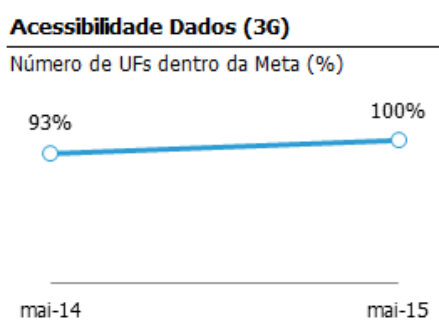
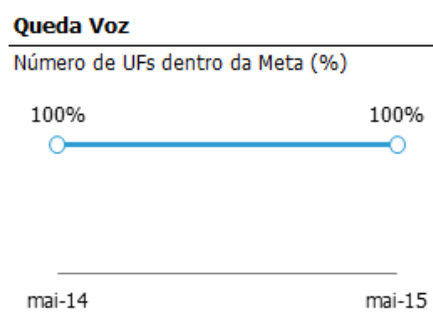
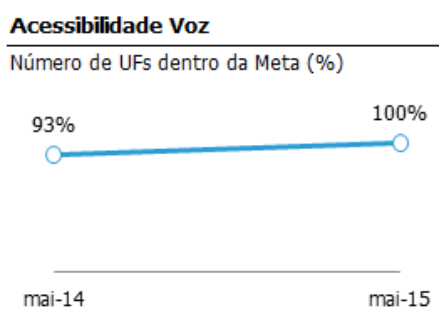
Fonte: Companhia

Comentário de Desempenho

QUALIDADE E REDE

DESENVOLVIMENTO DA QUALIDADE

Neste trimestre, a TIM tem o orgulho de anunciar que alcançou um marco importante em termos de qualidade da rede. De abril a maio (últimos dados disponíveis), a Companhia cumpriu todas as metas da Anatel para serviços de Voz e Dados (3G+4G), em todos os estados. Esta conquista é resultado do forte compromisso com a qualidade e o nosso objetivo de acelerar o desenvolvimento da infraestrutura, especialmente para apoiar a expansão de dados, proporcionando uma melhor experiência de uso para os nossos clientes. Os KPIs de qualidade de rede descritos abaixo são baseados no número de estados que atenderam a meta da agência e são os números oficiais divulgados pela Anatel.

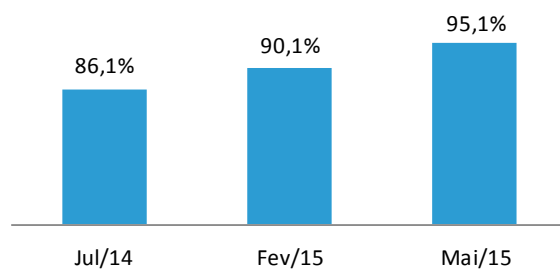


Fonte: Anatel

Na sequência dos resultados do Plano de Qualidade de 2 anos (agosto/12 a julho/14), divulgado pela Anatel em fevereiro/2015, a Companhia atualizou o cálculo de indicadores dentro da meta usando a metodologia e os dados oficiais da agência para maio/15 (últimos disponíveis). Essa métrica foi baseada nos indicadores de rede da Anatel (acessibilidade e queda), tanto de voz e dados de mais de 26 estados e o Distrito Federal, suas capitais e cidades com mais de 300 mil habitantes. Em maio/15, a TIM mostrou outro avanço significativo, alcançando 95,1% de todas as métricas dentro da meta da Anatel (contra 90,1% em fevereiro/15 e 86,1% em jul/14).

Evolução do Plano de Qualidade

(% de Métricas dentro da Meta da Anatel)



Fonte: Anatel; Calculado internamente de acordo com a metodologia da agência

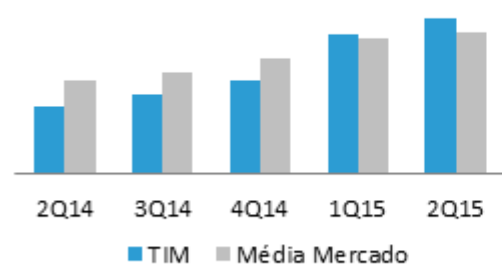
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

Comentário de Desempenho

Em relação aos indicadores de qualidade relacionados ao uso de dados, particularmente no teste de velocidade (medida pelo Ookla¹), a TIM se orgulha em anunciar que vem melhorando continuamente o seu desempenho nas métricas de Taxa de Transferência e Latência. A taxa de transferência média (*download*) na rede 2G/3G no 2T15 apresentou um avanço de 128% A/A, aumentando a diferença e ficando acima da média do mercado por dois trimestres consecutivos. Quanto à latência, a TIM manteve-se como a Companhia com os mais baixos níveis de latência, estando 23% abaixo da média de mercado.

Taxa de Transferência (Kbps)

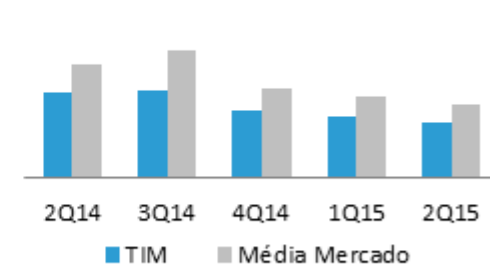
(Downlink nas redes 2G/3G)



Fonte: base de dados da Ookla¹ (média nacional)

Latência (ms)

(Nas redes 2G/3G)

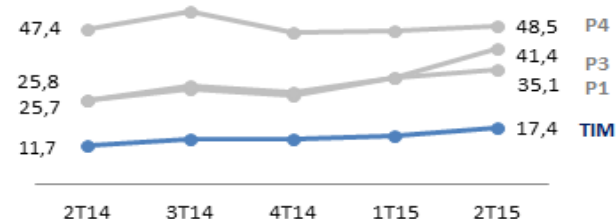


Fonte: base de dados da Ookla¹ (média nacional)

Quanto aos indicadores de atendimento, o grupo TIM (fixo e móvel) manteve a sua posição de ser o grupo econômico menos demandado em órgãos de proteção do consumidor (PROCON – SINDEC²), com um volume de exigências 58% inferior à média do mercado no trimestre.

Reclamações no PROCON

(Total por grupo econômico, em milhares)



Fonte: SENACON/MJ

EVOLUÇÃO DA REDE

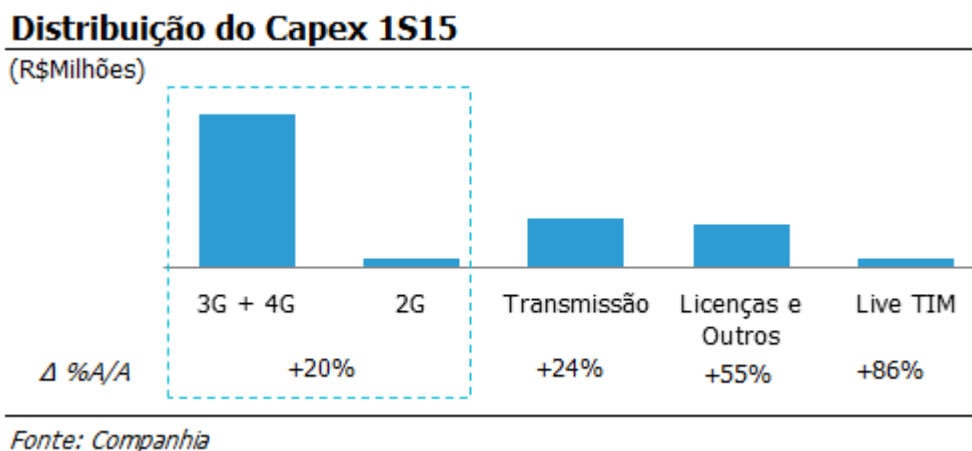
Quanto à evolução da rede, cobertura e capacidade continuam sendo o ponto central da infraestrutura e a TIM está dedicando grande esforço (financeiro e operacional) para manter sua sólida expansão. No 2T15, foram implementados 5,4 mil km de fibra ótica junto a outros projetos de rede, como densificação de sites, expansão de Wi-Fi e *small cells*, desenvolvimento da infraestrutura de *backhauling*, sintonia fina de *cell-site* entre outros. Estas iniciativas estão permitindo que a Companhia continue a melhorar a sua qualidade de rede. Veja abaixo a distribuição do Capex no 1S15.

¹ O relatório foi gerado e criado a partir da análise da TIM sobre o NetMetrics Report fornecido pelo Speedtest.net.

² O SINDEC é o Sistema Nacional de Defesa do Consumidor, que integra 376 agências (PROCONs). Estima-se que estes PROCONs representam 45% do total de reclamações no Brasil. Os números consideram os segmentos de telefonia celular e fixa. Devido a problemas técnicos reportados pela agência, os dados podem sofrer alteração.

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS**

Comentário de Desempenho



O projeto TIM Wi-Fi acelerou no segundo trimestre e acrescentou 192 novos *hotspots*, totalizando mais de 1,7 mil em todo o país. Comparando com o mesmo período de 2014, o número de *hotspots* aumentou 71%.

No 1S15, o Projeto Banda Larga Móvel (MBB) adicionou 32 novas cidades no *roll out* de implementação. Além das novas cidades, a Companhia também concentrou os seus esforços na densificação da cobertura de mais de 40 cidades que haviam sido incluídas em 2014 e são o pilar do crescimento das receitas de SVA móvel. No 2T15, o projeto MBB atingiu 157 cidades e a meta é completar 195 até o final de 2015.

O ganho médio de transferência para as cidades que completaram o projeto MBB é marcante, provando a eficiente abordagem do projeto, gerenciando Acesso (HSPA+ e *dual carrier*), Transporte (*backhaul* e *backbone* usando FTTS e links de microondas de alta capacidade) e IP-Core (*cacheing*, *peering* e trânsito).

Além do desenvolvimento de infraestrutura, a Companhia também está focada na expansão da cobertura 4G através de *refarming*. O projeto consiste na otimização da cobertura e a ampliação do número de locais com tecnologia 4G usando, principalmente, a banda de 1.800MHz e reorganizando a utilização de frequências de acordo com a disponibilidade de espectro.

Cerca de 95% da população urbana possui cobertura GSM. No 2T15, a cobertura 3G expandiu para 209 novas cidades, atingindo 1.623 ou 81,1% da população urbana. Quanto aos serviços 4G, a TIM terminou o primeiro semestre de 2015 com 39,3% da população urbana brasileira coberta, +3,7 p.p. quando comparado ao mesmo período de 2014.

Comentário de Desempenho

PROGRESSO DE MARKETING

Oferta de WhatsApp estendida a todos os segmentos no 2T15

Na sequência do grande sucesso nos últimos trimestres, Companhia ampliou a oferta de WhatsApp para todos os segmentos, incluindo o principal plano pré-pago, o Infinity. Os clientes do Liberty, Liberty Controle e Liberty Controle Express também são capazes de enviar mensagens ilimitadas, compartilhar fotografias e vídeos através do app sem consumir sua franquia de dados.



a

Este benefício está associado com a oferta da Infinity Web+Torpedo sem qualquer aumento da tarifa diária. Mediante o pagamento de R\$ 0,99/dia, além de SMS ilimitado para qualquer operadora e 10MB de limite de dados, os clientes também têm mensagens WhatsApp ilimitadas.

O Infinity Web+Torpedo também está disponível com 30MB (R\$ 1,25/dia), 100MB (R\$ 2,29/dia) e 200MB (R\$ 3,29/dia) de franquia de dados. As ofertas de 100 e 200MB foram lançadas no 2T15, buscando atender o crescente consumo de dados dos clientes.

Segmento Corporativo

Buscando inovação no segmento B2B, a TIM lançou no 2T15 o plano 'TIM Empresa Tarifa Flat', com um conceito único. O cliente contrata um pacote de 100, 400 ou 800 minutos com uma taxa fixa de R\$ 0,29 por minuto, independentemente se a chamada é local/interurbana, on-net/off-net e pacote/off-bundle. O cliente tem também chamadas locais ilimitadas entre os funcionários da empresa (usando números TIM) e pacotes de dados de 100MB e 1GB. O preço é fixado em R\$ 16,90/mês + pacote de voz escolhido.

Negócio de Aparelhos

No 2T15, a TIM lançou o esperado Galaxy S6, conhecido como o mais poderoso smartphone da Samsung. A TIM está oferecendo descontos especiais para os clientes que atualizarem o Samsung Galaxy S4 ou S5 para o novo Galaxy S6, e contratarem o plano Liberty de 6GB+800 minutos. Os preços com desconto começam em R\$ 499. Todos os aparelhos vendidos pela TIM são desbloqueados e podem ser pagos em até 12 parcelas, utilizando um cartão de crédito.

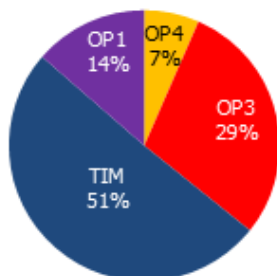


TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

Comentário de Desempenho

Market Share de Smartphones

(% das vendas entre as operadoras)



Fonte: Grupo GfK (Maio de 2015)

Apesar de um ambiente macroeconômico mais difícil, onde o mercado de celulares encolheu nos primeiros cinco meses do ano (-3,9% A/A), a TIM manteve a posição de liderança em vendas de smartphones entre operadores em maio, aumentando o seu Market share de 48% no 1T15 a 51% em maio.

Outras Iniciativas de Marketing



Abrindo Portas Azuis - Neste trimestre, a TIM lançou uma nova campanha institucional chamada "Abrindo Portas Azuis", onde são destacadas experiências únicas em que a conexão móvel fez toda a diferença. A Empresa apresentou histórias reais de seus clientes e convidou o público a se inspirar e a também contar suas histórias.

'WhatsAppeando Sem Parar' - Para reforçar a parceria bem-sucedida entre a TIM e o WhatsApp, a Companhia lançou uma campanha digital bem humorada, misturando situações da vida real com "exageros cômicos" que ilustram como os brasileiros usam o aplicativo de mensagens para tudo.



App 'Portas Abertas' - Para reforçar seu compromisso com a qualidade e a melhoria do serviço, a TIM renovou o app 'Portas Abertas', lançada em 2013. O aplicativo é parte da plataforma de transparência da operadora e permite aos clientes monitorar a expansão da rede da Companhia, consultar dados de cobertura e relatar possíveis falhas. Entre as novas funcionalidades do aplicativo estão ferramentas que oferecem mais alternativas para relatar problemas e buscar incidentes na rede ou manutenção programada pela cidade. O aplicativo já tem 86 mil downloads voluntários e recebe mais de 25 mil colaborações por mês.

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS**

Comentário de Desempenho

Live TIM: crescimento resiliente com inovação contínua



A Live TIM terminou o 2T15 com mais de 165 mil clientes de ultra banda larga, um forte crescimento de 74% quando comparado com o mesmo período de 2014, acrescentando 16 mil novos clientes no trimestre. A maioria dos nossos clientes escolhe a oferta de 35Mbps, no entanto, à medida que nossa carteira cresce, os clientes estão aderindo a planos de velocidades mais altas.

No final do 2T15, a Live TIM contava com aproximadamente 27,9 mil edifícios conectados (em comparação com 14,3 mil no 2T14), e um mercado potencial de mais de 1,8 milhão de clientes endereçáveis em São Paulo e Rio de Janeiro. Os clientes potenciais cadastrados no site da Live TIM alcançaram 1,05 milhão (contra 691mil no 2T14).



O 2T15 também foi marcado pelo lançamento oficial do Live TIM Blue Box. Este centro de entretenimento integra os OTTs YouTube e Netflix com acesso a canais abertos e de TV fechada tradicionais (o último oferecido através de uma parceria com um operador de televisão por assinatura chamado TV Alphaville). O Blue Box vem com um recurso que reconhece as preferências e os hábitos dos usuários e sugere conteúdo específico de acordo com seu perfil. Além disso, permite fazer uma pausa em shows ao vivo, gravar conteúdos e oferece controle dos pais. O serviço está disponível para os clientes da Live TIM e tem um preço promocional de R\$ 9,90/mês até o final de 2015. O conteúdo pago é contratado diretamente do Netflix e da TV Alphaville.

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS**

Comentário de Desempenho

RESPONSABILIDADE SOCIAL CORPORATIVA

O Instituto TIM, cuja missão é criar e ampliar recursos para a democratização da ciência, tecnologia, e inovação no Brasil, continua, em 2015, com muitas iniciativas em andamento, todas guiadas por quatro princípios: educação, aplicações tecnológicas, inclusão, e trabalho.

Em junho deste ano, o Instituto TIM juntou-se à UNICEF no Projeto "Fora da Escola Não Pode", uma iniciativa da UNICEF para reverter a exclusão escolar das crianças. A nova parceria planeja o desenvolvimento de uma solução tecnológica que permitirá aos municípios identificar, de forma mais rápida e fácil, as crianças e adolescentes que não estão frequentando a escola. O projeto será inicialmente implantado em um formato piloto em um município a ser definido. Mais tarde, ele será realizado em outros 19 municípios de diferentes tamanhos, localizados em áreas vulneráveis que têm altas taxas de crianças e adolescentes fora da escola.

Além disso, neste trimestre, o Instituto TIM lançou o "Academic Working Capital" (AWC), um novo projeto que irá apoiar novos negócios relacionados a tecnologias inovadoras com a criação de um produto. O objetivo é oferecer apoio financeiro a jovens empresários - alunos no fim da graduação - de modo que eles podem criar empresas a partir de seus Projetos Conclusão da Graduação. Em 2015, o Instituto TIM vai investir R\$ 400 mil em até 40 projetos.

Além disso, o Instituto TIM lançou a avaliação anual de seu projeto chamado "O Círculo da Matemática". Trazido para o Brasil há dois anos pelo Instituto TIM, o projeto destina-se a incentivar a aprendizagem da matemática através de uma forma participativa e já está mostrando resultados. Os alunos que participaram do projeto tiveram um desempenho 7,3% superior no Índice de Habilidades de Matemática em comparação com estudantes que não participaram do projeto no ano passado. Em 2014, participaram do Projeto cerca de 8.000 estudantes de 67 escolas em São Paulo (SP), Rio de Janeiro (RJ), Duque de Caxias (RJ), Brasília (DF), Porto Alegre (RS), Salvador (BA), Fortaleza (CE), Aracaju (SE), Belém (PA) e Porto Velho (RO).

CONSUMO DE ENERGIA

Em consonância com os princípios da sua Política Ambiental, a TIM considera o consumo de energia como um dos seus desafios, que evoluiu de acordo com a tabela abaixo.

Descrição	2T15	2T14	% A/A
Consumo de energia indireta em MWh (Eletricidade)	123.330	120.346,0	2,5%
Consumo de energia direta em L (Gasolina e Diesel)	362.957	389.962,0	-6,9%

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS**

Comentário de Desempenho

A eficiência energética é trabalhada através de algumas ações, tais como: o projeto swap (substituição dos equipamentos de acesso por modelos mais modernos e eficientes); e o Acordo de *RAN Sharing* (modelo de compartilhamento de infraestrutura com outra operadora de telecom). Em termos ambientais, o Acordo de *RAN Sharing* reduz o consumo de eletricidade e também tem um impacto urbano positivo, uma vez que implica na redução do número de novas Estações Radiobase (ERBS), minimizando os inconvenientes para a população (Indicador EN5, GRI1 3.1).

O projeto de implementação de Biosites continuou no segundo trimestre de 2015, atingindo um total de 80 Biosites ativados até o final de junho, um aumento considerável em comparação com 23 Biosites ativados em dezembro de 2014. Os biosites representam estruturas que permitem uma cobertura de rede específica com maior eficiência no uso da energia e espaço, contribuindo também para reduzir o impacto visual e que empregam em sua estrutura de fixação 99% menos aço do que a estrutura tradicional da Estação Radiobase.

Além disso, o Relatório de Sustentabilidade da TIM foi publicado em junho, um documento cujo principal objetivo é comunicar com transparência e ética, realizações e desafios relacionados com o compromisso da empresa com o desenvolvimento sustentável, incluindo informações de governança, econômicas, sociais e ambientais. O relatório segue, pelo sétimo ano consecutivo, a Global Reporting Initiative (GRI), atingindo o nível de aplicação B +, autodeclarada com a garantia de um terceiro independente.

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS**

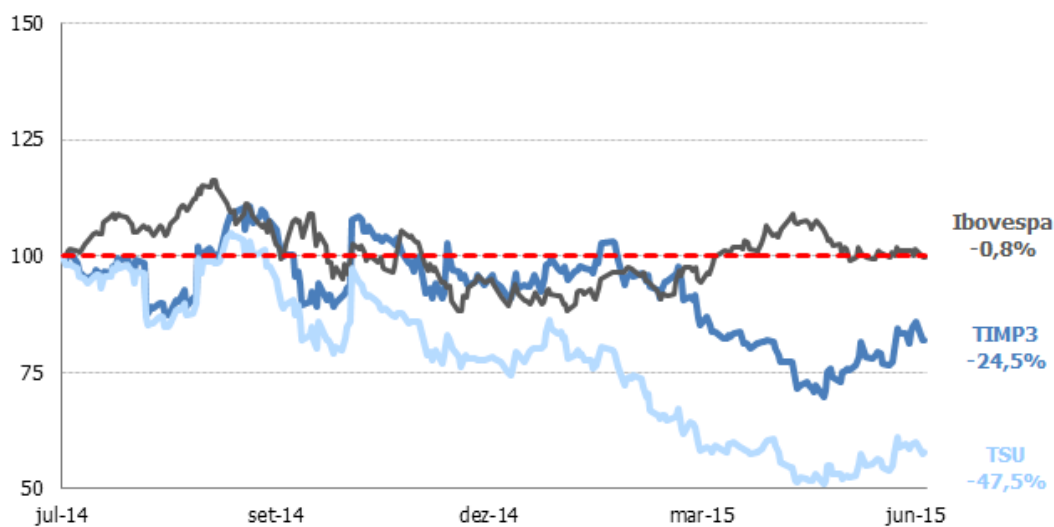
Comentário de Desempenho

DESEMPENHO EM BOLSA

A TIMP3 encerrou o segundo trimestre de 2015 em R\$10,24, uma queda de 24,5% nos últimos 12 meses, enquanto o Índice Bovespa (Ibovespa) caiu 0,8% em relação ao mesmo período. As ADRs da Empresa fecharam o segundo trimestre de 2015 a US\$16,36, uma queda de 47,5% nos últimos 12 meses (o real se depreciou em 41% em relação ao dólar americano no 2T15 em comparação com o 2T14).

Performance das Ações da TIM

(Base 100 em 01 de julho de 2014; $\Delta\%$ Jun-15 x Jul-14)

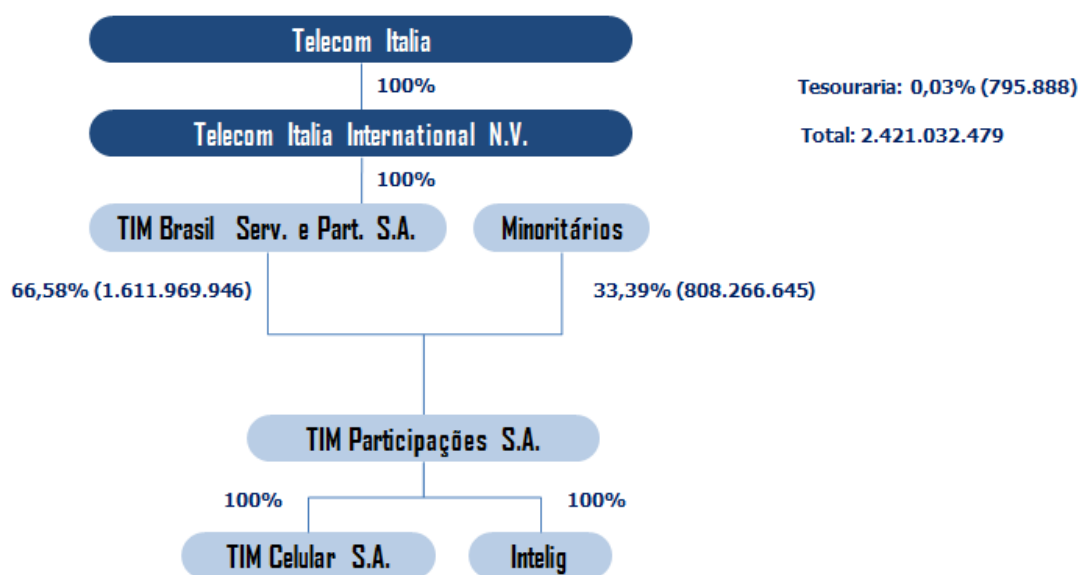


Fonte: Bloomberg

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS**

Comentário de Desempenho

ESTRUTURA SOCIETÁRIA



TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

Comentário de Desempenho

SOBRE A TIM PARTICIPAÇÕES S.A.

A TIM é uma das maiores empresas de telecomunicações no Brasil. Com um foco no investimento em inovação e na qualidade da sua rede, serviços e atendimento ao cliente, a TIM cumpre a sua missão de conectar e cuidar de cada um para que todos possam fazer mais.

Como a primeira operadora do Brasil a ter uma presença nacional, a TIM tem a inovação em seu DNA e procura melhorar a vida de seus usuários através da sua tecnologia. Portanto, além de trabalhar constantemente na expansão e melhoria de sua rede, a empresa acumulou um portfólio completo, que oferece telefonia móvel e fixa, e acesso à Internet. Com a TIM, os clientes individuais e corporativos sempre podem ser conectados.

A infraestrutura da empresa é uma das suas prioridades estratégicas. Ao longo dos últimos anos, a TIM tem atualizado seus equipamentos e feito aquisições - tais como a Intelig, em 2009, e a AES Atimus, em 2011 - reforçando o seu compromisso com a qualidade e acessibilidade. Entre 2015 e 2017, a empresa vai investir R\$ 14 bilhões em suas operações, e a maior parte desse montante será reservado para expandir a cobertura 4G e 3G em todo o país, em linha com as expectativas de crescimento da empresa na demanda por tráfego de dados.

A transparência é também um dos pilares da prestadora. A TIM Participações é uma sociedade por ações, cujas ações são negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo (BM&FBOVESPA) sob o símbolo TIMP3 e com ADRs (American Depositary Receipts) negociadas na Bolsa de Nova York (New York Stock Exchange - NYSE) sob o símbolo TSU. A TIM é também a única empresa do setor de telecomunicações listada no "Novo Mercado" da BM&FBOVESPA, reconhecido por exigir o nível máximo de governança corporativa, e também faz parte do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) e do Índice Carbono Eficiente (ICO2). Uma das suas principais iniciativas é o projeto [Portas Abertas](#), que permite aos consumidores acompanhar as ações de melhoria e aprimoramento da rede, além de conhecer a verdadeira imagem da cobertura da TIM. Também dignas de nota são as iniciativas do [Instituto TIM](#), que visam criar e maximizar os recursos estratégicos para tornar a educação de ciência e inovação disponível para todos no Brasil.

Você, sua casa e seu negócio

Telefonia móvel e fixa e acesso à Internet através de modems, tablets e telefones celulares que funcionam com as tecnologias 3G e 4G, além de Internet ultra banda larga, são os serviços que fazem parte do portfólio inovador da TIM. A operadora foi a primeira do mercado a investir na oferta de novos formatos, tais como a cobrança pelo uso de voz e internet móvel por dia ou por meio de planos mensais de faturamento pagos através de cartão de crédito. E continua revolucionando o mercado, oferecendo mais benefícios e proporcionando tarifas mais acessíveis aos seus consumidores.

A empresa também tem as soluções ideais para pequenas, médias e grandes empresas. A área de Soluções Corporativas oferece voz fixa e serviços avançados de dados para o segmento corporativo, compreendendo os perfis e necessidades das empresas e aprimorando a produtividade e competitividade dos clientes, enquanto ainda diminui os seus custos.

TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

Comentário de Desempenho

No segmento da Internet ultra banda larga, o Live TIM é uma referência de qualidade, com a base de clientes mais satisfeitos do país. A Companhia apresentou no mercado os planos de navegação que são cerca de dez vezes mais rápidos do que a média brasileira de banda larga, permitindo assim downloads e uploads de arquivos muito mais rápidos, jogo livres de travamentos e streaming de vídeo de alta definição em tempo real. A Live TIM oferece planos de 35 MB a 1 GB e está disponível para clientes residenciais e empresariais em São Paulo, Rio de Janeiro, Duque de Caxias, e Nova Iguaçu. A empresa também oferece o Live TIM Blue Box, um centro de entretenimento que integra - em um único sistema - TV digital de alta definição gratuita, conteúdo de Netflix e YouTube, e TV paga através de uma colaboração exclusiva com a TV Alphaville.

TERMO DE ISENÇÃO DE RESPONSABILIDADE

As informações financeiras e operacionais consolidadas contidas neste documento, exceto onde indicado, são apresentadas segundo as normas internacionais de contabilidade IFRS (International Financial Reporting Standards) e em Reais (R\$), em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações. Todas as comparações referem-se ao segundo trimestre de 2014 (1T14), ao primeiro semestre de 2014 (1S14) e ao primeiro trimestre de 2015 (1T15), exceto quando indicado de outra forma.

Este documento pode conter declarações de caráter prospectivo. Essas declarações não são declarações de fatos históricos e refletem as crenças e expectativas da administração da Empresa. As palavras "antecipa", "acredita", "estima", "espera", "prevê", "planeja", "prediz", "projeta", "visa" e palavras similares têm como intenção identificar essas declarações, que envolvem necessariamente riscos e incertezas conhecidos e desconhecidos previstos ou não pela Companhia. Portanto, os resultados operacionais futuros da Companhia poderão diferir das expectativas atuais e os leitores desta divulgação não devem basear suas considerações exclusivamente nas informações aqui fornecidas. Declarações prospectivas refletem apenas as opiniões na data em que são apresentadas e a Companhia não está obrigada a atualizá-las diante de novas informações ou desdobramentos futuros.

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS**

Comentário de Desempenho

CONTATOS DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

Telefones: (+55 21) 4109-3360 / 4109-4017 / 4109-3751 / 4109-3446

E-mail: ri@timbrasil.com.br

Site de Relações com Investidores: www.tim.com.br/ir

Twitter: @TIM_RI

Aplicativo TIM IR:



ANEXO

Indicadores Operacionais

DESCRIÇÃO	2T15	2T14	% A/A	1T15	%T/T	1S15	1S14	% A/A
Base Celular Brasil (milhões)	282.455	275.707	2,4%	283.400	-0,3%	282.455	275.707	2,4%
Penetração Total estimada	138,2%	136,1%	2,1p.p.	138,7%	-0,5p.p.	138,2%	136,1%	2,1p.p.
Municípios Atendidos - TIM GSM	3.449	3.429	0,6%	3.439	0,3%	3.449	3.429	0,6%
Market share	26,4%	26,9%	-0,5p.p.	26,7%	-0,3p.p.	26,4%	26,9%	-0,5p.p.
Total de Clientes ('000)	74.600	74.203	0,5%	75.749	-1,5%	74.600	74.203	0,5%
Pré-pago	61.061	61.963	-1,5%	62.735	-2,7%	61.061	61.963	-1,5%
Pós-pago	13.540	12.239	10,6%	13.015	4,0%	13.540	12.239	10,6%
Adições Brutas ('000)	8.794	9.409	-6,5%	9.350	-6,0%	18.144	18.612	-2,5%
Adições Líquidas ('000)	(1.149)	286	n.d.	29	n.d.	(1.120)	772	n.d.
Churn (%)	13,2%	12,3%	0,8p.p.	12,3%	0,8p.p.	25,5%	24,2%	1,2p.p.
ARPU (R\$)	16,1	17,3	-7,2%	16,7	-3,5%	16,4	17,6	-7,2%
MOU	119	137	-13,6%	120	-1,3%	120	139	-13,8%
SAC (R\$)	31	29	6,8%	31	0,0%	31	29	5,7%
Aparelhos vendidos ('000)	1.532	2.956	-48,2%	1.968	-22,2%	3.500	5.401	-35,2%
Empregados	12.930	12.483	3,6%	12.785	1,1%	12.930	12.483	3,6%

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- Continuação
Em 30 de junho de 2015 e 2014
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

1. Contexto operacional

A TIM Participações S.A. (“TIM Participações” ou “Companhia”) é uma sociedade por ações, de capital aberto, com sede na cidade do Rio de Janeiro, controlada pela TIM Brasil Serviços e Participações S.A. (“TIM Brasil”). A TIM Brasil é uma empresa do Grupo Telecom Italia e detinha, em 30 de junho de 2015, 66,58% (66,58% em 2014) do capital social da TIM Participações. A Companhia, em conjunto com suas controladas (“Grupo”), tem como principal objetivo exercer o controle de sociedades exploradoras de serviços de telecomunicações, incluindo telefonia móvel pessoal e outros, nas áreas de suas autorizações. Os serviços prestados pelas controladas da TIM Participações são regulados pela Agência Nacional de Telecomunicações (“Anatel”).

As ações da Companhia são negociadas na BM&F/Bovespa. Adicionalmente, a TIM Participações possui recibos de depósitos americanos (*American Depositary Receipts* – ADRs), nível II, negociados na Bolsa de Nova York – EUA. Em consequência, a Companhia está sujeita às normas da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) e da *Securities and Exchange Commission* (“SEC”). Visando a atender às boas práticas de mercado, a TIM Participações adota como princípio a divulgação simultânea de suas informações financeiras nos dois mercados, em reais, em português e inglês.

Controladas diretas

(a) TIM Celular S.A. (“TIM Celular”)

A Companhia detém a totalidade do capital da TIM Celular. Esta controlada presta o Serviço Telefônico Fixo Comutado (“STFC”) nas modalidades Longa Distância Nacional e Longa Distância Internacional, assim como o Serviço Móvel Pessoal (“SMP”) e o Serviço de Comunicação Multimídia (“SCM”), em todos os estados brasileiros e no Distrito Federal.

(b) Intelig Telecomunicações Ltda. (“Intelig”)

A Companhia também detém a totalidade do capital da Intelig. Esta controlada presta o STFC, apenas na modalidade local, e o SCM, em todos os estados brasileiros e no Distrito Federal.

Venda de Torres

A controlada TIM Celular celebrou em novembro de 2014 com a American Tower do Brasil Cessão de Infraestruturas Ltda. (“ATC”) um Contrato de Venda de até 6.481 torres de telecomunicações de sua propriedade por cerca de R\$3 bilhões e um Contrato Master de Locação (*Master Lease Agreement* – “MLA”) das referidas torres pelo prazo de 20 anos.

A TIM, em abril de 2015, firmou um contrato de aluguel de infraestrutura de parte do espaço existente nas mesmas torres vendidas. O contrato de aluguel terá validade de 20 anos, a contar da data da transferência de cada torre, e prevê valores mensais de aluguel por tipo de torre (*greenfield ou rooftop*).

TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- Continuação

Em 30 de junho de 2015 e 2014

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Os contratos de venda e aluguel das torres são parte de um contrato maior e constituem uma única transação fechada entre as empresas, tratando-se, portanto, de um mecanismo de “*sale and leaseback*”. Esta operação trará benefícios à capacidade operacional e financeira da Companhia em prol dos seus investimentos em expansão e qualidade.

Em 29 de abril de 2015 a Companhia efetuou a transferência de 4.176, torres correspondente a 64% do total das torres acordadas. O valor da venda referente à primeira parte da transação foi de aproximadamente R\$1,9 bilhões e o saldo líquido do valor residual dos ativos registrados foi de R\$0,9 bilhão. O contrato prevê ainda a transferência do restante das torres em tranches futuras, com a próxima tranche prevista para ocorrer no segundo semestre de 2015. Para maiores detalhes em relação aos impactos financeiros nas informações trimestrais, vide nota 19.

2. Autorizações de radiofrequências

Para prestação do SMP, a controlada TIM Celular obteve Autorizações do direito de uso de radiofrequência por prazo determinado, renováveis por mais 15 (quinze) anos. Na opção pela prorrogação do direito desse uso, é devido o pagamento do valor de 2% (dois por cento) sobre a receita líquida da região coberta pela Autorização que encerra cada biênio. Em 30 de junho de 2015, a TIM Celular possuía saldos vencidos relativos à renovação de Autorizações no montante de R\$120.274 (31 de dezembro de 2014 – R\$124.394).

Em 31 de março de 2014, a Anatel outorgou à controlada TIM Celular o direito de uso das subfaixas de radiofrequência de 912,5 MHz a 915 MHz e 957,5 MHz a 960 MHz, por 18 (dezoito) meses e em caráter secundário, restrito à Área de Prestação correspondente à AR11 (Grande São Paulo). A prorrogação desta autorização, por igual período, foi objeto de requerimento apresentado em 02 de abril de 2015, e está em avaliação pela Anatel.

Em 5 de dezembro de 2014, a controlada TIM Celular assinou o Termo de Autorização da faixa de 700 MHz (extrato publicado no Diário Oficial da União – “D.O.U.” - em 8 de dezembro de 2014). A controlada pagou o equivalente a R\$ 1.678 milhões, registrando o saldo remanescente no valor de R\$61 milhões como dívida, conforme previsto no edital. Em função da ocorrência de lotes desertos no Edital da faixa de 700 MHz, a TIM, juntamente com as demais proponentes, deve arcar com a parcela de constituição da EAD referente a esses lotes, fazendo jus a um desconto no valor final a ser pago. Entretanto, a metodologia empregada pela Agência para cálculo desse valor foi estranha ao Edital, razão pela qual a TIM apresentou recurso administrativo julgado e denegado ainda em dezembro de 2014 (assim como os das demais Proponentes Vencedoras). Em 31 de março de 2015, a TIM distribuiu ação judicial questionando judicialmente a cobrança do valor excedente de R\$ 61 milhões, que pende de julgamento.

Além disso, a Companhia assumiu um compromisso adicional de arcar com os custos relacionados à limpeza da frequência da faixa de 700MHz, fixado em R\$ 1.199 milhões (vide nota 18.e), dos quais R\$ 370.379 foram depositados, em 9 de abril de 2015, à entidade administradora constituída para proceder com a limpeza da faixa (“EAD”).

TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- Continuação
Em 30 de junho de 2015 e 2014
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Em 4 de março de 2015, por meio do Acórdão n.º 66/2015-CD, a Anatel: (i) acolheu o pedido de desistência de prorrogação do prazo da autorização de uso de radiofrequência relativa ao lote 208 (AR 92) do Termo de Autorização n.º 523/2012 (Banda P); (ii) deferiu o pedido de prorrogação de prazo da autorização de uso de radiofrequência relativa ao lote 222 (AR 31) do Termo de Autorização 523/2012 (Banda P) ; e (iii) deferiu o pedido de prorrogação de prazo das autorizações de uso de radiofrequência relativas às Bandas D e E.

Em 30 de junho de 2015, a Companhia e suas controladas possuem os seguintes compromissos junto à ANATEL:

	Consolidado	
	06/2015	12/2014
Limpeza da frequência da faixa de 700 MHz, líquida de AVP	849.230	1.164.666
Dívida Anatel atualizada	69.056	61.860
Seguro garantia sobre autorizações	12.731	20.013
Renovação de autorizações	120.274	124.394
Autorizações a pagar	-	1.248
	<u>1.051.291</u>	<u>1.372.181</u>
Parcela circulante	<u>(434.671)</u>	<u>(493.169)</u>
Parcela não circulante	<u>616.620</u>	<u>879.012</u>

TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- Continuação

Em 30 de junho de 2015 e 2014

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

As Autorizações detidas pela TIM Celular em 30 de junho de 2015, assim como suas datas de expiração, estão demonstradas na tabela abaixo.

Termos de Autorização	Data de Expiração						
	450 MHz	800 MHz, 900 MHz e 1.800 MHz	Frequências adicionais 1800 MHz	1900 MHz e 2100 MHz (3G)	2500 MHz Banda V1 (4G)	2500 MHz (Banda P** (4G)	700 MHz (4G)
Amapá, Roraima, Pará, Amazonas e Maranhão	-	Março, 2016***	Abril, 2023	Abril, 2023	Outubro, 2027	PA – Fevereiro, 2024*	Dezembro, 2029
Rio de Janeiro e Espírito Santo	Outubro, 2027	Março, 2016***	ES - Abril, 2023	Abril, 2023	Outubro, 2027	RJ – Fevereiro, 2024*	Dezembro, 2029
Acre, Rondônia, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Tocantins, Distrito Federal, Goiás, Rio Grande do Sul (exceto município de Pelotas e região) e municípios de Londrina e Tamarana no Paraná	PR - Outubro, 2027	Março, 2016***	Abril, 2023	Abril, 2023	Outubro, 2027	DF – Fevereiro, 2024*	Dezembro, 2029
São Paulo	-	Março, 2016***	Interior - Abril, 2023	Abril, 2023	Outubro, 2027	-	Dezembro, 2029
Paraná (exceto municípios de Londrina e Tamarana)	Outubro, 2027	Setembro, 2022*	Abril, 2023	Abril, 2023	Outubro, 2027	Fevereiro, 2024*	Dezembro, 2029
Santa Catarina	Outubro, 2027	Setembro, 2023*	Abril, 2023	Abril, 2023	Outubro, 2027	-	Dezembro, 2029
Município e região de Pelotas, no estado do Rio Grande do Sul	-	Abril, 2024*	-	Abril, 2023	Outubro, 2027	-	Dezembro, 2029
Pernambuco	-	Maió, 2024*	-	Abril, 2023	Outubro, 2027	-	Dezembro, 2029
Ceará	-	Novembro, 2023*	-	Abril, 2023	Outubro, 2027	-	Dezembro, 2029
Paraíba	-	Dezembro, 2023*	-	Abril, 2023	Outubro, 2027	-	Dezembro, 2029
Rio Grande do Norte	-	Dezembro, 2023*	-	Abril, 2023	Outubro, 2027	-	Dezembro, 2029
Alagoas	-	Dezembro, 2023*	-	Abril, 2023	Outubro, 2027	-	Dezembro, 2029
Piauí	-	Março, 2024*	-	Abril, 2023	Outubro, 2027	-	Dezembro, 2029
Minas Gerais (exceto os municípios do setor 3 do PGO para radiofrequências 3G e sobras)	-	Abril, 2028*	Abril, 2023	Abril, 2023	Outubro, 2027	Fevereiro, 2015***	Dezembro, 2029
Bahia e Sergipe	-	Agosto, 2027*	-	Abril, 2023	Outubro, 2027	-	Dezembro, 2029

*Termos já renovados por 15 anos, portanto sem direito a novo período de renovação.

** Somente áreas complementares nos Estados específicos.

*** Em processo de renovação, pendente assinatura do Termo de Prorrogação.

TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- Continuação
Em 30 de junho de 2015 e 2014
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

3. Base de preparação e apresentação das informações trimestrais

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas informações trimestrais estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos períodos apresentados, salvo disposição em contrário.

a. Critérios gerais de elaboração e divulgação

As informações trimestrais foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos) mensurados ao valor justo.

As informações trimestrais consolidadas foram preparadas de acordo com o CPC 21 / IAS 34 – “Demonstrações Intermediárias”. Sem que haja divergência com relação à aplicação do CPC 21 / IAS 34, a Companhia adota políticas contábeis advindas da legislação societária brasileira e regras específicas emitidas pela CVM e Anatel.

Nas informações trimestrais individuais, preparadas de acordo com o CPC 21 e apresentadas em conjunto com as informações trimestrais consolidadas, os investimentos em controladas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial. Os mesmos ajustes são realizados nas informações trimestrais individuais e nas informações trimestrais consolidadas para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos acionistas da controladora TIM Brasil. Pelo fato de que as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas nas demonstrações financeiras individuais, a partir de 2014, não diferem do IFRS aplicável às demonstrações financeiras separadas, uma vez que o IFRS passou a permitir a aplicação do método de equivalência patrimonial em controladas nas demonstrações separadas, elas também estão em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro - International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). Essas demonstrações individuais são divulgadas em conjunto com as informações trimestrais consolidadas.

Ativos e passivos são classificados conforme seu grau de liquidez e exigibilidade. Os mesmos são classificados como circulantes quando for provável que sua realização ou liquidação ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. A única exceção a este procedimento está relacionada aos saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos, ativos e passivos, que devem sempre ser classificados como não circulante, de acordo com o estabelecido no pronunciamento IAS 1 (CPC 26).

A preparação de informações trimestrais requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as informações trimestrais consolidadas e individuais, estão divulgadas na Nota 5.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis.

TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- Continuação
Em 30 de junho de 2015 e 2014
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

As demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras anuais do exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

b. Aprovação das informações trimestrais

As presentes informações trimestrais foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia em 4 de agosto de 2015.

4. Resumo das principais práticas contábeis

As práticas contábeis a seguir são adotadas tanto na preparação das informações trimestrais da controladora quanto do consolidado.

a. Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda de apresentação das informações trimestrais é o Real (R\$), que também é a moeda funcional de todas as empresas consolidadas nestas informações trimestrais.

Transações em moeda estrangeira são reconhecidas pela taxa de câmbio na data da transação. Exceto para ativos e passivos registrados pelo valor justo, itens monetários em moeda estrangeira são convertidos a reais pela taxa de câmbio na data do balanço, informada pelo Banco Central do Brasil. Os ganhos e as perdas cambiais atrelados a estes itens são registrados na demonstração do resultado.

b. Procedimentos de consolidação

Controladas são todas as entidades (incluindo as entidades estruturadas) nas quais o Grupo detém o controle. O Grupo controla uma entidade quando está exposto ou tem direito a retorno variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de interferir nesses retornos devido ao poder que exerce sobre a entidade. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para o Grupo. A consolidação é interrompida a partir da data em que o Grupo deixa de ter o controle.

As seguintes empresas encontram-se consolidadas nas informações trimestrais:

<u>Razão Social</u>	<u>Classificação</u>	<u>Participação</u>	
		<u>06/2015</u>	<u>12/2014</u>
TIM Celular S.A.	controlada direta	100%	100%
Intelig Telecomunicações Ltda.	controlada direta	100%	100%

Utilizamos o método de contabilização de compra (*purchase accounting*) para registrar a aquisição de controladas pelo Grupo. O custo de aquisição é mensurado como o valor justo dos ativos ofertados, dos instrumentos patrimoniais (ex.: ações) emitidos e dos passivos incorridos ou assumidos pelo adquirente na data da troca de controle. Os ativos identificáveis adquiridos, as contingências e os passivos assumidos em uma combinação de negócios são inicialmente mensurados pelo seu valor justo na data de aquisição, independentemente da proporção de qualquer participação minoritária. O excedente do custo de aquisição, que ultrapassa o valor justo da participação do Grupo nos ativos líquidos identificáveis adquiridos, é registrado como ágio. Se o custo da aquisição for menor do que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração do resultado, como receita.

TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- Continuação
Em 30 de junho de 2015 e 2014
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

As operações entre as empresas do Grupo, bem como os saldos, os ganhos e as perdas não realizados nessas operações, são eliminados. As políticas contábeis das controladas foram ajustadas para assegurar consistência com as políticas contábeis adotadas pela TIM Participações. A data-base das informações financeiras utilizadas para consolidação é a mesma em todas as empresas do Grupo.

c. Informações por segmentos

Segmentos operacionais são componentes da entidade que desenvolvem atividades de negócio das quais pode obter-se receitas e incorrer em despesas. Seus resultados operacionais são regularmente revistos pelo principal gestor das operações da entidade, que toma as decisões sobre alocação de recursos e avalia o desempenho do segmento. Para a existência do segmento, é necessário haver informação financeira individualizada do mesmo.

O principal tomador de decisões operacionais na Companhia, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação periódica de desempenho, é a Diretoria-Executiva, que, juntamente com o Conselho de Administração, são responsáveis pela tomada das decisões estratégicas do Grupo e por sua gestão.

A estratégia do Grupo é focada na maximização dos resultados consolidados da TIM Participações. Essa estratégia contempla a otimização das operações de cada empresa do Grupo, assim como o aproveitamento das sinergias entre todas estas entidades. Apesar de haver atividades diversas, os tomadores de decisão entendem que o Grupo representa apenas um segmento de negócio e não contemplam estratégias específicas voltadas apenas para uma linha de serviço. Todas as decisões relativas a planejamento estratégico, financeiro, compras, investimentos e aplicação de recursos são efetuadas em bases consolidadas. O objetivo é sempre maximizar o resultado consolidado obtido pela exploração das licenças de SMP, STFC e SCM.

d. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários à vista e investimentos de curto prazo, de alta liquidez, e com risco insignificante de mudança de valor. Seus resgates podem ser feitos a qualquer momento, sem risco de perda dos rendimentos, e os recursos são utilizados para o cumprimento das obrigações de curto prazo da Companhia.

e. Ativos e passivos financeiros

e.1 Ativos financeiros

e.1.1 Classificação

O Grupo classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: (1) mensurados ao valor justo através do resultado e (2) empréstimos e recebíveis, em todas as datas apresentadas nestas informações trimestrais. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- Continuação
Em 30 de junho de 2015 e 2014
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

(a) Ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado

Um ativo financeiro é classificado nesta categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Por esta razão, geralmente encontram-se classificados no grupo de ativos circulantes. Contudo, caso estes ativos sejam dados em garantia ou haja qualquer outra restrição a seu uso no curto prazo, os mesmos podem ser classificados no grupo de ativos não circulantes.

Os derivativos de posse da Companhia também foram classificados nesta categoria, dada sua natureza. A Companhia não possui derivativos de natureza especulativa e não utiliza contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*).

(b) Empréstimos e recebíveis

São ativos financeiros não-derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. Nas informações trimestrais, encontram-se classificados como "contas a receber de clientes", "caixa e equivalentes de caixa", "arrendamento mercantil (leasing)" e "outros ativos".

e.1.2 Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo. Os custos de transação incorridos em investimentos mensurados ao valor justo através do resultado são debitados à demonstração do resultado, como despesas, na data da transação. Após o reconhecimento inicial, as variações do valor justo são contabilizadas no resultado do exercício, no grupo de receitas e despesas financeiras. Tais ativos são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa relacionados ao ativo tenham vencido ou quando a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de sua propriedade. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são baseados em seus preços de compra em cada data base de apresentação. Se o mercado de um ativo financeiro não for considerado ativo, a Companhia estabelece o valor justo através de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem a análise de operações recentes contratadas com terceiros, a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, a análise de fluxos de caixa descontados e os modelos de precificação de opções que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam com o mínimo possível de informações geradas pela Administração.

TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- Continuação

Em 30 de junho de 2015 e 2014

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

e.1.3 Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são apresentados por seu valor líquido quando há direito legal e intenção de compensá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

e.1.4 Impairment de ativos financeiros

Ao final de cada período de apresentação, a Companhia avalia se há evidência objetiva de deterioração do valor de seus ativos financeiros. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e perdas são reconhecidas somente se houver evidência objetiva de *impairment*. Esta evidência seria o resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos e aquele evento (ou eventos) de perda teria (m) um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro (ou grupo de ativos financeiros) que pode ser estimado de maneira confiável.

Os critérios que a Companhia usa para determinar se há evidência objetiva de *impairment* incluem verificar se há situações reais de:

- dificuldade financeira relevante do emitente ou tomador;
- uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- a Companhia, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de recursos, garante ao mesmo uma concessão que um credor normalmente não consideraria;
- tornar-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira que gere perdas aos credores;
- desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou
- dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados de uma carteira de ativos financeiros, embora a diminuição não possa ser identificada através da análise individual dos ativos financeiros da carteira. Tais dados incluem:
 - (i) mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira e
 - (ii) condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

O montante da perda por *impairment* é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. Caso a perda por *impairment* seja constatada, a mesma é registrada diretamente no resultado do exercício. Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido, a reversão da perda por *impairment* também é reconhecida na demonstração do resultado do exercício.

TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- Continuação
Em 30 de junho de 2015 e 2014
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

e.2 Passivos financeiros

Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia e suas controladas são: contas a pagar a fornecedores, perdas não realizadas em operações com derivativos, empréstimos e financiamentos e *leasing*. São classificados entre as categorias abaixo, de acordo com a natureza dos instrumentos financeiros contratados:

Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado: A cada data de balanço tais passivos são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, a correção monetária, a variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo, quando aplicável, são reconhecidos no resultado quando incorridos, na linha de receitas ou despesas financeiras. Nas datas de apresentação destas informações trimestrais, nesta categoria encontram-se basicamente os instrumentos financeiros derivativos.

Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado: são representados, basicamente, por passivos financeiros não derivativos que não são usualmente negociados antes do vencimento. No reconhecimento inicial, tais passivos são registrados por seu valor justo. Após reconhecimento inicial, são mensurados pelo método da taxa efetiva de juros. Neste método, os custos de transação impactam o valor inicial do passivo, gerando efeito na determinação da taxa efetiva de juros. Esta taxa é aquela que desconta exatamente todos os fluxos de caixa do instrumento financeiro. As apropriações de despesas financeiras de acordo com o método da taxa efetiva de juros são reconhecidas no resultado, na linha de despesas financeiras. Nas datas de apresentação destas informações trimestrais, nesta categoria encontram-se, principalmente, os empréstimos e financiamentos e as contas a pagar a fornecedores da Companhia.

f. Contas a receber de clientes

As contas a receber dos usuários dos serviços de telecomunicações, de uso de rede (interconexão) e de venda de aparelhos e acessórios são registradas pelos preços praticados na data da transação. Os saldos de contas a receber incluem, também, serviços prestados e não faturados até a data dos balanços. As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa (“PCLD” ou “*impairment*”).

A provisão para créditos de liquidação duvidosa está apresentada como redução das contas a receber e é constituída com base no perfil da carteira de assinantes, idade das contas vencidas, conjuntura econômica, riscos envolvidos em cada caso e pela curva de arrecadação, em montante considerado suficiente para fazer frente a eventuais perdas na realização de tais créditos.

g. Estoques

Estoques são apresentados ao custo médio de aquisição. Uma provisão é reconhecida para ajustar o custo de aparelhos e acessórios ao valor líquido realizável (valor de venda), quando este valor for menor que o custo médio de aquisição.

h. Impostos e contribuições indiretos e diretos a recuperar

São registrados ao custo histórico e, se aplicável, corrigidos conforme a legislação vigente.

TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- Continuação
Em 30 de junho de 2015 e 2014
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

i. Despesas antecipadas

São demonstradas inicialmente pelos valores efetivamente desembolsados e são apropriadas ao resultado, conforme o regime contábil de competência, na medida em que são incorridas.

j. Depósitos judiciais

São registrados ao custo histórico e corrigidos conforme a legislação vigente.

k. Investimentos

As participações societárias em controladas são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial somente nas informações trimestrais individuais.

l. Imobilizado

O imobilizado é demonstrado pelo custo de aquisição e/ou construção, deduzido da depreciação acumulada e de provisão para *impairment* (esta última, se aplicável). A depreciação é calculada pelo método linear, por prazos que levam em consideração a expectativa de vida útil dos bens e seu valor residual (nota 17). A Companhia reconhece seus ativos por componente individualizado.

Os custos estimados na desmontagem de torres e equipamentos em imóveis alugados são capitalizados e amortizados pelo prazo estimado de utilização. A Companhia reconhece no imobilizado, em contrapartida ao passivo “provisão para futura desmobilização de ativos”, o valor presente destes custos. Os juros incorridos pela atualização da provisão são classificados como despesas financeiras. O registro desta obrigação é feito conforme o ICPC 12 (IFRIC 1) aprovado por Deliberação da CVM.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação entre os valores destas alienações e o valor contábil no momento da transação e são reconhecidos em "outras despesas (receitas) operacionais, líquidas", na demonstração do resultado.

Em 1 de janeiro de 2009, a Intelig, no momento da primeira adoção das IFRS / CPCs, utilizou o custo atribuído para mensurar o valor de seu ativo imobilizado, conforme previsto no ICPC 10, aprovado por Deliberação da CVM. Após esta data, o imobilizado tem sido demonstrado pelo custo histórico de aquisição e / ou construção. Ambos (custo atribuído e custo histórico) são deduzidos da depreciação acumulada e de provisão para *impairment* (esta última, se aplicável).

Devido ao fato de o Grupo não construir ativos que exijam longos prazos para sua conclusão, a Companhia não capitaliza juros de empréstimos e financiamentos.

m. Intangível

O intangível é mensurado pelo seu custo histórico menos amortização acumulada e provisão para *impairment* (esta última, se aplicável) e reflete: (i) a compra de autorizações e de direitos de uso de bandas de radiofrequências e (ii) *software* em uso e/ou desenvolvimento. O intangível também inclui: (i) direito de uso de infraestrutura de outras empresas, (ii) lista de clientes e (iii) ágio na aquisição de empresas.

TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- Continuação

Em 30 de junho de 2015 e 2014

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Os encargos de amortização são calculados com base no método linear, ao longo da vida útil estimada dos ativos contratados e prazos das licenças de prestação de serviços. As estimativas da vida útil dos bens integrantes do intangível são revisadas regularmente (nota 18).

Os encargos financeiros sobre recursos captados genericamente (sem destinação específica), utilizados com propósito de obter um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Esses custos são amortizados ao longo das vidas úteis estimadas.

Ágio

O ágio (“*goodwill*”) é representado pela diferença positiva entre o valor pago e/ou a pagar por uma entidade adquirida e seu acervo líquido na data da aquisição. Tal acervo é representado pela diferença entre o valor justo dos ativos e passivos da entidade adquirida. Se a adquirente apurar deságio (diferença negativa entre o valor pago ou a pagar pela adquirida e seu acervo líquido) deverá registrar este montante como ganho no resultado do período, na data da aquisição.

O ágio não é amortizado, mas sim testado anualmente para verificar prováveis perdas (*impairment*) em seu valor. O registro contábil do ágio é feito pelo seu valor de custo menos estas perdas (se existirem).

Para fins do teste de *impairment*, o ágio é alocado a Unidades Geradoras de Caixa (“UGCs”). A alocação é feita para as UGCs ou para os grupos de UGCs que se beneficiam da combinação de negócios da qual o ágio se originou.

Os ganhos e as perdas apurados na alienação de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relacionado com a entidade vendida.

Software

Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de *software* identificáveis e exclusivos, controlados pelo Grupo, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos:

- é tecnicamente viável concluir o *software* para que ele esteja disponível para uso;
- a Administração pretende concluir o *software* e usá-lo ou vendê-lo;
- o *software* gerará benefícios econômicos futuros prováveis, que podem ser demonstrados;
- estão disponíveis recursos técnicos, financeiros e outros recursos adequados para concluir o desenvolvimento e para usar ou vender o *software*; e
- o gasto atribuível ao *software* durante seu desenvolvimento pode ser mensurado com segurança.

Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de *software*, estão relacionados a custos com empregados diretamente alocados em seu desenvolvimento.

TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- Continuação
Em 30 de junho de 2015 e 2014
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a estes critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

n. Impairment de ativos não financeiros

Os ágios têm seu teste de *impairment* realizado anualmente. Para os demais ativos, é realizada a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil do ativo pode exceder seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa – “UGCs”). O desconto dos fluxos de caixa esperados é feito considerando-se o valor temporal do dinheiro e os riscos específicos relacionados ao ativo em análise.

Os ativos, exceto o ágio, que tenham sofrido *impairment* podem ter esta provisão (ou parte dela) revertida, caso seja constatado que as razões (ou parte delas) que tenham levado à constituição da provisão não mais existam na data de apresentação das informações trimestrais.

o. Provisões

Provisões são reconhecidas no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-la e cujo vencimento e/ou montante estimado são indeterminados, mas possíveis de serem estimados de modo confiável.

p. Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso usual dos negócios. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Dado o curto prazo de vencimento destas obrigações, em termos práticos, normalmente as mesmas são reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

q. Benefícios a empregados

Participação no resultado

A Companhia e suas controladas provisionam mensalmente o valor estimado da participação de empregados em contrapartida ao resultado do exercício. O cálculo da provisão leva em consideração as metas divulgadas aos colaboradores e aprovadas pelo Conselho de Administração. Tais valores são registrados como despesa de pessoal e alocados nas contas de resultado de acordo com o centro de custo de origem do empregado.

Planos de pensão e outros benefícios pós-emprego

A Companhia e suas controladas possuem planos de benefício definido e contribuição definida. Em geral, os planos de benefício definido estabelecem um valor específico de benefício de aposentadoria, normalmente dependente de um ou mais fatores, como idade, tempo de serviço e remuneração.

TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- Continuação

Em 30 de junho de 2015 e 2014

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

O passivo reconhecido no balanço patrimonial com relação aos planos de pensão de benefício definido é o valor presente da obrigação de benefício definido na data do balanço, menos o valor justo dos ativos do plano, com os ajustes de custos de serviços passados não reconhecidos. A obrigação de benefício definido é calculada anualmente por atuários independentes, usando o método da unidade de crédito projetada. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas futuras estimadas de caixa, usando taxas de juros condizentes com os rendimentos de mercado, as quais são denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de pensão.

Os custos de serviços passados são imediatamente reconhecidos no resultado. Ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajustes com base na experiência e nas mudanças das premissas atuariais são registrados diretamente no patrimônio líquido, como outros resultados abrangentes, quando ocorrem.

Com relação aos planos de contribuição definida, a Companhia faz contribuições para planos de seguro de pensão públicos ou privados de forma obrigatória, contratual ou voluntária. Os planos de contribuição definida não trazem nenhuma obrigação adicional para a Companhia além das mencionadas contribuições mensais realizadas enquanto o empregado encontra-se no quadro de funcionários da Companhia e de suas controladas. Se o funcionário deixar de fazer parte do quadro de empregados da Companhia e de suas controladas no período necessário para ter o direito de retirada das contribuições feitas pelas patrocinadoras, os valores aos quais o funcionário não tem mais direito e que podem representar redução nas contribuições futuras da Companhia e suas controladas aos funcionários ativos, ou um reembolso em dinheiro destes valores, são lançados como ativo.

Opções de compra de ações

A Companhia opera planos de remuneração com base em ações, liquidados com ações, segundo os quais a entidade recebe os serviços de determinados empregados como contraprestação por instrumentos de patrimônio líquido (opções) outorgados. Os efeitos dos planos de opções de compra de ações são calculados e registrados pela Companhia de acordo com as normas do CPC 10 (R1) (IFRS 2) aprovado por Deliberação da CVM. O valor justo dos serviços do empregado é reconhecido como despesa, em contrapartida à reserva de capital, e é determinado mediante a referência ao valor justo das opções outorgadas.

As contribuições sociais a pagar em conexão com a concessão das opções de ações são consideradas parte integrante da própria concessão e a cobrança é tratada como uma transação liquidada em dinheiro.

r. Imposto de renda e contribuição social

Os impostos sobre a renda do período compreendem o imposto de renda e a contribuição social, correntes e diferidos, sendo suas movimentações reconhecidas na demonstração do resultado. Foram reconhecidos saldos de imposto de renda e contribuição social no resultado abrangente. Os saldos de imposto de renda e contribuição social ativos e passivos são apresentados por seu valor líquido somente quando há direito e intenção de compensá-los em sua liquidação.

TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- Continuação

Em 30 de junho de 2015 e 2014

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Saldos correntes

Os encargos de imposto de renda e de contribuição social correntes são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, até a data do balanço. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de impostos sobre a renda onde a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações.

A legislação permite que as Companhias optem pelo pagamento trimestral ou mensal de imposto de renda e contribuição social. A Companhia e suas subsidiárias optaram por efetuar o pagamento trimestral de imposto de renda e contribuição social.

Saldos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre (1) os prejuízos fiscais e bases negativas acumulados e (2) as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas informações trimestrais. O imposto de renda diferido é determinado usando-se alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, até a data do balanço. Mudanças posteriores nas alíquotas de imposto ou na legislação fiscal podem alterar os valores dos saldos de impostos diferidos, tanto ativos como passivos.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente sob a hipótese de histórico de lucratividade e/ou quando as projeções anualmente preparadas pela Companhia, examinadas pelo Conselho Fiscal e aprovadas pelos órgãos da Administração, indiquem que seja provável a realização futura de tais créditos fiscais.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo valor líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. Dessa forma, impostos diferidos ativos e passivos em diferentes entidades, em geral são apresentados em separado, e não pelo saldo líquido.

s. Provisão para processos judiciais e administrativos

É constituída com base em opiniões dos consultores jurídicos da Companhia (internos e externos) e da Administração, por montantes julgados como suficientes para cobrir perdas e riscos considerados prováveis. As situações onde as perdas são consideradas possíveis são objeto de divulgação por seus valores históricos e aquelas em que as perdas são consideradas remotas não são divulgadas.

t. Arrendamentos mercantis – “leasing”

Os arrendamentos nos quais uma parcela significativa dos riscos e benefícios da propriedade é retida pelo arrendador são classificados como arrendamentos operacionais e seus efeitos são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício como despesa financeira durante o período do arrendamento.

TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- Continuação
Em 30 de junho de 2015 e 2014
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Os arrendamentos nos quais a Companhia, como arrendatária, detém substancialmente os riscos e benefícios da propriedade são classificados como arrendamentos financeiros. Estes são capitalizados no início do arrendamento pelo menor valor entre o valor justo do item arrendado e o valor presente dos pagamentos previstos em contrato. Os juros relacionados ao arrendamento são reconhecidos na demonstração do resultado durante o período de vigência contratual.

A controlada TIM Celular possui contratos de aluguel de torres, como arrendatária, decorrentes de uma operação de venda e *leaseback* financeiro, onde envolve a venda de um ativo e o concomitante arrendamento do mesmo ativo pelo comprador ao vendedor.

A controlada TIM Celular reconheceu um passivo correspondente ao valor presente das parcelas mínimas obrigatórias do contrato.

Os arrendamentos nos quais a Companhia, como arrendadora, transfere substancialmente os riscos e benefícios da propriedade para outra parte (arrendatária) são classificados como arrendamentos financeiros. Estes são transferidos do ativo intangível da Companhia e reconhecidos como um recebível pelo menor valor entre o valor justo do item arrendado e o valor presente dos recebimentos previstos em contrato. Os juros relacionados ao arrendamento são reconhecidos na demonstração do resultado como receita financeira durante o período de vigência contratual.

u. Patrimônio líquido

Os principais itens que movimentam o patrimônio líquido da Companhia seguem as seguintes práticas contábeis:

Capital social

Registrado pelo valor efetivamente captado junto aos acionistas, líquido dos custos diretamente atrelados ao processo de captação.

Quando uma empresa do Grupo compra ações do capital da Companhia, com intuito de mantê-las em tesouraria, o valor pago, incluindo quaisquer custos adicionais diretamente atribuíveis, é deduzido do patrimônio líquido da Companhia até que as ações sejam canceladas ou reemitidas. Quando estas ações são subsequentemente reemitidas, qualquer valor recebido, líquido dos custos adicionais diretamente atribuíveis à transação, é incluído no patrimônio líquido.

Reservas

Constituídas e utilizadas com base nos preceitos da Lei das Sociedades e do estatuto social da Companhia.

Distribuição de dividendos

A distribuição dos dividendos mínimos obrigatórios, calculada com base no estatuto social, é reconhecida como um passivo ao final de cada exercício. Qualquer outro valor a ser distribuído como dividendos intermediários, pagamento de dividendos acima do mínimo obrigatório, entre outros, somente é provisionado na data em que a distribuição adicional é aprovada pelos acionistas, em Assembleia Geral.

TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- Continuação
Em 30 de junho de 2015 e 2014
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

v. Reconhecimento das receitas

Em linhas gerais, as receitas somente são reconhecidas na medida em que seja provável que os benefícios econômicos das transações fluirão para a Companhia e que seus valores possam ser mensurados de forma confiável.

Receitas de serviços prestados

As principais receitas de serviços advêm de assinaturas mensais, prestação de serviços separados de voz, SMSs, dados, pacotes de utilização combinada destes serviços, encargos de *roaming* e receitas de interconexão. As receitas são reconhecidas conforme sua utilização, líquidas de impostos sobre vendas e descontos concedidos sobre os serviços. Estas receitas somente são contabilizadas quando o montante do serviço prestado pode ser estimado de forma confiável.

As receitas são reconhecidas mensalmente, através do faturamento, e as receitas a faturar entre a data de faturamento e o final do mês (*unbilled*) são identificadas, processadas e reconhecidas no mês em que o serviço foi prestado. Os cálculos de receitas não faturadas do mês anterior são estornados e um novo cálculo de *unbilled* é feito a cada mês corrente.

As receitas de tráfego de interconexão e *roaming* são registradas de forma isolada, sem que sejam compensados os valores devidos a outras operadoras de telecomunicações (estes últimos são registrados como custo das operações).

Os minutos não utilizados pelos clientes relativos aos serviços do sistema pré-pago são registrados como receita diferida e apropriados ao resultado quando da efetiva utilização destes serviços pelos clientes.

Receitas de vendas de produtos

As receitas com vendas de produtos (telefones, mini-modems, *tablets* e outros equipamentos) são reconhecidas quando os riscos significativos e os benefícios da propriedade destes produtos são transferidos para o comprador.

w. Novas normas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor

As seguintes novas normas foram emitidas pelo IASB, mas não estão em vigor para o exercício de 2015. A adoção antecipada dessas normas, embora encorajada pelo IASB, não foi permitida, no Brasil, pela CVM, baseada em pronunciamento do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- Continuação

Em 30 de junho de 2015 e 2014

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

IFRS 9	“Instrumentos Financeiros”, aborda a classificação, mensuração e reconhecimento de ativos e passivos financeiros. O IFRS 9 foi emitido em novembro de 2009 e outubro de 2010 e substituiu os trechos do IAS 39 relacionados à classificação e mensuração de instrumentos financeiros. O IFRS 9 requer a classificação dos ativos financeiros em duas categorias: mensurados ao valor justo e mensurados ao custo amortizado. A determinação é feita no reconhecimento inicial. A base de classificação depende do modelo de negócios da entidade e das características contratuais do fluxo de caixa dos instrumentos financeiros. Com relação ao passivo financeiro, a norma mantém a maioria das exigências estabelecidas pelo IAS 39. A principal mudança é a de que nos casos em que a opção de valor justo é adotada para passivos financeiros, a porção de mudança no valor justo devido ao risco de crédito da própria entidade é registrada em outros resultados abrangentes e não na demonstração dos resultados, exceto quando resultar em descasamento contábil. O Grupo está avaliando o impacto total do IFRS 9. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018.
IFRS 15	Essa nova norma traz os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e quando ela é reconhecida. Ela foi inicialmente emitida para entrar em vigor em 1º de janeiro de 2017 e substituir a IAS 11 - "Contratos de Construção", a IAS 18 - "Receitas" e as correspondentes interpretações. A Administração está avaliando os impactos de sua adoção e ainda não definiu o método de transição que será utilizado. No dia 22 de julho de 2015 o IASB confirmou a postergação da data de entrada em vigor da nova norma para 1º de janeiro de 2018. O aditivo formal a norma que especifica a nova data de entrada em vigor deve ser emitido em setembro de 2015.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre o Grupo.

5 Julgamentos críticos na aplicação das políticas contábeis da entidade

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados. Os mesmos baseiam-se na experiência histórica da Companhia e em outros fatores, tais como as expectativas de eventos futuros, considerando as circunstâncias presentes na data-base das informações trimestrais.

Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício financeiro, estão contempladas a seguir.

(a) Perda por redução ao valor recuperável (impairment) de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do plano de negócios da Companhia para um período equivalente à vida útil do ativo em análise. Eventuais atividades de reorganização com as quais a Companhia não esteja comprometida na data-base de apresentação das informações trimestrais ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste são excluídos para fins de teste de *impairment*.

TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- Continuação
Em 30 de junho de 2015 e 2014
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento de receitas e despesas utilizada para fins de extrapolação. Condições econômicas adversas podem fazer com que estas premissas sofram alterações significativas.

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, os principais ativos não financeiros para os quais foi feita esta avaliação são os ativos imobilizado e intangível e os ágios registrados na Companhia e nas suas subsidiárias (vide notas 17 e 18).

No semestre findo em 30 de junho de 2015, não houve alterações nas estimativas e premissas que apresentassem um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos imobilizados e intangíveis nesse período.

(b) Provisão para futura desmobilização de ativos (vide nota 27)

Os custos estimados na desmontagem de torres e equipamentos em imóveis alugados são capitalizados e amortizados pelo prazo estimado de utilização. A Companhia reconhece, através de estimativa, o valor presente destes custos e seu prazo de amortização. Estas estimativas envolvem a avaliação sobre quais seriam os custos de desmobilização, o prazo médio dos contratos de aluguel e a taxa de desconto para determinar o valor presente de tais custos. Tal estimativa é sensível a diversas condições econômicas que podem não ser confirmadas quando da efetiva desmobilização dos ativos.

(c) Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido)

O imposto de renda e a contribuição social (corrente e diferido) são calculados de acordo com interpretações prudentes da legislação em vigor. Este processo normalmente envolve estimativas complexas para determinar o lucro tributável e as diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis. Em particular, o crédito fiscal diferido sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias é reconhecido na proporção da probabilidade de que o lucro real futuro esteja disponível e possa ser utilizado. A mensuração da recuperabilidade do imposto de renda diferido sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias leva em consideração a estimativa de lucro tributável futuro e é baseado em premissas fiscais conservadoras (vide nota 12).

(d) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A provisão para créditos de liquidação duvidosa está apresentada como redução das contas a receber de clientes e é constituída com base no perfil da carteira de assinantes, idade das contas vencidas, conjuntura econômica, curva de arrecadação e riscos envolvidos em cada caso, em montante considerado suficiente para fazer frente a eventuais perdas na realização de tais créditos (vide nota 8).

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- Continuação
Em 30 de junho de 2015 e 2014
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

(e) *Provisão para processos judiciais e administrativos*

Os processos judiciais são analisados pela Administração em conjunto com seus assessores jurídicos (internos e externos). A Companhia considera em suas análises fatores como hierarquia das leis, jurisprudências disponíveis, decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico. Essas avaliações envolvem julgamento da Administração (vide nota 26).

(f) *Valor justo de derivativos e outros instrumentos financeiros (vide nota 42)*

Os instrumentos financeiros apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo são mensurados através de técnicas de avaliação que consideram dados observáveis ou derivados de dados observáveis no mercado.

(g) *Receitas de tráfego não faturadas – “unbilled revenues”*

Como algumas datas de corte para faturamento ocorrem em datas intermediárias dentro dos meses do ano, ao final de cada mês existem receitas já auferidas pela Companhia, mas não efetivamente faturadas a seus clientes. Estas receitas não faturadas são registradas com base em estimativa, que leva em consideração dados históricos de consumo, número de dias transcorridos desde a última data de faturamento, entre outros.

6 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	06/2015	12/2014	06/2015	12/2014
Caixa e bancos	254	(164)	44.871	134.719
Aplicações financeiras:				
CDB/Compromissadas/Fundo DI	61.682	43.619	4.492.679	5.098.273
FI CFI	-	-	304.573	-
	<u>61.936</u>	<u>43.455</u>	<u>4.842.123</u>	<u>5.232.992</u>

Os Certificados de Depósitos Bancários (“CDB”) e Operações Compromissadas são títulos nominativos emitidos por bancos e vendidos ao público como forma de captação de recursos. Tais títulos podem ser negociados durante o prazo contratado, a qualquer momento, sem perda significativa em seu valor e são utilizados para o cumprimento das obrigações de curto prazo pela Companhia.

A remuneração média anual das aplicações da Companhia referente aos CDB’s, Compromissadas e Fundo DI, incluindo aqueles classificados fora da rubrica de caixa e equivalentes de caixa, é de 101,17% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI.

O FI CFI tem liquidez diária. A rentabilidade do fundo desde a aplicação inicial realizada no dia 16 de abril de 2015 até o fechamento do semestre foi de 3,09%.

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- Continuação
Em 30 de junho de 2015 e 2014
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

7 Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

	Controladora		Consolidado	
	06/2015	12/2014	06/2015	12/2014
CDB/Compromissadas/Fundo DI FI CFI	111	98	45.337 2	41.149
Parcela não circulante	<u>111</u>	<u>98</u>	<u>45.339</u>	<u>41.149</u>

A totalidade das aplicações classificadas como não circulante encontram-se restritas para utilização em virtude de processos judiciais.

8 Contas a receber de clientes

	Consolidado	
	06/2015	12/2014
Serviços faturados	1.002.846	1.021.573
Serviços a faturar	638.122	642.950
Uso de rede	392.589	492.748
Venda de mercadorias	1.467.186	1.780.685
Outras contas a receber	3.058	2.924
	<u>3.503.801</u>	<u>3.940.880</u>
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	<u>(330.125)</u>	<u>(373.577)</u>
	3.173.676	3.567.303
Parcela circulante	<u>(3.146.115)</u>	<u>(3.537.417)</u>
Parcela não circulante	<u>27.561</u>	<u>29.886</u>

O valor justo das contas a receber é igual ao valor contábil registrado em 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro de 2014. As contas a receber garantem o montante total das dívidas junto ao BNDES (vide nota 21).

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa foi como segue:

	Consolidado	
	06/2015	12/2014
	(6 meses)	(12 meses)
Saldo inicial	373.577	353.925
Constituição de provisão	116.064	248.576
Baixas da provisão	(159.516)	(228.924)
Saldo final	<u>330.125</u>	<u>373.577</u>

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- Continuação
Em 30 de junho de 2015 e 2014
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

A idade das contas a receber apresenta-se como segue:

	Consolidado	
	06/2015	12/2014
A vencer	2.491.893	2.887.221
Vencidos até 30 dias	188.667	161.726
Vencidos até 60 dias	85.348	59.178
Vencidos até 90 dias	340.571	385.012
Vencidos a mais de 90 dias	397.322	447.743
	<u>3.503.801</u>	<u>3.940.880</u>

9 Estoques

	Consolidado	
	06/2015	12/2014
Aparelhos celulares e <i>tablets</i>	302.248	237.164
Acessórios e cartões pré-pagos	15.198	22.868
TIM chips	<u>27.659</u>	<u>20.943</u>
	345.105	280.975
Provisão para ajuste ao valor de realização	<u>(17.496)</u>	<u>(16.942)</u>
	<u>327.609</u>	<u>264.033</u>

A movimentação da provisão para ajuste ao valor de realização foi como segue:

	Consolidado	
	06/2015	12/2014
	(6 meses)	(12 meses)
Saldo inicial	16.942	15.540
Constituição de provisão	699	2.059
Baixas da provisão	(145)	(657)
Saldo final	<u>17.496</u>	<u>16.942</u>

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- Continuação
Em 30 de junho de 2015 e 2014
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

10 Impostos e contribuições indiretos a recuperar

	Consolidado	
	06/2015	12/2014
ICMS	1.828.821	1.850.569
Outros	29.124	9.064
	<u>1.857.945</u>	<u>1.859.633</u>
Parcela circulante	<u>(1.202.048)</u>	<u>(1.285.143)</u>
Parcela não circulante	<u>655.897</u>	<u>574.490</u>

Os valores de ICMS a recuperar basicamente são compostos pelos créditos sobre as aquisições de ativo imobilizado diretamente relacionadas à prestação de serviço de telecomunicações (crédito parcelado em 48 vezes através do Livro CIAP), e pelos valores de ICMS substituição tributária das operações relacionadas às mercadorias adquiridas para revenda, principalmente os aparelhos celulares, *chips*, *tablets* e *modems* comercializados pela TIM Celular.

11 Impostos e contribuições diretos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	06/2015	12/2014	06/2015	12/2014
Imposto de renda e contribuição social	-	-	23.928	28.385
PIS / Cofins	20.185	20.185	328.943	309.186
Outros	957	463	89.975	43.257
	<u>21.142</u>	<u>20.648</u>	<u>442.846</u>	<u>380.828</u>
Parcela circulante	<u>(21.142)</u>	<u>(20.648)</u>	<u>(418.848)</u>	<u>(357.482)</u>
Parcela não circulante	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>23.998</u>	<u>23.346</u>

Os valores de PIS/COFINS a recuperar referem-se (i) aos créditos oriundos do processo judicial transitado em julgado e que versava sobre a inconstitucionalidade do alargamento da base de cálculo destas contribuições através da Lei 9.718, bem como (ii) a créditos relacionados à compra de estoques de mercadorias para revenda, basicamente aparelhos celulares, *tablets* e *modems*.

12 Imposto de renda e contribuição social diferidos

O cálculo do imposto de renda e da contribuição social diferidos é feito utilizando-se as alíquotas vigentes de cada imposto. Em 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro de 2014, as alíquotas vigentes foram de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social. Considera também os incentivos fiscais apresentados na Nota 37.

TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- Continuação

Em 30 de junho de 2015 e 2014

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Os valores contabilmente registrados são os seguintes:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>06/2015</u>	<u>12/2014</u>	<u>06/2015</u>	<u>12/2014</u>
<u>Impostos diferidos passivos</u>				
Custo atribuído – Intelig	-	-	(126.243)	(129.206)
Ágio amortizado – TIM Fiber	-	-	(232.882)	(201.125)
Operações com derivativos	-	-	(168.981)	(150.842)
Juros capitalizados 4G	-	-	(39.754)	-
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(567.860)</u>	<u>(481.173)</u>
<u>Impostos diferidos ativos</u>				
Prejuízo fiscal	23.646	21.738	1.082.553	1.184.366
Base negativa de contribuição social	8.577	7.890	403.442	440.095
<u>Diferenças temporárias</u>				
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	115.948	130.288
Provisão para processos judiciais e administrativos	1.257	1.225	139.909	138.151
Ajuste a valor presente – licença 3G	-	-	15.921	16.892
<i>Imposto de renda diferido s/ajustes CPC's:</i>				
Depreciação obrigações decorrentes de desmobilização de ativos	-	-	11.360	25.280
Atualização monetária s/ obrigações decorrentes de desmobilização de ativos	-	-	6.765	14.107
Encargos financeiros capitalizados	-	-	752	1.020
Encargos s/ autorizações	-	-	1.160	1.934
Aquisição de ações de acionistas não controladores	53.569	53.569	53.569	53.569
Combinação de negócios aquisição Intelig	-	-	71.405	71.405
Aluguel Infraestrutura LT Amazonas	-	-	10.820	8.381
Efeito de incorporação - TIM Fibers	-	-	855	940
Provisão para participação dos empregados	253	495	23.356	26.047
Tributos com exigibilidade suspensa	-	-	12.872	12.872
Juros capitalizados 4G	-	-	-	(4.310)
Outros	-	-	1.060	(3.764)
	<u>87.302</u>	<u>84.917</u>	<u>1.951.747</u>	<u>2.117.273</u>
Provisão para desvalorização de créditos fiscais (Intelig e TIM Participações)	<u>(87.302)</u>	<u>(84.917)</u>	<u>(1.231.458)</u>	<u>(1.228.209)</u>
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>720.289</u>	<u>889.064</u>

TIM Celular

A TIM Celular, fundamentada em projeções de resultados tributáveis futuros, constitui créditos de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre a totalidade de seus prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias.

TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- Continuação
Em 30 de junho de 2015 e 2014
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Com base nestas projeções, a controlada possui a seguinte expectativa de recuperação dos créditos:

	Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social
2015	122.155
2016	158.725
2017	162.624
	<hr/> 443.504
Diferenças temporárias	276.785
	<hr/> <hr/> 720.289

As estimativas de recuperação dos créditos tributários foram calculadas levando-se em consideração premissas financeiras e de negócios disponíveis no encerramento do exercício de 2014. Não é necessário o desconto a valor presente para demonstrar a recuperação dos créditos. Sendo assim, nenhuma taxa de desconto foi utilizada para esta análise. Conforme citado na nota 5, tendo em vista as incertezas inerentes ao processo de estimativa, essas previsões podem não se confirmar no futuro.

A controlada TIM Celular utilizou créditos oriundos de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social no montante de R\$138.207 durante o primeiro semestre de 2015 (R\$123.202 em 30 de junho de 2014).

Intelig

Baseada nas projeções dos lucros tributáveis futuros e considerando seu histórico de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, a Intelig entende que, atualmente, não possui os requisitos mínimos para registro de imposto de renda e contribuição social diferidos. Sendo assim, a controlada manteve a provisão sobre a totalidade destes créditos fiscais. Em 30 de junho de 2015, o montante total provisionado era de R\$1.144.156 (R\$1.143.292 em 31 de dezembro de 2014), dos quais R\$1.010.268 referem-se a prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social e R\$133.888 referem-se a diferenças temporárias. A Intelig possui imposto de renda e contribuição social diferidos registrados no passivo no montante de R\$126.243 (R\$129.206 em 31 de dezembro de 2014), proveniente do processo de adoção do custo atribuído aos ativos fixos na data de transição para adoção inicial do IFRS.

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- Continuação

Em 30 de junho de 2015 e 2014

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

TIM Participações S.A.

Por ser uma *holding*, a Companhia não possui atividades que normalmente possam compensar os prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição social e diferenças temporárias acumuladas. Em 30 de junho de 2015, a provisão para perdas sobre tais créditos fiscais diferidos montava em R\$87.302 (R\$84.917 em 31 de dezembro de 2014).

13 Despesas antecipadas

	Consolidado	
	06/2015	12/2014
Fistel (*)	514.380	-
Aluguéis e seguros	45.245	46.434
Propagandas não veiculadas	113.205	225.423
Swap de rede (**)	42.046	46.417
Outros	15.275	18.577
	730.151	336.851
Parcela circulante	(670.782)	(266.264)
Parcela não circulante	59.369	70.587

(*) A taxa Fistel, paga em março de 2015, refere-se ao exercício de 2015 e está sendo amortizada mensalmente de acordo com o respectivo fato gerador.

(**) Em 1º de abril de 2010, a controlada Intelig e a GVT firmaram contrato de cessão onerosa e recíproca de infraestrutura de fibras óticas (*swap* de rede), visando a expandir suas respectivas áreas de atuação. Considerando a substância econômica da transação, o valor foi registrado na conta de despesas antecipadas (circulante e não circulante) em contrapartida à rubrica de receitas diferidas (circulante e não circulante). Em 30 de junho de 2015 os saldos de curto prazo eram de R\$8.742 (R\$8.742 em 31 de dezembro de 2014) e de longo prazo eram de R\$33.304 (R\$37.675 em 31 de dezembro de 2014). Ambos montantes são apropriados ao resultado na mesma proporção, durante um período de 10 anos.

14 Depósitos judiciais

	Controladora		Consolidado	
	06/2015	12/2014	06/2015	12/2014
Cível	11.396	11.209	384.623	392.270
Trabalhista	54.867	53.127	386.642	347.673
Tributário	1.361	1.295	256.966	245.966
Regulatório	-	-	108	108
Parcela não circulante	67.624	65.631	1.028.339	986.017

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- Continuação
Em 30 de junho de 2015 e 2014
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

15 Outros ativos

	Controladora		Consolidado	
	06/2015	12/2014	06/2015	12/2014
Adiantamentos a fornecedores	161	56	112.744	137.321
Adiantamentos a empregados	119	50	23.414	4.253
Incentivos fiscais	-	-	6.554	6.554
Direitos a receber - TIM Celular	11.485	12.259	-	-
Outros direitos	376	378	43.961	45.816
	<u>12.141</u>	<u>12.743</u>	<u>186.673</u>	<u>193.944</u>
Parcela circulante	<u>(12.141)</u>	<u>(12.743)</u>	<u>(174.664)</u>	<u>(182.018)</u>
Parcela não circulante	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>12.009</u>	<u>11.926</u>

16 Investimentos - Controladora

(a) Participações em empresas controladas:

	06/2015	
	TIM Celular	Intelig
Quantidade de ações/quotas detidas	38.254.833.561	3.279.157.266
Participação no capital total	100%	100%
Patrimônio líquido	15.344.533	1.006.356
Lucros não realizados	-	(1.562)
Patrimônio líquido ajustado	<u>15.344.533</u>	<u>1.004.794</u>
Lucro líquido do período	1.241.134	4.725
Lucros não realizados	-	403
Lucro líquido ajustado do período	<u>1.241.134</u>	<u>5.128</u>
Resultado de equivalência patrimonial	<u>1.241.134</u>	<u>5.128</u>
Valor do investimento	<u>15.344.534</u>	<u>1.004.794</u>

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- Continuação
Em 30 de junho de 2015 e 2014
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

	12/2014		Total
	TIM Celular	Intelig	
Quantidade de ações/quotas detidas	38.254.833.561	3.279.157.266	
Participação no capital total	100%	100%	
Patrimônio líquido	14.101.630	1.001.566	
Lucros não realizados	-	(1.965)	
Patrimônio líquido ajustado	<u>14.101.630</u>	<u>999.601</u>	
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	1.624.569	(46.188)	
Lucros não realizados	-	807	
Lucro líquido (prejuízo) ajustado do exercício	<u>1.624.569</u>	<u>(45.381)</u>	<u>1.579.188</u>
Resultado de equivalência patrimonial	<u>1.624.569</u>	<u>(45.381)</u>	<u>1.579.188</u>
Valor do investimento	<u>14.101.630</u>	<u>999.601</u>	<u>15.101.231</u>

(b) Mutação do investimento em empresas controladas:

	TIM Celular	Intelig	Total
Saldo do investimento em 31 de dezembro de 2013	<u>13.340.411</u>	<u>1.044.847</u>	<u>14.385.258</u>
Resultado de equivalência patrimonial	1.624.569	(45.381)	1.579.188
Opções de compra de ações	4.681	135	4.816
Dividendos complementares	(482.486)	-	(482.486)
Destinação de dividendos	(385.835)	-	(385.835)
Reflexo do valor de complemento de benefício pós-emprego	290	-	290
Saldo do investimento em 31 de dezembro de 2014	<u>14.101.630</u>	<u>999.601</u>	<u>15.101.231</u>
Resultado de equivalência patrimonial	1.241.134	5.128	1.246.262
Opções de compra de ações	1.770	65	1.835
Saldo do investimento em 30 de junho de 2015	<u>15.344.534</u>	<u>1.004.794</u>	<u>16.349.328</u>

TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- Continuação
 Em 30 de junho de 2015 e 2014
 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

17 Imobilizado

(a) Movimentação do imobilizado

	Consolidado				Saldo em 06/2015
	Saldo em 12/2014	Adições	Baixas	Transferência	
<u>Custo do Imobilizado Bruto</u>					
Equipamentos de comutação / transmissão	15.352.349	-	(585.331)	808.366	15.575.384
Cabos de fibra ótica	517.647	-	(160)	28.452	545.939
Aparelhos em comodato	1.800.938	-	(9.563)	79.179	1.870.554
Infraestrutura	4.391.570	976.544	(902.416)	235.157	4.700.855
Bens de informática	1.468.792	-	(1.968)	25.319	1.492.143
Bens de uso geral	613.588	-	(2.863)	19.667	630.392
Terrenos	40.451	-	-	343	40.794
Obras em andamento	671.845	994.862	-	(1.196.483)	470.224
<u>Total Imobilizado Bruto</u>	24.857.180	1.971.406	(1.502.301)	-	25.326.285
<u>Depreciação acumulada</u>					
Equipamentos de comutação / transmissão	(10.140.317)	(585.410)	548.636	-	(10.177.091)
Cabos de fibra ótica	(161.975)	(18.541)	15	-	(180.501)
Aparelhos em comodato	(1.673.641)	(58.689)	4.019	-	(1.728.311)
Infraestrutura	(2.327.097)	(178.679)	638.939	-	(1.866.837)
Bens de informática	(1.234.678)	(41.796)	1.968	-	(1.274.506)
Bens de uso geral	(404.543)	(21.724)	2.657	-	(423.610)
<u>Total Depreciação Acumulada</u>	(15.942.251)	(904.839)	1.196.234	-	(15.650.856)
<u>Imobilizado líquido</u>					
Equipamentos de comutação / transmissão	5.212.032	(585.410)	(36.695)	808.366	5.398.293
Cabos de fibra ótica	355.672	(18.541)	(145)	28.452	365.438
Aparelhos em comodato	127.297	(58.689)	(5.544)	79.179	142.243
Infraestrutura	2.064.473	797.865	(263.477)	235.157	2.834.018
Bens de informática	234.114	(41.796)	-	25.319	217.637
Bens de uso geral	209.045	(21.724)	(206)	19.667	206.782
Terrenos	40.451	-	-	343	40.794
Obras em andamento	671.845	994.862	-	(1.196.483)	470.224
<u>Total</u>	8.914.929	1.066.567	(306.067)	-	9.675.429

TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- Continuação

Em 30 de junho de 2015 e 2014

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Os valores consolidados no período incluem o efeito de R\$306.656 decorrente do valor líquido da baixa relativa a venda das torres e a adição no montante de R\$976.544 referente ao valor dos ativos retroarrendados (*leaseback*).

(b) Taxas de depreciação

	<u>Taxa anual %</u>
Equipamentos de comutação/ transmissão	8 a 14,29
Cabos de fibra ótica	4 a 10
Aparelhos em comodato	50
Infraestrutura	4 a 10
Bens de informática	20
Bens de uso geral	4 a 10

Em 2014, em conformidade com o IAS 16 (CPC 27), aprovado por Deliberação da CVM, a Companhia e suas subsidiárias realizaram avaliações da vida útil aplicada em seus ativos imobilizados e concluíram que não ocorreu nenhuma mudança significativa ou alteração nas circunstâncias em que as estimativas se basearam de forma a justificar mudanças na vida útil utilizada atualmente. A determinação da vida útil dos ativos leva em consideração não só o tipo de ativo, mas também seu regime de utilização e as condições às quais este ativo é submetido durante seu uso.

18 Intangível

Os valores das autorizações para exploração do SMP e direitos de uso de radiofrequências, assim como *software*, *ágio* e outros são demonstrados como segue:

TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- Continuação

Em 30 de junho de 2015 e 2014

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

	Consolidado					Saldo em 06/2015
	Saldo em 12/2014	Adições	Transferência	Baixas	Juros capitalizados	
<u>Custo do Intangível Bruto</u>						
Direito de uso de <i>softwares</i>	11.502.962	-	787.782	(15.683)	-	12.275.061
Autorizações	5.078.310	56.842	1.993	-	-	5.137.145
Ágio	1.527.219	-	-	-	-	1.527.219
Lista de clientes	95.200	-	-	-	-	95.200
Direito de uso de infraestrutura -						
LT Amazonas	198.202	-	-	-	-	198.202
Outros ativos	164.182	-	2.943	-	-	167.125
Ativos intangíveis em desenvolvimento	2.954.175	1.019.742	(792.718)	-	122.137	3.303.336
Total Intangível Bruto	21.520.250	1.076.584	-	(15.683)	122.137	22.703.288
<u>Amortização acumulada</u>						
Direito de uso de <i>softwares</i>	(8.477.702)	(545.572)	-	15.432	-	(9.007.842)
Autorizações	(3.614.957)	(175.734)	-	-	-	(3.790.691)
Lista de clientes	(53.200)	(8.400)	-	-	-	(61.600)
Direito de uso de infraestrutura -						
LT Amazonas	(12.802)	(4.955)	-	-	-	(17.757)
Outros ativos	(38.955)	(4.390)	-	-	-	(43.345)
Total Amortização Acumulada	(12.197.616)	(739.051)	-	15.432	-	(12.921.235)
<u>Intangível Líquido</u>						
Direito de uso de <i>softwares</i>	3.025.260	(545.572)	787.782	(251)	-	3.267.219
Autorizações	1.463.353	(118.892)	1.993	-	-	1.346.454
Ágio (b)	1.527.219	-	-	-	-	1.527.219
Lista de clientes (c)	42.000	(8.400)	-	-	-	33.600
Direito de uso de infraestrutura -						
LT Amazonas (d)	185.400	(4.955)	-	-	-	180.445
Outros ativos	125.227	(4.390)	2.943	-	-	123.780
Ativos intangíveis em desenvolvimento (e)	2.954.175	1.019.742	(792.718)	-	122.137	3.303.336
Total Intangível Líquido	9.322.634	337.533	-	(251)	122.137	9.782.053

TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- Continuação
Em 30 de junho de 2015 e 2014
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

(a) Taxas de amortização

	<u>Taxa anual %</u>
Direito de uso de <i>softwares</i>	20
Autorizações	5 a 50
Lista de clientes	17,65
Direito de uso de infraestrutura - LT Amazonas	5
Outros ativos	20

(b) Ágios registrados em anos anteriores

(b.1) Aquisição da Intelig

No exercício findo em 31 de dezembro de 2009, como resultado da avaliação ao valor justo dos ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos da Intelig na data de sua aquisição, os ativos líquidos adquiridos a valor justo totalizaram R\$529.714. Assim, o valor pago pela aquisição da Intelig no montante de R\$739.729 em 30 de dezembro de 2009 foi superior em R\$210.015 ao valor justo dos ativos líquidos adquiridos. Referido valor excedente foi alocado como ágio (“*goodwill*”) e é representado/fundamentado pela expectativa de rentabilidade futura da Companhia. Como acontece para todos os ágios, sua recuperabilidade é analisada anualmente, através do teste de *impairment*.

Para fins da realização deste teste, em 31 de dezembro de 2014, a Companhia utilizou o método do valor em uso, com as seguintes premissas:

- A rede de transporte da Intelig é fundamental para o desenvolvimento dos negócios no Grupo, permitindo e sustentando o desenvolvimento das atuais e novas ofertas de serviços e também gerando significativa redução nos custos de *leased lines*. Para fins de determinação do valor da economia de custos de *leased lines*, foram utilizados os preços de aluguel de meios normalmente praticados no mercado, levando-se em consideração o local onde os meios estão instalados. O valor presente destes potenciais aluguéis são subtraídos do valor líquido do ativo permanente da Intelig registrado em 31 de dezembro de 2014;
- A projeção dos custos de manutenção e operação da rede da Intelig foi baseada na taxa de inflação esperada pela Companhia (5,2% a.a.) e encontra-se alinhada com as projeções preparadas por instituições representativas do mercado;
- O prazo projetado para cálculo do valor em uso foi de 12 anos, consistente com a vida útil média dos ativos de rede da Intelig;
- A taxa de desconto para os fluxos de caixa projetados foi de 12,32% a.a.

Os resultados dos testes de *impairment* realizados em 31 de dezembro de 2014 não indicaram nenhuma necessidade de provisão para perdas.

Em 30 de junho de 2015 a Companhia revisou os indicadores de *impairment* e não identificou a necessidade de revisão do teste de *impairment* no período.

TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- Continuação

Em 30 de junho de 2015 e 2014

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

(b.2) Ágio decorrente das aquisições de TIM Fiber SP e TIM Fiber RJ

A TIM Celular adquiriu, ao final de 2011, as empresas Eletropaulo Telecomunicações Ltda. (que posteriormente teve sua razão social alterada para TIM Fiber SP Ltda. – “TIM Fiber SP”) e AES Communications Rio de Janeiro S.A. (que posteriormente teve sua razão social alterada para TIM Fiber RJ S.A. – “TIM Fiber RJ”). Estas empresas eram prestadoras do SCM nos principais municípios da Grande São Paulo e do Grande Rio de Janeiro, respectivamente. As aquisições tiveram como objetivo a ampliação da atuação da Companhia no negócio de comunicação de dados de alta velocidade, propiciando a oferta de novos produtos aos seus clientes e a redução do custo com aluguel de infraestrutura, assim como a obtenção de outras importantes sinergias relacionadas à rede de fibra ótica.

TIM Fiber SP Ltda. e TIM Fiber RJ S.A. foram incorporadas à TIM Celular S.A. em 29 de agosto de 2012.

A controlada TIM Celular registrou ágio, de forma definitiva, advindo da compra das empresas TIM Fiber SP e TIM Fiber RJ, no valor total de R\$1.159.648. Um dos itens que suporta os ágios decorrentes destas transações é a rentabilidade futura das operações dos negócios de banda larga residencial. O teste de *impairment* destes ágios utilizou esta UGC e a metodologia do valor em uso. Foram levadas em consideração as seguintes premissas:

- Percentuais de crescimento do número de clientes, alinhados com o plano de negócios da Companhia;
- Incremento das receitas de serviços prestados devido a: mix de velocidade garantida e opção de voz sobre IP;
- Projeção dos custos de operação e manutenção considerando o crescimento do número de clientes atendidos, eventuais ganhos de escala e efeitos de inflação. A taxa de inflação esperada pela Companhia para os gastos operacionais da Fiber (5,2% a.a.) encontra-se alinhada com as projeções preparadas por instituições representativas do mercado;
- Por tratar-se de um *business* contínuo, a partir do décimo primeiro ano de projeção foi estimada uma perpetuidade de crescimento nominal dos fluxos de caixa de 3% a.a.;
- A taxa de desconto para os fluxos de caixa projetados foi de 13,25% a.a.

Vale ressaltar que as sinergias de rede advindas da estrutura das antigas TIM Fiber (*leased lines savings*, assim como ocorre com a rede da Intelig) também suportam a rentabilidade futura relacionada aos ágios na aquisição destas empresas. Considerando que os fluxos de caixa relacionados ao negócio de banda larga residencial já são suficientes para suportar os ágios registrados, a Companhia não estendeu seu teste de *impairment* para calcular o valor em uso das sinergias de rede. Se necessário, estas sinergias também podem ser levadas em consideração nos testes de anuais de *impairment*.

Os resultados dos testes de *impairment* realizados em 31 de dezembro de 2014 não indicaram nenhuma necessidade de provisão para perdas.

Em 30 de junho de 2015 a Companhia revisou os indicadores de *impairment* e não identificou a necessidade de revisão do teste de *impairment* no período.

TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- Continuação
Em 30 de junho de 2015 e 2014
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

(b.3) Aquisição de participações minoritárias da TIM Sul e TIM Nordeste

A Companhia adquiriu em 2005 a totalidade das ações junto aos acionistas minoritários na TIM Sul e na TIM Nordeste com ações emitidas pela TIM Participações S.A., convertendo as referidas empresas em controladas integrais. Esta operação foi registrada à época pelo valor contábil dessas ações nas demonstrações financeiras, não registrando ágio decorrente da diferença de valor de mercado entre as ações negociadas. Para fins da primeira adoção de IFRS, em 2010, a Companhia optou por aplicar a isenção permitida pelo IFRS 1, e registrou o ágio no montante de R\$157.556, o qual foi apurado à época quando da elaboração das demonstrações financeiras em IFRS reportadas à sua controladora em 2005.

As projeções combinadas do Grupo (que abrangem o negócio de telefonia móvel, banda larga residencial, telefonia fixa, aluguel de meios, etc), trazidas a valor presente, indicam que não há necessidade de constituição de provisão para perdas deste valor. As premissas utilizadas nestas projeções foram detalhadas anteriormente.

(c) Lista de clientes

Como parte do processo de alocação do preço de aquisição (“*purchase price allocation*”) relacionado às aquisições de TIM Fiber SP Ltda e TIM Fiber RJ S.A., foram identificados direitos contratuais para prestação de serviços futuros pelas empresas adquiridas. Tais direitos contratuais foram mensurados ao seu *fair value* na data de aquisição das empresas e vêm sendo amortizados de acordo com sua vida útil, estimada na mesma data.

(d) Direito de uso de infraestrutura - LT Amazonas

A controlada TIM Celular assinou contratos de direito de uso de infraestrutura com empresas que exploram linhas de transmissão de energia elétrica na Região Norte do Brasil. Tais contratos enquadram-se no escopo do ICPC 3 (IFRIC 4) e são classificados como arrendamentos mercantis financeiros.

Adicionalmente, a TIM Celular assinou contratos de compartilhamento de infraestrutura de rede com a Telefônica Brasil S.A, também na Região Norte. Nestes, as duas operadoras otimizam recursos e reduzem seus respectivos custos operacionais.

(e) Leilão e pagamento de Licença 4G em 700 Mhz

Em 30 de setembro de 2014, a TIM Celular adquiriu o Lote 2 no Leilão da faixa de 700 MHz no montante de R\$1.739 milhões. Em dezembro de 2014, a Companhia efetuou o pagamento de R\$1.678 milhões, registrando o saldo remanescente no valor de R\$61 milhões como dívida, conforme previsto no edital.

A TIM Celular está contestando este saldo remanescente perante a Anatel e sobre o mesmo incorrem juros (1% a.m.) e correção monetária pelo IGP-DI, tais montantes são capitalizados pela Companhia. O impacto em junho de 2015 foi de R\$3.785 (R\$468 em dezembro de 2014) de juros e R\$3.410 (R\$719 em dezembro de 2014) de correção monetária sobre o saldo.

TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- Continuação

Em 30 de junho de 2015 e 2014

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Adicionalmente, conforme definido no edital, a Companhia terá de arcar com os custos relacionados à limpeza da frequência da faixa de 700 MHz adquirida. O valor nominal devido pela Companhia para a limpeza relacionada ao lote adquirido é de R\$904 milhões. A Companhia também possui um custo adicional referente ao que não foi arrematado no leilão e subsequentemente dividido pela Anatel entre as operadoras vencedoras do leilão de R\$295 milhões, totalizando R\$1.199 milhões a serem pagos relacionados a estes custos.

Para a realização das atividades de limpeza do espectro, a TIM, junto com as outras empresas vencedoras do leilão, constituíram em março de 2015 uma entidade administradora, denominada EAD. Anualmente, entre 2015 e 2018, a TIM, assim como outras empresas vencedoras do leilão, desembolsará valores de acordo com cronograma definido no edital, para arcar, por meio da EAD, com os custos dessas atividades de limpeza. Por tratar-se de obrigação de longo prazo, o montante a pagar de R\$1.199 milhões foi reduzido em R\$47 milhões pela aplicação do conceito de ajuste ao valor presente ("AVP"). Mensalmente, há a apropriação dos juros do AVP e reajuste pelo índice IGP-DI. No período findo em 30 de junho de 2015, a apropriação dos juros gerou um impacto de R\$14.103 (R\$2.068 em dez/14) e a correção monetária, de R\$40.840 (R\$10.466 em dezembro de 2014).

Em 9 de abril de 2015, foi efetuado o primeiro pagamento junto a EAD no montante de R\$370.379.

As licenças acima mencionadas enquadram-se no conceito de ativo qualificável. Conseqüentemente, os encargos financeiros sobre recursos captados sem destinação específica, utilizados com propósito de obter um ativo qualificável, são capitalizados pela taxa média de 11,51% dos empréstimos vigentes durante o período. O montante capitalizado no período findo em 30 de junho de 2015 foi de R\$104.249 (R\$12.677 em dezembro de 2014).

19 Arrendamento Mercantil ("Leasing")

Ativo

	Consolidado	
	06/2015	12/2014
LT Amazonas	197.620	195.036
	<u>197.620</u>	<u>195.036</u>
Parcela circulante	(1.792)	(1.525)
Parcela não circulante	195.828	193.511
	<u>195.828</u>	<u>193.511</u>

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- Continuação
Em 30 de junho de 2015 e 2014
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

LT Amazonas

Em decorrência do contrato firmado com a LT Amazonas, a controlada TIM Celular assinou contratos de compartilhamento de infraestrutura de rede com a Telefónica Brasil S.A. Nestes acordos, TIM Celular e Telefónica Brasil S.A. dividem investimentos feitos na Região Norte do Brasil. A controlada possui valores mensais a receber da Telefónica Brasil S.A. por um período de 20 anos, reajustados anualmente pelo IPC-A. O valor nominal consolidado das parcelas futuras a receber pela TIM Celular é de R\$378.727.

A tabela a seguir apresenta o cronograma de recebimentos do contrato em vigor com a Telefónica Brasil S.A., relativos ao Projeto LT Amazonas. Tais valores representam os recebimentos estimados nos contratos assinados e encontram-se demonstrados por seus valores nominais. É importante ressaltar que estes saldos diferem daqueles registrados nos livros contábeis, pois, nestes últimos, os montantes são registrados a valor presente:

	Valores nominais
Até junho de 2016	22.000
Julho de 2016 a junho de 2019	80.832
Julho de 2020 em diante	275.895
	378.727

O valor presente das parcelas a receber é de R\$197.620 (R\$195.036 em 2014) composto por R\$185.558 de principal e R\$12.062 de juros incorridos até 30 de junho de 2015 e foi estimado, na data de assinatura dos contratos com as transmissoras, projetando-se os recebimentos futuros por uma taxa de inflação de 5,22% e descontando-os a 12,56%.

Passivo

	Consolidado	
	06/2015	12/2014
LT Amazonas	335.307	329.669
Venda de Torres	989.954	-
	1.325.261	329.669
Parcela circulante	(18.000)	(3.642)
Parcela não circulante	1.307.261	326.027

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- Continuação
Em 30 de junho de 2015 e 2014
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

i) LT Amazonas

A controlada TIM Celular assinou contratos de direito de uso de infraestrutura com empresas que exploram linhas de transmissão de energia elétrica na Região Norte do Brasil (“LT Amazonas”). A vigência dos acordos é de 20 anos, contados a partir da data em entrada de operação dos ativos. Os contratos preveem pagamentos mensais às detentoras dos direitos de transmissão de energia elétrica, atualizados anualmente pelo IPC-A.

A tabela a seguir apresenta o cronograma de pagamentos dos contratos em vigor relativos ao Projeto LT Amazonas. Tais valores representam os desembolsos estimados nos contratos assinados com as distribuidoras e encontram-se demonstrados por seus valores nominais. É importante ressaltar que estes saldos diferem daqueles registrados nos livros contábeis, pois, nestes últimos, os montantes são registrados a valor presente:

	<u>Valores nominais</u>
Até junho de 2016	41.642
Julho de 2016 a junho de 2019	148.211
Julho de 2020 em diante	504.859
	<u>694.712</u>

O valor nominal consolidado das parcelas futuras devidas pela TIM Celular é de R\$694.712. Seu valor presente é de R\$335.307 (R\$ 329.669 em 2014), sendo R\$313.001 de principal e R\$22.306 de juros em 30 de junho de 2015 e foi estimado, na data de assinatura dos contratos com as transmissoras, projetando-se os pagamentos futuros por uma taxa de inflação de 5,22% e descontando-os a 14,44%. Além destes saldos, o valor total do direito de uso também contempla R\$70.759 referentes a investimentos em ativo imobilizado feitos pela TIM Celular e posteriormente doados às concessionárias de transmissão de energia elétrica. Tal doação já era prevista nos contratos assinados entre as partes.

ii) Venda e *leaseback* das Torres

Em decorrência do contrato de aluguel das torres (MLA) a TIM Celular acordou em alugar parte do espaço existente nas torres por um período de 20 anos, a contar da data de transferência de cada torre. O contrato prevê alugueis mensais por tipo de torres (*greenfield e rooftop*), reajustados anualmente pelo IGP-M.

A tabela a seguir apresenta o cronograma de pagamento do contrato em vigor relativos ao MLA. Tais valores representam os desembolsos estimados no contrato assinado com a ATC e encontram-se demonstrados por seus valores nominais. É importante ressaltar que estes saldos diferem daqueles registrados nos livros contábeis, pois, nestes últimos, os montantes são registrados a valor presente

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- Continuação
Em 30 de junho de 2015 e 2014
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

	Valores nominais
Até junho de 2016	118.033
Julho de 2016 a junho de 2019	418.492
Julho de 2020 em diante	1.342.660
	1.879.185

O valor nominal consolidado das parcelas futuras devidas pela TIM Celular é de R\$1.879.185. Seu valor presente é de R\$989.954, sendo R\$976.544 de principal e R\$13.410 de juros em 30 de junho de 2015 e foi estimado, na data de assinatura do contrato, projetando-se os pagamentos futuros por uma taxa de inflação de 5% e descontando-os a 14,39%.

20 Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	06/2015	12/2014	06/2015	12/2014
Moeda nacional				
Fornecedores de materiais e serviços	3.270	1.218	3.737.058	5.083.718
Interconexão (a)	-	-	73.186	154.641
Roaming (b)	-	-	1.171	635
Co-billing (c)	-	-	66.677	56.388
	3.270	1.218	3.878.092	5.295.382
Moeda estrangeira				
Fornecedores de materiais e serviços	274	-	78.750	82.780
Interconexão (a)	-	-	-	323
Roaming (b)	-	-	18.998	23.719
	274	-	97.748	106.822
Parcela circulante	3.544	1.218	3.975.840	5.402.204

(a) Refere-se à utilização da rede de outras operadoras de telefonia fixa e móvel, nos casos em que as chamadas são iniciadas na rede TIM e finalizadas nas outras operadoras.

(b) Refere-se às chamadas efetuadas quando o cliente está fora de sua área de registro, sendo considerado visitante na outra rede.

(c) Refere-se às chamadas efetuadas pelo cliente ao escolher outra operadora de longa distância.

TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- Continuação
Em 30 de junho de 2015 e 2014
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

21 Empréstimos e financiamentos

Descrição	Moeda	Encargos	Vencimento	Garantias	Consolidado	
					06/2015	12/2014
BNDES	URTJLP	TJLP a TJLP + 3,62% a.a.	Jul/17 a Jul/22	Aval da TIM Part. e recebíveis da TIM Celular	2.316.757	2.522.781
BNDES	UMIPCA	UMIPCA + 2,62% a.a.	Jul/17	Aval da TIM Part. e recebíveis da TIM Celular	103.723	92.939
BNDES	UM143	SELIC + 2,52%	Jul/22	Aval da TIM Part. e recebíveis da TIM Celular	967.057	913.208
BNDES (PSI)	R\$	2,50% a 4,50% a.a.	Jul/18 a Jan/21	Aval da TIM Part. e recebíveis da TIM Celular	358.518	386.420
BNB	R\$	10,00% a.a.	Jan/16	Fiança Bancária e Aval da TIM Part.	6.442	11.966
Banco do Brasil (CCB)	R\$	106,50% do CDI	Set/15 a Dez/15	-	324.864	413.458
Banco BNP Paribas	USD	Libor 6M + 2,53% a.a.	Dez/17	Aval da TIM Part.	185.747	190.841
Banco Europeu de Investimento (BEI)	USD	Libor 6M + 0,57% a 1,32% a.a.	Set/16 a Fev/20	Fiança Bancária e Aval da TIM Part.	1.477.100	1.264.463
Bank of America (Res. 4131)	USD	Libor 3M + 1,35% a.a.	Set/16	-	371.882	318.387
KFW	USD	Libor 6M+ 1,35% a.a.	Abr/19	Aval da TIM Part.	276.809	266.509
JP Morgan (Res. 4131)	USD	1,73% a.a.	Set/15	-	155.890	133.448
Cisco Capital	USD	1,80% a.a.	Set/18 a Nov/19		249.191	239.999
Total:					6.793.980	6.754.419
Circulante					(1.254.951)	(1.281.554)
Não Circulante					5.539.029	5.472.865

A Controladora TIM Participações não possui empréstimos e financiamentos em 30 de junho de 2015.

O empréstimo em moeda estrangeira, contratado junto ao Banco BNP Paribas, e os financiamentos da TIM Celular, contratados junto ao BNDES, foram obtidos para a expansão da rede de telefonia móvel e possuem cláusulas contratuais restritivas que preveem o cumprimento de determinados índices financeiros calculados semestralmente. A controlada TIM Celular vem atendendo aos índices financeiros definidos.

TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- Continuação

Em 30 de junho de 2015 e 2014

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Em dezembro de 2013 a TIM Celular contratou junto ao BNDES uma linha de financiamento no montante total de R\$ 5.700 milhões, que será utilizada para financiar os investimentos em rede e em tecnologia da informação dos anos de 2014, 2015 e 2016. O montante total contratado junto ao BNDES divide-se da seguinte forma: i) R\$ 2.402 milhões a um custo de TJLP +2,52% e prazo total de 8 anos; ii) 2.636 milhões a um custo de SELIC + 2,52% e prazo total de 8 anos; iii) R\$ 428 milhões a um custo de 3,50% a.a. e prazo total de 7 anos (referente à linha de financiamento PSI); iv) R\$ 189 milhões a um custo de TJLP+1,42% e prazo total de 8 anos e v) R\$ 45 milhões a um custo de TJLP e prazo total de 8 anos.

Em abril de 2014 a TIM Celular efetuou a primeira liberação desta linha no montante de R\$1.749 milhões, dos quais i) R\$ 770 milhões a um custo de TJLP + 2,52%; ii) R\$ 845,5 milhões a um custo de SELIC + 2,52%; iii) 4,5 milhões a um custo de TJLP e; iv) 129 milhões a um custo fixo de 3,5% a.a. (PSI).

Em dezembro de 2014 a TIM Celular efetuou uma nova liberação junto ao BNDES referente ao contrato assinado em dezembro de 2013 no montante de R\$12 milhões a um custo de TJLP e prazo total de 8 anos.

As operações referentes à linha de financiamento PSI enquadram-se no escopo do IAS 20 (CPC 07-R1) - Subvenção e Assistência Governamentais. Portanto, utilizando-se do método de juros efetivos definido pelo IAS 39 (CPC 38) - Instrumentos Financeiros, Reconhecimento e Mensuração, foi realizado um comparativo entre i) o valor total da dívida calculada com base nas taxas fixadas em contrato e ii) o valor total da dívida calculada com base nas taxas médias praticadas pelo mercado (valor justo). O saldo correspondente em 30 de junho de 2015 ao ajuste referente a subvenção concedida pelo BNDES para a totalidade de linhas do PSI, é de aproximadamente R\$ 83 milhões, sendo este montante registrado no grupo de “Receitas diferidas” na rubrica de “Subvenções Governamentais” e o diferimento é feito de acordo com a vida útil do ativo que está sendo financiado e apropriado no resultado em “Outras Receitas de Subvenção”.

Em abril de 2014, a TIM Celular assinou uma linha de crédito junto ao Banco KFW, no valor de USD100 milhões. Simultaneamente, houve a contratação antecipada de um swap a termo com o objetivo de eliminar qualquer risco de variação cambial. O custo desta operação após contratação do Swap ficou em 102,5% CDI e o prazo final em 4,5 anos.

Em setembro e dezembro de 2014 a Companhia assinou aditivos às Cédulas de Crédito Bancário (CCBs) existentes com o Banco do Brasil no valor de R\$150 milhões cada (totalizando R\$300 milhões), prorrogando por mais um ano os vencimentos que ocorreriam em setembro e dezembro de 2014. Os novos vencimentos das operações são, portanto, setembro e dezembro de 2015. Não houve qualquer alteração no custo das operações, que se mantiveram em 106,5% CDI.

Em outubro de 2014, a TIM Celular assinou um novo financiamento junto a Cisco Systems Capital no valor USD50 milhões. Simultaneamente, houve a contratação antecipada de um swap a termo com o objetivo de eliminar qualquer risco de variação cambial. O custo desta operação após contratação do Swap ficou em 91,9% CDI e o prazo final em 5 anos.

Durante o primeiro semestre de 2015, não foram contratados novos empréstimos e/ou financiamentos pela Companhia ou por qualquer uma de suas controladas.

TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- Continuação
Em 30 de junho de 2015 e 2014
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Como evento subsequente ao fechamento do segundo trimestre, no entanto, a TIM Celular S.A. liquidou antecipadamente na curva as CCBs existentes junto ao Banco do Brasil no valor total de R\$ 300 milhões e que possuíam um custo de 106,5% do CDI. Esta liquidação aconteceu em 1 de julho de 2015 e teve como objetivo a gestão eficiente do endividamento da Companhia através da liquidação de suas dívidas mais caras.

A controlada TIM Celular possui operações de swap, com o objetivo de proteger-se dos riscos de desvalorização do real em relação ao dólar americano. Entretanto, não aplica a “contabilidade de *hedge*”.

Os empréstimos e financiamentos em 30 de junho de 2015 vencíveis em longo prazo obedecem ao seguinte escalonamento:

	<u>Consolidado</u>
2016	1.501.644
2017	976.609
2018	835.024
2019	1.088.931
2020 em diante	1.136.821
	<u>5.539.029</u>

Valor justo dos empréstimos

No Brasil, não há um mercado consolidado de dívidas de longo prazo com as características normalmente verificadas nos financiamentos do BNDES e BNB. As instituições consideram, além dos retornos de dívida de longo prazo, os benefícios sociais de cada projeto vinculado aos seus financiamentos. Para fins de nossa análise de valor justo, dada a ausência de mercado similar e a necessidade de aderência dos projetos de interesses governamentais, normalmente considera-se que o valor justo do empréstimo é aquele registrado nos saldos contábeis.

As linhas de financiamento PSI, contratadas junto ao BNDES, referem-se a programas específicos da instituição e possuem taxas de juros menores do que as previstas em operações corriqueiras do BNDES. Conforme citado anteriormente, tais linhas de crédito enquadram-se nas normas do IAS 20 (CPC 07-R1). O valor dos empréstimos das linhas PSI é registrado ao valor justo na data de sua captação e este valor justo é calculado com base na taxa do CDI à época. Se estes valores justos fossem calculados em 30 de junho de 2015, as operações de PSI teriam um valor menor do que o saldo apresentado nas informações trimestrais em aproximadamente R\$13 milhões.

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- Continuação

Em 30 de junho de 2015 e 2014

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Outra operação contratada que possui características extremamente específicas é o empréstimo obtido junto ao BNP. Nesta operação, temos como garantidor a empresa SACE, seguradora italiana, que também tem atribuições de instituição de fomento. Dadas as características da operação, entendemos que seu valor justo é igual ao valor registrado no balanço da Companhia.

Com relação às captações contratadas com o *Bank of America*, Cisco Capital, JP Morgan, KFW e Banco do Brasil, as atuais condições de mercado não indicam a existência de fatores que possam levar a um valor justo das operações diferente daquele registrado nos livros contábeis.

Seguindo o critério de avaliação que considera características de operações similares, a Companhia identificou diferenças entre o valor justo e contábil das captações efetuadas junto ao Banco Europeu de Investimento (BEI). A operação teria um valor justo menor do que o saldo contábil em aproximadamente R\$3 milhões.

22 Obrigações trabalhistas

	Controladora		Consolidado	
	06/2015	12/2014	06/2015	12/2014
Encargos sociais	263	221	57.526	46.299
Salários e provisões a pagar	1.081	1.715	168.663	149.994
Retenções de empregados	173	183	7.749	12.336
	<u>1.517</u>	<u>2.119</u>	<u>233.938</u>	<u>208.629</u>

23 Impostos, taxas e contribuições indiretos a recolher

	Controladora		Consolidado	
	06/2015	12/2014	06/2015	12/2014
ICMS	-	-	428.232	561.845
Impostos e taxas Anatel	-	-	20.723	35.627
ISS	98	35	46.916	38.776
Outros	141	190	8.382	9.742
	<u>239</u>	<u>225</u>	<u>504.253</u>	<u>645.990</u>
Parcela circulante	<u>(239)</u>	<u>(225)</u>	<u>(504.155)</u>	<u>(645.896)</u>
Parcela não circulante	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>98</u>	<u>94</u>

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- Continuação
Em 30 de junho de 2015 e 2014
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

24 Impostos, taxas e contribuições diretos a recolher

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>06/2015</u>	<u>12/2014</u>	<u>06/2015</u>	<u>12/2014</u>
Imposto de renda e contribuição social	-	-	433.330	267.030
PIS / COFINS	-	-	61.931	71.836
Outros (*)	7	14	49.267	52.472
	<u>7</u>	<u>14</u>	<u>544.528</u>	<u>391.338</u>
Parcela circulante	(7)	(14)	(309.107)	(162.311)
Parcela não circulante	-	-	235.421	229.027
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>235.421</u>	<u>229.027</u>

(*) A composição desta conta refere-se principalmente à adesão da controlada TIM Celular ao Programa de Recuperação Fiscal – REFIS a partir de 2009 para parcelamento dos débitos em aberto dos tributos federais (PIS, Cofins, IR e CSL).

25 Receitas diferidas

	<u>Consolidado</u>	
	<u>06/2015</u>	<u>12/2014</u>
Serviços a prestar pré-pagos (1)	365.890	393.585
Subvenções governamentais (2)	82.960	92.295
Swap de rede (3)	42.046	46.417
Receitas antecipadas	29.361	33.150
Alienação de ativos imobilizados (4)	801.846	-
	<u>1.322.103</u>	<u>565.447</u>
Parcela circulante	(440.566)	(427.862)
Parcela não circulante	881.537	137.585
	<u>881.537</u>	<u>137.585</u>

(1) Refere-se aos minutos não utilizados pelos clientes relativos aos serviços do sistema pré-pago que são apropriados ao resultado quando da efetiva utilização destes serviços pelos clientes.

(2) Refere-se à liberação de recursos referente à linha de financiamento junto ao BNDES (Programa de Sustentação do Investimento – BNDES PSI), sendo que, até junho de 2015, o montante desembolsado somava R\$602.500 (R\$602.500 até 31 de dezembro de 2014). Esta operação enquadra-se no escopo do IAS 20 (CPC 07-R1) - Subvenção e Assistência Governamentais. O somatório das subvenções concedidas pelo BNDES até hoje foi de R\$ 130.668. Este montante está sendo amortizado pelo prazo de vida útil do ativo que está sendo financiado e apropriado no grupo de “outras receitas (despesas), líquidas” (nota 34).

(3) Refere-se, principalmente, a contratos de cessão onerosa e recíproca de infraestrutura de fibras óticas (nota 13).

(4) Refere-se ao saldo líquido de valores residuais da operação de alienação das torres que serão transferidos para resultado quando do cumprimento das condições para reconhecimento contábil.

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- Continuação
Em 30 de junho de 2015 e 2014
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

26 Provisão para processos judiciais e administrativos

A Companhia e suas controladas são parte integrante em processos judiciais e administrativos nas esferas cível, trabalhista, tributária e regulatória, que surgem no curso normal de seus negócios. Provisões são registradas quando a Administração, baseada na opinião de seus assessores jurídicos, entende que existem prováveis chances de perdas.

A provisão para processos judiciais e administrativos constituída está composta como segue:

	Controladora		Consolidado	
	06/2015	12/2014	06/2015	12/2014
Cível (a)	-	-	106.553	103.303
Trabalhista (b)	3.698	3.103	66.357	62.947
Tributária (c)	-	-	207.658	194.845
Regulatória (d)	-	500	31.110	45.414
	<u>3.698</u>	<u>3.603</u>	<u>411.678</u>	<u>406.509</u>

As variações na provisão para processos judiciais e administrativos encontram-se resumidas a seguir:

	12/2014	Adições, líquidas de reversões	Pagamentos	Atualização monetária	06/2015
Cível (a)	103.303	141.390	(163.842)	25.702	106.553
Trabalhista (b)	62.947	4.526	(1.512)	396	66.357
Tributária (c)	194.845	7.655	(1.209)	6.367	207.658
Regulatória (d)	45.414	(1.288)	(14.224)	1.208	31.110
	<u>406.509</u>	<u>152.283</u>	<u>(180.787)</u>	<u>33.673</u>	<u>411.678</u>

a. Processos Cíveis

A Companhia e suas controladas estão sujeitas a diversas ações judiciais e procedimentos administrativos propostos pelos consumidores, fornecedores, prestadores de serviços e órgãos de defesa do consumidor, que tratam de variadas matérias que surgem no curso normal dos negócios das entidades. A Administração analisa cada procedimento judicial ou administrativo com o intuito de fazer um julgamento a respeito de eventual contingência, classificando esse risco como provável, possível ou remoto. Essa avaliação sempre toma por base a opinião dos advogados contratados e responsáveis pela condução das causas. Referida avaliação está sujeita a revisões periódicas, podendo, portanto, ser alterada no decorrer do andamento dos processos, à vista de fatos ou eventos supervenientes, tais como mudanças de orientação jurisprudencial. Na sequência, apresentamos as principais ações provisionadas:

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- Continuação
Em 30 de junho de 2015 e 2014
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

a.1. Ações movidas por consumidores

As controladas são partes em 13.871 ações (14.196 em 31 de dezembro de 2014), que se referem a reclamações movidas por consumidores, nas esferas judicial e administrativa. Referidas ações tratam de matérias atinentes à relação entre as controladas e seus clientes, no montante de R\$ 53.864. Destacando-se, em relação à TIM Celular, os procedimentos por suposta cobrança indevida, cancelamento de contrato, qualidade dos serviços, defeitos e falhas na entrega de aparelhos e negativação indevida. Quanto às matérias vinculadas às demandas da Intelig, destacamos questionamentos de cobrança e negativação indevidas.

a.2. Ação ajuizada por Botafogo Comércio e Importação Ltda.

Trata-se de ação ajuizada por um ex-parceiro comercial, que alegou haver a TIM descumprido o contrato celebrado e praticado concorrência desleal, o que acabou por inviabilizar o seu negócio. A TIM foi condenada em 1ª e 2ª instâncias ao pagamento de danos emergentes, lucros cessantes e dano moral. Os cálculos apresentados pela TIM, elaborados por assistente técnico contratado para esse fim, somam R\$4.202. Paralelamente, a TIM ajuizou Ação Rescisória, com o fito de rescindir a sentença prolatada nos autos da Ação de Indenização. O Desembargador Relator proferiu decisão nos autos da Ação Rescisória, concedendo a antecipação de tutela, para proibir qualquer ato de constrição contra a TIM e coligadas nos autos da ação de liquidação de sentença, até decisão final da Rescisória. Atualmente, aguarda-se o julgamento da Ação Rescisória e a ação ajuizada pela Botafogo encontra-se suspensa.

a.3 Ação de Cobrança ajuizada por Mattos & Calumby Lisboa Advogados Associados

O Escritório de Advocacia Mattos & Calumby Lisboa Advogados Associados propôs ação de cobrança de honorários advocatícios em face da antiga TIM sustentando ser credor de valores oriundos da relação contratual celebrada com a TIM (Contrato de Prestação de Serviços Profissionais Jurídicos). A demanda foi julgada procedente e atualmente o processo encontra-se em fase de execução no valor de R\$4.715. Recentemente foi levantada a quantia de R\$ 3.516, estando ainda em discussão o restante.

a.4 Ação de Cobrança ajuizada por TVM Comércio e Representações Ltda.

Ação de Cobrança proposta pela TVM Comércio e Representações Ltda. (TVM) contra a TIM Celular S.A e contra a DM5 Comércio e Representação Ltda. (DM5), no valor histórico de R\$4.019, na qual a TVM busca a condenação da TIM e da DM5, solidariamente, ao pagamento do preço ajustado para aquisição, pela DM5, dos pontos comerciais pela TVM, que posteriormente foram transferidos à TIM Celular S.A. A TVM argumenta que teria ocorrido o “trespasse” de tais pontos comerciais para a TIM e, por isso, a TIM seria responsável pelo pagamento da dívida da DM5. A ação foi julgada procedente em 1º e 2º Grau, tendo a TIM e a DM5 sido condenadas, solidariamente, ao pagamento da quantia de R\$5.463, a TIM interpôs Recurso Especial contra o acórdão do Recurso de Apelação. Foi dado provimento parcial para o Recurso de Apelação da TIM apenas para alterar a sentença quanto à aplicação da multa de 10% sobre o valor do crédito em relação à TIM, mantendo a multa contra a DM5. A TIM interpôs Recurso Especial, o qual foi negado. A TIM interpôs Agravo em Recurso Especial e aguarda julgamento.

TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- Continuação
Em 30 de junho de 2015 e 2014
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

a.5 Ação de Cobrança ajuizada por Problem Solver Consultoria & Comunicações Ltda.

A Intelig foi envolvida em demanda ajuizada por credor da Editora JB/Gazeta Mercantil, uma vez que houve entendimento acerca da criação de Grupo Econômico com as empresas pertencentes ao Grupo Docas. Em razão disto, houve determinação de bloqueio nas contas da Intelig. A Intelig interpôs agravo de instrumento, o qual não foi provido. Desta decisão a Intelig apresentou embargos de declaração, que foram rejeitados. O recurso especial não foi admitido e contra esta decisão interpusemos agravo. Em paralelo, a autora iniciou a execução dos honorários de sucumbência. O valor total discutido na demanda é de R\$ 4.376.

b. Processos Trabalhistas

São processos envolvendo diversas reclamações trabalhistas propostas tanto por ex-empregados, em relação a questões como diferenças salariais, equiparações, pagamentos de remuneração variável/comissões, adicionais legais, horas extras e outras previsões estabelecidas no período anterior ao processo de privatização, quanto por ex-empregados de empresas prestadoras de serviços, os quais, valendo-se da legislação trabalhista em vigor, requerem a responsabilização da Companhia e/ou de suas controladas por obrigações trabalhistas não adimplidas pelas empresas prestadoras de serviços contratadas.

Do total de 17.206 reclamações trabalhistas em 30 de junho de 2015 (17.534 em 31 de dezembro de 2014) movidas contra a Companhia e suas controladas, a maioria refere-se a demandas que envolvem ex-empregados de prestadores de serviços.

Outra parcela significativa do contingenciamento existente diz respeito a processos de reestruturação organizacional, dos quais se destacam o encerramento das atividades dos Centros de Relacionamento com o Cliente (*call center*) das cidades de Fortaleza, Salvador e Belo Horizonte, que resultaram no desligamento de aproximadamente 800 colaboradores próprios e terceirizados. Em 30 de junho de 2015, o provisionamento destas causas totaliza R\$10.900 (R\$15.235 em 31 de dezembro de 2014).

c. Processos Tributários

A Companhia e suas Controladas possuem autuações que seus assessores jurídicos externos julgam ser de risco provável de perda. Tais autuações, em sua maioria, referem-se a questões pontuais, de natureza operacional, onde eventual documentação necessária ao suporte do processo não foi integralmente, até a data deste posicionamento, obtida ou cujos procedimentos formais não foram estritamente observados.

O total da provisão registrada está substancialmente composto pelos seguintes processos:

Relativamente aos tributos federais, a provisão para a TIM Celular suporta sete processos, relativos a questionamentos envolvendo a incidência sobre operações da CIDE, CPMF, CSLL e IRRF, que totalizam o montante atualizado de R\$33.672. Deste total, destacam-se os valores envolvidos nos processos judiciais que buscam o reconhecimento do direito de não recolher a CPMF supostamente incidente sobre operações simultâneas de compra e venda de moeda estrangeira e troca de titularidade de conta decorrente de incorporação societária, cujos valores provisionados, atualizados, montam a quantia de R\$ 29.026.

TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- Continuação
Em 30 de junho de 2015 e 2014
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

A provisão para a Intelig, relativamente aos tributos federais, suporta cinco processos que tratam do indeferimento de compensações de tributos federais com saldo negativo de IRPJ e com a CSLL devida de períodos anteriores aos das compensações e totalizam o montante atualizado de R\$ 5.642.

Para processos estaduais, a provisão para a TIM Celular suporta o valor total atualizado de R\$ 51.069. Deste total, destacam-se os valores envolvidos nas autuações que questionam o estorno de débitos de ICMS, assim como o suporte documental para a comprovação de créditos apropriados pela Companhia, cujos valores provisionados, atualizados, montam a quantia de R\$ 23.405.

Para a Intelig, o valor provisionado referente a tributos estaduais monta a quantia atualizada de R\$ 21.023. Deste total, destacam-se os valores envolvidos nas autuações que questionam suporte documental para a comprovação de crédito apropriado pela Companhia, cujos valores provisionados, atualizados, montam a quantia de R\$ 16.728.

Relativamente a tributos municipais, a provisão para a TIM Celular suporta o valor total atualizado de R\$1.417. Deste total, destacam-se os valores envolvidos nas autuações que questionam a retenção e recolhimento do ISS-fonte de serviços de terceiros sem vínculo empregatício, bem como o recolhimento de ISS próprio correspondente a serviços prestados em co-billing, com atraso superior a 60 dias.

Há processos tributários advindos da aquisição da Intelig, que compõem o processo de *purchase price allocation* desta Controlada e somam R\$94.835.

d. Processos Regulatórios

A Anatel instaurou processos administrativos contra as controladas pelo: (i) não cumprimento de certos indicadores de qualidade; (ii) inadimplemento de outras obrigações derivadas dos Termos de Autorização e; (iii) não atendimento à regulamentação do SMP e do STFC, dentre outras.

As controladas submeteram as devidas Defesas Administrativas, Recursos Administrativos e Pedidos de Reconsideração à Anatel (adotando a via judicial quando necessário) esclarecendo que as supostas infrações apontadas se deram, muitas vezes, em virtude de diversos fatores alheios à vontade e não relacionados às ações e atividades desempenhadas pelas empresas.

e. Processos judiciais e administrativos cujas perdas são avaliadas como possíveis

A Companhia e suas controladas possuem ações de natureza cível, trabalhista, tributária e regulatória envolvendo riscos de perda classificados por seus consultores jurídicos e pela Administração como possíveis, para as quais não há provisão para processos judiciais e administrativo constituída, não sendo esperados efeitos materiais adversos nas informações trimestrais, conforme valores apresentados a seguir:

TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- Continuação
Em 30 de junho de 2015 e 2014
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

	Consolidado	
	06/2015	12/2014
Cível (e.1)	953.180	863.303
Trabalhista (e.2)	504.154	489.790
Tributária (e.3)	8.751.253	9.088.630
Regulatória (e.4)	72.354	91.934
	<u>10.280.941</u>	<u>10.533.657</u>

Os processos administrativos e judiciais cujas perdas são avaliadas como possíveis são monitorados pela Administração e divulgados pelos seus valores históricos.

As principais ações com risco de perda classificadas como possível estão descritas abaixo:

e.1. Cíveis

e.1.1 Ações movidas por consumidores

As controladas são partes em 86.069 ações (84.617 em 31 de dezembro de 2014), que se referem a reclamações movidas por consumidores, nas esferas judicial e administrativa. Referidas ações tratam de matérias atinentes à relação entre as controladas e seus clientes, no montante de R\$400.830, cujo risco de perda é considerado como possível.

e.1.2. Ações Coletivas

Existem ações coletivas envolvendo as Companhias controladas cujo risco de perda é considerado como possível, tendo como objeto questionado, por exemplo: qualidade de rede, contrato, cláusulas contratuais, aparelho, atendimento, cobrança, etc.

Quanto às ações coletivas envolvendo a Intelig cujo risco de perda é considerado como possível, merecem ser destacadas as seguintes: (i) ação civil pública movida pelo Estado do Rio de Janeiro que envolve publicidade em prédio da empresa; (ii) ações civis públicas que envolvem tarifação em áreas consideradas fronteiriças, movidas pelo Ministério Público dos estados do Paraná, do Rio de Janeiro e Distrito Federal; (iii) ações civis públicas que envolvem cobrança fora do prazo regulamentar previsto pela ANATEL em Uberlândia, Fortaleza e São Paulo; e (iv) ação civil pública movida pelo Ministério Público do Estado de Minas Gerais questionando suposta cobrança indevida dos usuários.

e.1.3. Outras Ações e Procedimentos

Ação de indenização proposta pela Secit Brasil Ltda., sustentando que a TIM descumpriu o contrato celebrado. A referida empresa foi contratada pela TIM para realizar trabalhos de infraestrutura visando a instalação de ERBs na área 4 (Minas Gerais). Não há julgamento em primeira instância. O valor do risco é de R\$ 9.758.

TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- Continuação

Em 30 de junho de 2015 e 2014

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

A TIM propôs ação de cobrança contra a DM Link Representação Comercial Ltda. e a DM5 Comércio e Representação Ltda. para que as empresas sejam condenadas ao pagamento da quantia de R\$ 8.516, acrescida de correção monetária e juros, relativa a dívida decorrente de produtos entregues pela TIM para desenvolvimento das atividades da revenda. A DM5 apresentou Reconvenção, requerendo a devolução das lojas transferidas para a TIM, com a condenação da TIM a restituir os dividendos que tiver auferido com a exploração de tais lojas. Ou, alternativamente, a condenação da TIM ao pagamento de indenização correspondente ao “valor de mercado” das lojas, a ser apurado em perícia. O valor dos pedidos da DM5 monta a R\$ 5.861. Atualmente os autos encontram-se em fase pericial. Ainda não há decisão de primeira instância.

A TIM é ré na ação proposta pela empresa INTEGRAÇÃO Consultoria e Serviços Telemáticos Ltda. (distribuidora de recarga), no valor de R\$4.000. Ainda não há decisão de primeira instância.

A TIM é ré na ação declaratória proposta pela empresa CONSERTREL Cadastros, Serviços e Representações Ltda., ex parceiro comercial, que pleiteia a quantia de R\$3.203. Ainda não há decisão de primeira instância.

A TIM é ré na ação proposta pelo SINDIVENDAS/CE sustentando que ocorreu o descumprimento de contrato pela TIM. A sentença condenou a TIM a manter a liminar deferida, executando o autor o valor de R\$5.164 a título de multa por descumprimento. A TIM apresentará recurso para reformar a decisão. Foi proferida decisão monocrática, nos autos do Agravo de Instrumento, decretando a nulidade do despacho que deferiu o requerimento de intimação da TIM para pagamento das astreintes. A TIM apresentou impugnação aos termos dos embargos do SINDIVENDAS, que aguarda julgamento.

A TIM é ré na Ação de Rescisão Contratual, ajuizada pelo Grupo Penna, na qual requer o pagamento de supostos comissionamentos que teria deixado de receber, além de indenização por dano moral e material. O valor pleiteado é de R\$10.952. Ainda não há decisão de primeira instância.

A TIM propôs, uma ação em face da ANATEL, com pedido de antecipação de tutela, com o objetivo de reconhecer e declarar a nulidade do PADO nº 53500.025648/2005 e do Ato nº 62.985/07. O referido PADO aplicado pela ANATEL impedia a participação da empresa na licitação da Banda “H”. A tutela antecipada não foi concedida de plano pelo juiz que facultou que a TIM realizasse o depósito de R\$3.595 em Juízo, para viabilizar a suspensão da dívida e a consequente participação da empresa no certame. A ação foi julgada parcialmente procedente, a fim de afastar a incidência dos encargos moratórios antes do vencimento da multa. Atualmente os autos estão no TRF da 1ª Região aguardando julgamento do recurso.

A TIM propôs, ação anulatória de procedimento administrativo, em face da ANATEL, na qual se discute débito relativo à cobrança de 2% sobre as receitas de interconexão, para renovação do direito de uso de radiofrequências associadas a prestação do SMP em valor equivalente a R\$ 11.519. Foi deferido o pedido da Companhia de suspensão da exigibilidade do débito, mediante apresentação de carta de fiança. Em julgamento de 1ª instância, o juiz entendeu pela integral procedência da demanda, declarando o débito inexigível; aguarda-se o julgamento dos recursos pelo TRF.

TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- Continuação

Em 30 de junho de 2015 e 2014

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Além das ações acima mencionadas, constam 10 autos de infrações aplicados pela Fundação de Proteção e Defesa do Consumidor – Procon/SP - em face da TIM Celular com valores das multas que variam entre R\$ 3.192 e R\$ 7.133. A TIM apresentou defesa administrativa em todos os casos, mas, em grau de recurso administrativo, algumas multas foram mantidas e/ou ainda estão pendentes de julgamento. Para os casos em que ocorreu o esgotamento da discussão administrativa foram propostas demandas judiciais com o objetivo de anular as referidas multas. No caso de “bloqueio de telemarketing”, a TIM obteve liminar para suspender os efeitos da decisão administrativa mediante a apresentação de Carta de Fiança bancária. Ocorreu uma nova autuação pelo motivo “bloqueio de telemarketing” e a TIM apresentou recurso administrativo. Ainda não há decisão final na esfera judicial em nenhum dos casos reportados.

A TIM foi autuada em doze autos de infração pelo Núcleo Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor – Procon Londrina/PR, fundamentados em reclamações de consumidores no montante de R\$ 7.133, cada auto de infração. A TIM apresentou recurso administrativo em todos os casos, que aguardam julgamento.

Ação cautelar inominada ajuizada pela TIM Celular S.A, e outras em face da ANATEL, na qual é discutida a correção monetária pro rata aplicada à proposta de preços estipulados no edital para uso das frequências do 4G, em período inferior ao mínimo legal (doze meses). O valor controvertido alcança o montante de R\$ 29.749. Ainda não há decisão de primeira instância.

A TIM ajuizou ação anulatória em face do Procon Estadual de Goiás em razão de aplicação de multa administrativa, no valor de R\$ 5.058, decorrente de suposta falha na prestação do serviço, ocasionada pela interrupção da rede em Goiânia. Ainda não há decisão em primeira instância.

A TIM foi autuada pelo Procon do Estado do Espírito Santo no valor de R\$ 5.500, em decorrência de procedimento administrativo que visava apurar suposta prática infrativa às relações de consumo ocasionada pela recusa da TIM a substituição de produto impróprio, inadequado, ou de valor diminuído, por outro da mesma espécie, em perfeitas condições de uso, ou a restituição imediatamente a quantia paga ou ao abatimento proporcional do preço, a critério do consumidor. A TIM ajuizou Ação para anular o referido débito. Foi concedida tutela antecipada para suspender a exigibilidade do débito. Ainda não há decisão em primeira instância.

A TIM foi autuada em um auto de infração pelo Procon Estadual do Espírito Santo, fundamentado em reclamações de consumidores quanto ao descumprimento da lei estadual n.9176/2009, que trata do cadastro “Não Importune” para fins de mensagens publicitárias, no montante de R\$ 5.205. A TIM apresentou recurso administrativo, que aguarda julgamento.

A TIM ajuizou Ação Ordinária em face da ANATEL com pedido de antecipação da tutela para suspensão da exigibilidade das parcelas referentes a 2% das receitas de serviços de valor adicionado - VAS e interconexão, no valor de R\$13.852, na qual pretende que seja declarado que o ônus contratual pela prorrogação de uso das radiofrequências relacionadas aos Termos de Autorização PVCP/SPV n°s 002/2006, 088/2008, 089/2008, 001/2009 e 172/2013, incida apenas sobre as receitas de SMP, não sendo devido sobre as receitas de interconexão e VAS. Ainda não há decisão de primeira instância.

A TIM foi autuada pelo Ministério Público de Minas Gerais no valor de R\$ 8.721, em decorrência de procedimento administrativo que visava apurar supostas falhas na prestação do serviço no Estado de Minas Gerais. A TIM apresentou recurso administrativo e aguarda o julgamento do mesmo.

TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- Continuação

Em 30 de junho de 2015 e 2014

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

A TIM é ré em procedimento administrativo instaurado pelo Ministério Público do Estado de Minas Gerais, que visa apurar eventual prática infrativa às relações de consumo, vinculada à cobrança de franquia de tráfego de dados do serviço de banda larga móvel. A TIM apresentou a sua manifestação e prestou esclarecimentos ao Ministério Público. Após os esclarecimentos, o órgão proferiu decisão imputando à TIM multa de R\$ 5.160. A TIM apresentou recurso administrativo, o qual foi julgado improcedente. A TIM vai ajuizar Ação Anulatória.

A TIM foi autuada pelo Ministério Público de Minas Gerais no valor de R\$9.143, em decorrência de procedimento administrativo que visava apurar prática infrativa às relações de consumo ao disponibilizar o serviço “controle de conta” com vício de qualidade. A TIM apresentou recurso administrativo e aguarda o julgamento do mesmo.

A TIM foi autuada pelo Ministério Público de Minas Gerais no valor de R\$9.143, em decorrência de procedimento administrativo que visava apurar prática infrativa às relações de consumo, o qual questionava a TIM sobre a cláusula do contrato de SMP que configura como uso indevido do consumidor o uso estático do aparelho celular em cerca de 60% do tráfego originado pelo cliente e recebimento de ligações em proporção inferior a 33% do volume originado por mês. A TIM apresentou recurso administrativo e aguarda o julgamento do mesmo.

A TIM foi autuada pelo Ministério Público de Minas Gerais no valor de R\$ 5.558, em decorrência de procedimento administrativo que visava apurar prática infrativa às relações de consumo ao disponibilizar a contratação de serviços de valor adicionado (VAS), via SMS, sem oportunizar aos consumidores o prévio conhecimento do conteúdo do contrato e o respectivo preço bem como utilizar na contratação do serviço o expediente da renovação automática da assinatura. A TIM apresentou recurso administrativo e aguarda o julgamento do mesmo.

A TIM foi autuada pelo Ministério Público de Minas Gerais no valor de R\$ 4.169, em decorrência de procedimento administrativo que visava apurar prática infrativa às relações de consumo ao impor ao consumidor no Plano “TIM Liberty” a contratação do serviço de pacote ilimitados de torpedos por um valor fixo, sem autorização expressa e prévia do consumidor. A TIM apresentou recurso administrativo e aguarda o julgamento do mesmo.

A TIM foi autuada pelo Ministério Público de Minas Gerais no valor de R\$9.053, em decorrência de procedimento administrativo que visava apurar prática infrativa às relações de consumo, o qual questionava a prática de venda casada de aparelhos telefônicos móveis e chips pós-pagos. A TIM apresentou recurso administrativo e aguarda o julgamento do mesmo.

A TIM foi autuada pelo Ministério Público de Minas Gerais no valor de R\$ 4.169, em decorrência de procedimento administrativo que visava apurar prática infrativa às relações de consumo ao disponibilizar a contratação de serviço “TIM Agenda” (VAS), via SMS, sem oportunizar aos consumidores o prévio conhecimento do conteúdo do contrato e o respectivo preço bem como utilizar na contratação do serviço o expediente da renovação automática da assinatura. A TIM apresentou recurso administrativo e aguarda o julgamento do mesmo.

A TIM ajuizou ação anulatória contra a ANATEL, na qual pretende que seja declarada a nulidade da cobrança do ônus de 2% sobre as receitas de interconexão, que totalizam R\$ 34.181. Ainda não há decisão em primeira instância.

TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- Continuação

Em 30 de junho de 2015 e 2014

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

A TIM ajuizou Ação Anulatória em face da ANATEL, visando que seja declarada a nulidade da cobrança do preço pela prorrogação do direito de uso das radiofrequências associadas à prestação do SMP sobre as receitas referentes à Interconexão e VAS – Serviço de Valor Adicionado, no valor atualizado de R\$ 20.877. Foi proferida sentença no sentido de que a ação estaria “prejudicada”, tendo em vista que a questão relativa à incidência dos 2% sobre VAS e interconexão já havia sido apreciada na Ação de Consignação em Pagamento n. 0020904.41.2012.4.01.3400. A TIM interpôs Recurso de Apelação, e aguarda-se o julgamento do recurso.

A TIM ajuizou Ação Anulatória em face da ANATEL referente ao PADO n. 53500.013494/2008 que aplicou multa administrativa de R\$ 13.521, pelo suposto descumprimento de metas de qualidade do serviço entre outubro de 2007 a dezembro de 2008. Ainda não há decisão de primeira instância.

A TIM ajuizou ação anulatória visando desconstituir auto de infração emitido pelo PROCON/DF, no valor de R\$ 3.688, em processo administrativo que visava apurar supostas violações ao Código de Defesa do Consumidor (L.8.078/90), ao Decreto SAC (L. 6.523/2008) e às normas de precificação (L. 10.962/2004). A TIM requereu, em sede de tutela antecipada, a suspensão da exigibilidade do débito. Ainda não há decisão em primeira instância.

Dentre as demandas classificadas com risco possível da Intelig destacamos:

Ação de cobrança proposta pela empresa Orolix Desenvolvimento de Software Ltda., onde pleiteia um valor de R\$5.433, com fundamento em suposto inadimplemento contratual. Atualmente os autos estão em fase pericial e ainda não foi proferida sentença de 1ª instância.

e.1.4. Ação sócio ambiental

Em 20 de abril de 2015 foi lavrado Auto de Constatação pela Subprefeitura da Casa Verde diante da suposta execução de obra e serviço em via pública sem o devido Termo de Permissão de Uso - TPU e alvará de instalação. O valor da multa é de R\$ 3.217. A TIM apresentou defesa administrativa objetivando o cancelamento do auto de infração e aguarda apreciação do órgão.

e.2. Trabalhistas

Parcela significativa do contingenciamento existente diz respeito a processos de reestruturação organizacional, dos quais se destacam o encerramento das atividades dos Centros de Relacionamento com o Cliente (*call center*) das cidades de Fortaleza, Salvador e Belo Horizonte, que resultaram no desligamento de aproximadamente 800 colaboradores próprios e terceirizados.

Nos autos do processo 01102-2006-024-03-00-0, ação civil pública movida pelo Ministério Público do Trabalho da 3ª Região, em Minas Gerais, que tem como objeto a alegação de terceirização irregular e requerimento de condenação em danos morais coletivos, houve sentença, publicada em 16 de abril de 2008, na qual a Juíza substituta de primeiro grau julgou procedentes em parte os pedidos do Ministério Público, tendo reconhecido a terceirização irregular e o dano moral coletivo. Dessa decisão foi interposto recurso ordinário, o qual foi negado provimento em 13 de julho de 2009. Anteriormente à interposição do referido recurso, a TIM Celular impetrou mandado de segurança com pedido de liminar para impedir o cumprimento imediato dos atos coativos impostos na mencionada sentença. Tendo em vista o recurso ordinário interposto, o mandado de segurança perdeu seu objeto.

TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- Continuação

Em 30 de junho de 2015 e 2014

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Para obter efeito suspensivo ao apelo, a TIM Celular propôs medida cautelar inominada, a qual foi julgada extinta sem julgamento do mérito. Para reverter a decisão do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região, a TIM Celular propôs reclamação correcional perante o Tribunal Superior do Trabalho, tendo obtido decisão favorável aos seus interesses, revertendo-se a decisão do Tribunal de segunda instância. Foram opostos embargos de declaração, porém lhes foram negado provimento. Em 16 de setembro de 2009, foi interposto recurso de revista, que está pendente de julgamento pelo TST. Foi interposto recurso para o Supremo Tribunal Federal “STF” e estamos aguardando decisão.

Em decorrência da Ação Civil Pública de Minas Gerais acima exposta, o Ministério Público do Trabalho do Distrito Federal ajuizou o processo 1218-2009-007-10-00-8 (Ação Civil Pública), que tem como objeto a alegação de terceirização irregular e requerimento de condenação em danos morais coletivos. A sentença foi julgada improcedente, dispondo que, em decorrência da Lei Geral de Telecomunicações, toda terceirização no setor de telecomunicações é lícita.

O Ministério Público do Trabalho interpôs Recurso Ordinário em março de 2010, sendo mantida a decisão de 1º grau que julgou improcedente a pretensão do Ministério Público do Trabalho. Insatisfeito com a decisão, o Ministério Público do Trabalho interpôs Recurso de Revista, o qual encontra-se pendente de julgamento pelo TST.

Há um grupo de ações do Paraná que tem como um dos principais pedidos a indenização por previsão contratual, formalizada em “carimbos” nas carteiras de trabalho. Por meio de norma interna, a TELEPAR comprometeu-se a complementar a aposentadoria de seus empregados admitidos até 1982. Antes da privatização, a TELEPAR propôs a transação deste benefício através do pagamento de uma determinada quantia à vista.

Cumprindo ainda mencionar que existe um grupo de reclamações trabalhistas, em especial em São Paulo e Rio de Janeiro, de ex-empregados da Gazeta Mercantil, Jornal do Brasil e JB Editora requerendo em Juízo a inclusão no pólo passivo da Holdco ou TIM Participações, com posterior pagamento de condenação. Informamos que os reclamantes foram empregados da Gazeta Mercantil, Jornal do Brasil e JB Editora, não tendo qualquer vínculo empregatício com a Holdco ou TIM Participações. Importante esclarecer que a Holdco, antes da incorporação pela TIM Participações, pertencia ao Grupo Econômico Docas, do qual a Gazeta Mercantil e Jornal do Brasil é parte.

e.2.1. Previdenciária

A TIM Celular recebeu em São Paulo Notificação Fiscal de Lançamento de Débito, referente à suposta irregularidade no recolhimento de contribuições previdenciárias relativas ao pagamento de Participação nos Lucros e Resultados, no valor de R\$ 4.713. A controlada apresentou defesa administrativa, no entanto, em 16 de setembro de 2009 foi proferida decisão, a qual manteve a autuação em discussão. Em 5 de outubro de 2009 foi interposto recurso administrativo, que manteve a autuação. Em razão da decisão final na esfera administrativa da autuação houve o ajuizamento de Ação Judicial para a reversão da autuação, que encontra-se aguardando decisão.

Em maio de 2006, a TIM Celular sofreu autuação fiscal na qual foi lavrado auto de infração nº 35611926-2 acerca de supostas contribuições previdenciárias incidentes sobre os seguintes títulos: (i) gratificação de contratação; (ii) gratificação não ajustada; (iii) contraprestação por atividades de autônomos e (iv) incentivos a vendas. Foi apresentada defesa administrativa, sendo o resultado negativo (decisão-notificação) à desconstituição do lançamento. Para reformar essa decisão, a TIM Celular interpôs recurso ao Conselho de Contribuintes do Ministério da Fazenda, o qual se encontra pendente de julgamento.

TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- Continuação

Em 30 de junho de 2015 e 2014

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

A Intelig recebeu no Rio de Janeiro Notificações Fiscais de Lançamento de Débitos, referente à suposta irregularidade no recolhimento de contribuições previdenciárias incidentes sobre os seguintes títulos: (i) participação nos lucros e resultados; (ii) retenção de 11% em contratos de prestação de serviços; (iii) falta de recolhimento sobre pró-labore dos dirigentes e (iv) falta de preenchimento adequado da Guia de Recolhimento do FGTS - GFIP. Foi apresentada defesa administrativa, sendo o resultado negativo (decisão-notificação) à desconstituição do lançamento. Para reformar essa decisão, a Intelig interpôs recurso ao Conselho de Contribuintes do Ministério da Fazenda, que manteve a autuação. Em razão da decisão final na esfera administrativa da autuação que envolve discussão de retenção de 11% em contratos de prestação de serviços houve o ajuizamento de Ação Judicial para a reversão da autuação.

e.3. Tributárias

e.3.1. Tributos Federais

As principais discussões, materializadas através de autuações do ente fiscalizador referem-se a questionamentos pertinentes a (ao):

- (i) Amortização do ágio pago na aquisição das empresas de telefonia celular, dedução de despesas de amortização de ágio, exclusão da reversão de ágio, demais reflexos e glosas de compensações e deduções pagas por estimativa, utilização supostamente indevida do benefício da SUDENE por falta de formalização do benefício na Secretaria da Receita Federal (RFB), e falta de recolhimento de IRPJ e CSLL devidos por estimativa. O valor histórico classificado como possível é de R\$ 1.310.852.
- (ii) Metodologia de compensação de prejuízos fiscais e bases negativas. O valor histórico classificado como possível é de R\$ 85.135.
- (iii) Cobrança de CSLL sobre as variações monetárias decorrentes das operações de swap. O valor histórico classificado como possível é de R\$ 35.662.
- (iv) Cobrança de IRRF sobre rendimentos de residentes no exterior, inclusive aqueles remetidos a título de roaming internacional e pagamento a beneficiários não identificados, bem como a cobrança de CIDE sobre pagamento de royalties em remessas para o exterior, inclusive as remessas a título de roaming internacional. O valor histórico total envolvido é de R\$ 236.962, sendo que o montante histórico de R\$150.763 está classificado como risco possível, o montante histórico de R\$ 3.395 está classificado como risco provável que, atualizado, equivale a R\$ 4.017, e houve a reclassificação para risco remoto do valor histórico equivalente a R\$ 82.804. Para a Intelig, o valor histórico, que está integralmente classificado como possível, é de R\$ 33.722.
- (v) Cobrança de IRPJ, PIS/COFINS e CSLL referente à não homologação de créditos de retenções na fonte sobre aplicações financeiras e saldo negativo de IRPJ utilizados para compensação de CSLL e COFINS, assim como homologação parcial de pedido de habilitação de crédito relacionado à Lei nº 9.718/98. O valor histórico classificado como possível é de R\$ 290.087.

TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- Continuação

Em 30 de junho de 2015 e 2014

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

e.3.2. Tributos Estaduais

As principais discussões referem-se a questionamentos das autoridades fazendárias estaduais acerca de suposta falta de recolhimento de ICMS, creditamento indevido, descumprimento de obrigações acessórias ou outro qualquer aspecto julgado incorreto, pertinentes a (ao):

- (i) Recolhimento do imposto nas prestações de serviços de telecomunicações, bem como na comercialização de aparelhos celulares, e créditos de recargas de serviço pré-pago. Processos em curso nos Estados de SC, PR e PB. O valor histórico classificado como possível é de R\$ 67.320.
- (ii) Lançamentos de créditos e estorno de débitos do ICMS, bem como a identificação e sustentação documental de valores e informações lançados em contas de clientes, tais como as alíquotas do imposto e os créditos concedidos. Processos em curso nos Estados da BA, CE, SP, MT, PB, MG, PR e RJ. O valor histórico classificado como possível é de R\$ 616.706. Relativamente à Intelig, para as rubricas acima mencionadas, existe processo em curso no Estado de SP, cujo valor histórico classificado como possível é de R\$ 18.594.
- (iii) Tributação da prestação de serviços de roaming internacional. Processos em curso no Estado do RJ. O valor histórico classificado como possível é de R\$ 25.567.
- (iv) Lançamento de créditos relativos ao retorno de aparelhos celulares cedidos em comodato. Processos em curso no Estado de SP. O valor histórico classificado como possível é R\$ 85.134.
- (v) Não inclusão na base de cálculo do ICMS de descontos condicionais oferecidos a clientes, além de multa pelo suposto descumprimento de obrigação acessória correlata, inclusive pela falta de apresentação do registro 60i do arquivo SINTEGRA. Processos em curso nos Estados de SP e MG. O valor histórico classificado como possível é de R\$ 1.264.186.
- (vi) Falta de recolhimento decorrente de suposto estorno de débitos indevidos, utilização indevida de créditos decorrentes de operações sujeitas ao regime de substituição tributária, confronto do Livro de Apuração com a correlata obrigação acessória (arquivo eletrônico de informações da prestação de serviços, conforme determina o Convênio 115/2003), adequado registro da realização de operações de entrada e saída de mercadorias, bem como de valor indeferido de crédito compensado, lançado em obrigação acessória específica (Guia de Informação e Apuração do ICMS - GIA). Processos em curso nos Estado de SP e BA. O valor histórico classificado como possível é de R\$ 144.371.
- (vii) Formalidades nos registros de movimentação de mercadorias, principalmente antes da data de início de vigência do regime de Substituição Tributária. Processos em curso nos Estados de SP, BA e CE. O valor histórico classificado como possível é de R\$ 198.135.
- (viii) Utilização de benefício fiscal (Programa de Promoção do Desenvolvimento Econômico Integrado e Sustentável do Distrito Federal - PRÓ-DF) concedido pelo próprio ente

TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- Continuação

Em 30 de junho de 2015 e 2014

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

tributante, porém declarado inconstitucional posteriormente, bem como suposto creditamento indevido de ICMS decorrente da compra interestadual de mercadorias com benefício fiscal concedido no Estado de origem.

Processos em curso no Estado de SP e no DF. O valor histórico classificado como possível é de R\$ 698.898.

- (ix) Alegada omissão de débito do imposto nas operações de cessão de meio de rede em que o tributo originariamente diferido não fora supostamente recolhido na fase posterior, nos ditames do Convênio 128/98.
Processo em curso no Estado de PE. O valor histórico classificado como possível é de R\$ 87.550.
- (x) Incidência do ICMS e do Fundo Estadual de Combate à Pobreza - FECOP nas operações de aquisição de ativo permanente e outros, bem como na própria prestação de serviços de Telecom em casos específicos determinados pela Legislação.
Processos em curso nos Estado do RN e BA. O valor histórico classificado como possível é de R\$ 67.941.
- (xi) Aproveitamento de crédito na aquisição de energia elétrica diretamente empregada no processo produtivo das companhias.
Processos em curso nos Estados do PR, PE, RJ, SP, CE, PB e BA. O valor histórico classificado como possível é de R\$ 151.926 .
- (xii) Estorno de crédito e creditamento extemporâneo relativos a aquisições de ativo imobilizado/intangível. Processos em curso nos Estados de SP, RS, RJ, PB, PR e BA. O valor histórico classificado como possível é de R\$ 595.822.
- (xiii) Anulação de serviço de Telecom em virtude de faturamento indevido/fraude por subscrição, bem como suposto creditamento indevido e em duplicidade de ICMS. Processo em curso no Estado de SP. O valor histórico classificado como possível é de R\$ 17.568.

e.3.3. Tributos Municipais

As principais discussões são: (i) suposto não recolhimento de ISS relativo aos seguintes serviços: programação técnica, serviço administrativo de cancelamento de plano, auxílio à lista telefônica, fornecimento de dados e informações e compartilhamento de infraestrutura de rede. Processos em curso no Município do Rio de Janeiro; (ii) cobrança de ISS, bem como da Multa punitiva pela ausência do suposto imposto devido, sobre diversas contas de receita da Companhia. Processos em curso no Município de SP e (iii) cobrança de ISS sobre importação de serviços.

O valor histórico classificado como possível é de R\$ 240.234.

TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- Continuação
Em 30 de junho de 2015 e 2014
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

e.3.4. FUST - Fundo de Universalização de Serviços de Telecomunicações

Cobrança da contribuição ao FUST a partir da emissão pela ANATEL da Súmula nº. 07/2005, visando entre outros, e, principalmente, a cobrança da contribuição para o FUST sobre as receitas de interconexão auferidas por prestadoras de serviços de telecomunicações, a partir da vigência da Lei nº. 9.998/2000.

O valor histórico classificado como possível é de R\$1.035.180 na TIM Celular e R\$ 98.604 na Intelig.

e.3.5. FUNTTEL - Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações

Cobrança da contribuição ao FUNTTEL sobre, principalmente, receitas de interconexão, tal como citado no item “e.3.4”. O valor histórico classificado como possível é de R\$ 366.859 na TIM Celular e de R\$ 25.678 na Intelig.

e.4. Regulatórias

Ao obter a prorrogação de prazo das autorizações de uso das radiofrequências associadas ao SMP, a controlada TIM Celular torna-se devedora do ônus contratual sobre a receita líquida decorrente dos planos de serviço comercializados no âmbito de cada autorização. No entanto, desde 2011 a Anatel passou a incluir na base de cálculo do referido ônus também as receitas obtidas com Interconexão, e a partir de 2012, as receitas obtidas com Serviços de Valor Adicionado. No entender da Companhia, a inclusão de tais receitas é indevida em razão de não ser expressamente prevista nos Termo de Autorização originais, pelo que as cobranças foram objeto de recursos administrativos, e quando do esgotamento dessa instância, encaminhadas à discussão judicial. Em 30 de junho de 2015, a TIM Celular possuía saldos vencidos e impugnados, administrativa ou judicialmente, relativos à renovação de Autorizações da ordem de R\$ 127 milhões.

Em novembro de 2012, a Anatel publicou a Súmula n.º 13/2012, por meio da qual o Conselho Diretor dessa Agência exara o seu entendimento de que “*Estão incluídas na base de cálculo do valor devido a título de renovação do direito de uso de radiofrequências previsto nos Termos de Autorização para a prestação do Serviço Móvel Pessoal (SMP), dentre outras, as receitas de interconexão, de facilidades ou comodidades adicionais, e as receitas operacionais inerentes à prestação do SMP*”. Diante disto, em 21 de dezembro de 2012 a TIM apresentou, perante a Anatel, Pedido de Anulação da Súmula n.º 13/2012, o qual foi negado em dezembro de 2014, decisão que foi objeto de Pedido de Reconsideração em 9 de fevereiro de 2015, o qual pende de julgamento de mérito pela Anatel.

Ainda sobre tal ônus decorrente da renovação de radiofrequência, a controlada TIM Celular discute administrativamente a legalidade da cobrança de valores complementares encaminhadas pela Anatel a partir de 2013 para períodos de apuração pretéritos e, na esfera judicial, possui uma decisão favorável em 1ª instância que afasta a inclusão de receitas de Interconexão na base de cálculo, o que atualmente é objeto de Apelação pela Anatel.

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- Continuação

Em 30 de junho de 2015 e 2014

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Em face dessas prorrogações de autorizações de uso das radiofrequências, a TIM Celular recebeu da Anatel exigências, indevidas no seu entender, de recolhimento de nova Taxa de Fiscalização de Instalação (“TFI”) com relação a todas as suas estações radiobase e móveis, embora tais estações já se encontrassem licenciadas, em operação na área de prestação do serviço, nos montantes conforme quadro a seguir:

Estado	Termo de autorização	Data de expiração	Ato	Montante
Paraná (exceto os municípios de Londrina e Tamarana)	002/2006/PVCP/SPV	03/09/2022	57.551 de 13/04/2006	R\$80.066
Santa Catarina	074/2008/PVCP/SPV	30/09/2023	5.520 de 18/09/2008	R\$54.026
Município e região de Pelotas no Rio Grande do Sul	001/2009/PVCP/SPV	14/04/2024	1.848 de 13/04/2009	R\$333
Ceará	084/2008/PVCP/SPV	28/11/2023	7.385 de 27/11/2008	R\$41.728
Alagoas	085/2008/PVCP/SPV	15/12/2023	7.383 de 27/11/2008	R\$20.038
Rio Grande do Norte	087/2008/PVCP/SPV	31/12/2023	7.390 de 27/11/2008	R\$19.844
Paraíba	086/2008/PVCP/SPV	31/12/2023	7.386 de 27/11/2008	R\$15.020
Piauí	088/2008/PVCP/SPV	27/03/2024	7.389 de 27/11/2008	R\$13.497
Pernambuco	089/2008/PVCP/SPV	15/05/2024	7.388 de 27/11/2008	R\$54.000
Bahia e Sergipe	412/2012/PVCP/SPV	06/08/2027	3.833 de 06/07/2012	R\$ 110.803
Minas Gerais	172/2013/PVCP/SPV	07/04/2028	710 de 30/01/2013	R\$ 185.647

A exigência de novo recolhimento de TFI não é respaldada na legislação vigente, no entender da Companhia, motivo pelo qual a referida cobrança foi objeto de impugnação administrativa refutada pela Anatel que, após o esgotamento da via administrativa, está sendo tratada pela via judicial, onde foi possível a obtenção de Liminar favorável que suspende a exigibilidade da cobrança até o julgamento definitivo da ação.

27 Provisão para futura desmobilização de ativos

As movimentações nas obrigações decorrentes de futura desmobilização de ativos encontram-se resumidas a seguir:

	Consolidado	
	06/2015	12/2014
	(6 meses)	(12 meses)
Saldo inicial	286.275	299.813
Adições ao longo do período, líquidas de baixas (*)	(190.242)	(21.453)
Atualização monetária no período	2.725	7.915
Saldo final	98.758	286.275

TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- Continuação
Em 30 de junho de 2015 e 2014
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

(*) Os valores consolidados no período incluem o efeito de R\$153.532 decorrente da baixa relativa à venda das torres (vide notas 1 e 19).

A provisão é realizada com base nas seguintes premissas:

- São estimados os custos unitários de desativação de sites, envolvendo o valor dos serviços e materiais envolvidos nesta desativação. A estimativa é preparada pelo departamento de rede da Companhia, com base em informações atualmente disponíveis;
- É estabelecido um cronograma de desativação, com base na vida útil dos sites, e os custos inicialmente estimados são projetados de acordo com este cronograma, atualizado com base na inflação estimada pela Companhia. A taxa de inflação esperada pela Companhia encontra-se alinhada com as projeções preparadas por instituições representativas do mercado; e
- A taxa de desconto dos fluxos de caixa é representada pelo custo médio da dívida da Companhia que em 30 de junho de 2015 era de 11,79% a.a (9,98% a.a. em 31 de dezembro de 2014).

28 Patrimônio líquido

a. Capital social

A Companhia está autorizada a aumentar seu capital social, mediante deliberação do Conselho de Administração, independentemente de reforma estatutária, até o limite de 4.450.000.000 ações ordinárias.

O capital subscrito e integralizado está representado da seguinte forma:

	<u>06/2015</u>	<u>12/2014</u>
Valor integralizado	9.913.415	9.913.415
(-) Custos de captação	(47.117)	(47.117)
Valor líquido integralizado	<u>9.866.298</u>	<u>9.866.298</u>
Quantidade de ações ordinárias	2.421.032.479	2.421.032.479

Em reuniões realizadas em 05 de setembro e 06 de outubro de 2014, o Conselho de Administração da TIM Participações, aprovou o aumento de capital social da Companhia no montante de R\$19.301 e R\$7.227 respectivamente, mediante a emissão de 2.503.353 e 896.479 novas ações ordinárias decorrentes do exercício de opções de compra por beneficiários do Plano de Incentivo de longo Prazo da Companhia nesta ordem (vide nota 29).

TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- Continuação
Em 30 de junho de 2015 e 2014
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

b. Reservas de capital

A utilização das reservas de capital obedece aos preceitos do art. 200 da Lei 6.404/76. Esta reserva é composta da seguinte forma:

	<u>06/2015</u>	<u>12/2014</u>
Reserva especial de ágio	380.560	380.560
Opções de compra de ações	18.474	16.372
Reserva de benefício fiscal	947.538	947.538
	<u>1.346.572</u>	<u>1.344.470</u>

b.1 Reserva especial de ágio

A reserva especial de ágio foi originada das seguintes transações:

(i) *Incorporação das antigas controladas TIM Sul e TIM NE – aquisição das ações de minoritários*

A Companhia adquiriu, em 2005, a totalidade das ações de posse dos acionistas minoritários da TIM Sul S.A. e da TIM Nordeste Telecomunicações S.A.. Esta aquisição foi realizada com a emissão de novas ações pela TIM Participações S.A., convertendo as referidas empresas em suas controladas integrais. Esta operação foi registrada à época pelo valor contábil das ações, não registrando ágio decorrente da diferença de valor de mercado entre as ações negociadas.

Quando da primeira adoção de IFRS, a Companhia utilizou-se da isenção que permite a uma controlada, quando adota a prática contábil internacional em data posterior à adoção do IFRS por sua controladora, considerar os saldos anteriormente reportados à controladora para fins de sua consolidação. No balanço de transição para o IFRS, a Companhia registrou o valor da aquisição com base no valor de mercado das ações da TIM Participações S.A. à época, contabilizando ágio no montante de R\$157.556.

(ii) *Aquisição das ações da Holdco – compra da Intelig*

Em 30 de dezembro de 2009, a Assembleia Geral Extraordinária da TIM Participações S.A. aprovou a incorporação da Holdco, sociedade que detinha 100% do capital social da Intelig, pela TIM Participações. Como resultado desta operação, a Companhia emitiu 127.288.023 ações.

Com base no antigo BRGAAP, a aquisição foi registrada pelo valor contábil líquido dos ativos adquiridos na data base de 30 de novembro de 2009.

Quando da primeira adoção do IFRS, a aquisição foi registrada na data-base de 31 de dezembro de 2009 e foi considerado o valor de mercado das ações ordinárias e preferenciais da TIM Participações em 30 de dezembro de 2009, totalizando R\$739.729. A diferença entre este valor e o valor contábil registrado no antigo BR GAAP (R\$516.725) gerou um ágio, em contrapartida a uma reserva de capital de R\$223.004.

TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- Continuação
Em 30 de junho de 2015 e 2014
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

b.2 Opções de compra de ações

Os saldos registrados nestas rubricas representam as despesas da Companhia e de suas controladas com opções de compra de ações, concedidas aos empregados (nota 29).

b.3 Reserva de benefício fiscal

A TIM Celular usufrui de benefícios fiscais que preveem restrições na distribuição dos lucros desta controlada. Segundo a legislação que estabelece estes benefícios fiscais, o valor do imposto que deixar de ser pago em virtude de isenções e reduções da carga tributária não poderá ser distribuído aos sócios e constituirá reserva de incentivo fiscal da pessoa jurídica. Tal reserva somente pode ser utilizada para absorção de prejuízos ou aumento do capital social. O valor acumulado dos benefícios usufruídos pela TIM Celular em 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro de 2014 equivalem a R\$947.538.

c. Reservas de lucros

c.1 Reserva legal

Refere-se à destinação de 5% do lucro líquido relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de cada ano, até que a reserva iguale 20% do capital social. Adicionalmente, a Companhia poderá deixar de constituir a reserva legal quando esta, somada às reservas de capital, exceder 30% do capital social. Esta reserva só pode ser utilizada para aumentar o capital ou compensar prejuízos acumulados.

c.2 Reserva estatutária para expansão

A formação desta reserva tem previsão no parágrafo 2º do art. 46 do estatuto social da Companhia e no art. 194 da Lei 6.404/76 e tem como finalidade a expansão dos negócios sociais.

O saldo do lucro que não tenha destinação compulsória a outras reservas e que não seja destinado ao pagamento de dividendos é destinado a esta reserva, que não poderá ultrapassar 80% do capital social. Atingindo este limite, caberá à Assembleia Geral deliberar sobre o saldo, procedendo à sua distribuição aos acionistas ou ao aumento de capital.

d. Dividendos

Os dividendos são calculados de acordo com o estatuto social e com a Lei das Sociedades por Ações.

Segundo seu último estatuto social, aprovado em 12 de dezembro de 2013, a Companhia deve distribuir como dividendo obrigatório a cada exercício social findo em 31 de dezembro, desde que haja valores disponíveis para distribuição, quantia equivalente a 25% sobre o lucro líquido ajustado.

TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- Continuação
Em 30 de junho de 2015 e 2014
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Em 31 de dezembro de 2014, os dividendos foram calculados como segue:

	<u>12/2014</u>
Lucro líquido do exercício	1.546.419
(-) Constituição da reserva legal	<u>(77.322)</u>
Lucro líquido ajustado	<u>1.469.097</u>
Dividendos a distribuir	
Dividendos mínimos calculados com base em 25% do lucro ajustado	<u>367.274</u>
Dividendos por ação (valores expressos em reais)	0,1518

A Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária (“AGOE”) da TIM Participações S.A., realizada em 14 de abril de 2015, aprovou o pagamento dos dividendos mínimos obrigatórios no valor de R\$367.274. O referido valor foi distribuído no dia 16 de junho de 2015.

29 Opções de compra de ações

Plano 2011 - 2013

Em 5 de agosto de 2011, foi aprovado pela Assembleia Geral de Acionistas da TIM Participações S.A. o plano de incentivo de longo prazo, concedido a altos administradores e àqueles que ocupam posições chave na Companhia e em suas controladas.

O exercício das opções está condicionado ao atingimento de 2 metas de performance simultaneamente: (1) crescimento do valor da ação ordinária da TIM Participações e (2) performance do valor das ações da TIM Participações em relação a um índice de *benchmark*, definido pela Administração da TIM e composto basicamente por ações de outras empresas de telecomunicações, tecnologia e mídia.

O prazo de vigência das opções é de 6 anos e a Companhia não tem nenhuma obrigação legal ou não formalizada de recomprar ou liquidar as opções em dinheiro.

- **Outorga 2011:**

Em relação à Outorga 2011, um terço das opções pôde ter sido exercido ao fim do mês de julho de 2012. No entanto, ao fim do mês de julho de 2013, dois terços das opções não puderam ser exercidos, pois não houve o atendimento das condições mínimas de performance acumuladas entre 2011 e 2013. Ao fim do primeiro semestre de 2014, os três terços puderam ser exercidos. As condições de performance desta outorga foram medidas no triênio 2012 a 2014, sendo a mensuração em julho de cada ano.

Na data de outorga (05/08/2011), o valor de exercício das opções concedidas foi calculado através da média ponderada do preço das ações da TIM Participações S.A.. Tal média considerou o volume negociado e preço de negociação das ações da TIM Participações no período dos 30 dias anteriores à data de 20/07/2011 (data em que o Conselho de Administração da Companhia aprovou o benefício).

TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- Continuação
Em 30 de junho de 2015 e 2014
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Em 05/08/2011, foram outorgadas opções correspondentes ao direito de compra de 2.833.596 ações. Em 30 de setembro de 2014, todas as 1.532.132 opções passíveis de exercício já haviam sido exercidas. As 1.301.464 restantes são consideradas como caducas, por não terem cumprido as condições mínimas de elegibilidade ao exercício previstas no Plano.

Em 30 de junho de 2015, já não há nenhuma opção pendente ou passível de exercício.

Os dados significativos incluídos no modelo foram: preço médio ponderado da ação de R\$8,31 na data da concessão, preço de exercício de R\$8,84, volatilidade de 51,73% a.a., uma vida esperada da opção correspondente a 6 anos e uma taxa de juros anual sem risco de 11,94% a.a. A volatilidade foi mensurada com base nas cotações de ações ordinárias em um período de 6 anos.

- **Outorga 2012:**

Em relação à Outorga 2012, um terço das opções não pôde ser exercido no início do mês de setembro de 2013, pois não houve o atendimento das condições mínimas de performance. Dois terços puderam ser exercidos no início de setembro de 2014. Três terços poderão ser exercidos no início de setembro de 2015, desde que obedecidas as condições mínimas de performance. As condições de performance desta outorga são medidas no triênio 2013 a 2015, sendo a mensuração em julho e agosto de cada ano.

Na data de outorga (05/09/2012), o valor de exercício das opções concedidas foi calculado através da média ponderada do preço das ações da TIM Participações S.A.. Tal média considerou o volume negociado e preço de negociação das ações da TIM Participações no período de 01/07/2012 a 31/08/2012.

Em 05/09/2012, foram outorgadas opções correspondentes ao direito de compra de 2.661.752 ações. Em 30 de junho de 2015, havia 153.670 opções passíveis de serem exercidas. Até esta mesma data, foram exercidas 896.479 opções e há ainda 372.742 opções que estão *unvested*, que devem aguardar a próxima janela de apuração para definição sobre as condições de exercício.

Os dados significativos incluídos no modelo foram: preço médio ponderado da ação de R\$8,96 na data da concessão, volatilidade de 50,46% a.a., uma vida esperada da opção correspondente a 6 anos e uma taxa de juros anual sem risco de 8,89% a.a. A volatilidade foi mensurada com base nas cotações de ações ordinárias da TIM em um período de 6 anos.

- **Outorga 2013:**

Em relação à Outorga 2013, um terço das opções pôde ser exercido ao fim do mês de julho de 2014. Dois terços poderão ser exercidos ao fim do mês de julho de 2015 e três terços poderão ser exercidos ao fim do mês de julho de 2016, desde que obedecidas as condições mínimas de performance. As condições de performance desta outorga são medidas no triênio 2014 a 2016, sendo a mensuração em julho de cada ano.

Na data de outorga (30/07/2013), o valor de exercício das opções concedidas foi calculado através da média ponderada do preço das ações da TIM Participações S.A.. Tal média considerou o volume negociado e preço de negociação das ações da TIM Participações no período dos 30 dias anteriores à data de 20/07/2013.

TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- Continuação
Em 30 de junho de 2015 e 2014
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Em 30/07/2013, foram outorgadas opções correspondentes ao direito de compra de 3.072.418 ações. Em 30 de junho de 2015, não havia opções passíveis de serem exercidas. Até esta mesma data, foram exercidas 971.221 opções e há ainda 1.531.984 opções estão *unvested*, que devem aguardar a próxima janela de apuração para definição sobre as condições de exercício.

Os dados significativos incluídos no modelo foram: preço médio ponderado da ação de R\$8,13 na data da concessão, volatilidade de 48,45% a.a., uma vida esperada da opção correspondente a 6 anos e uma taxa de juros anual sem risco de 10,66% a.a. A volatilidade foi mensurada com base nas cotações de ações ordinárias da TIM em um período de 6 anos.

Plano 2014 – 2016

Em 10 de abril de 2014, foi aprovado pela Assembleia Geral de Acionistas da TIM Participações S.A. um novo plano de incentivo de longo prazo, concedido a altos administradores e àqueles que ocupam posições chave na Companhia e em suas controladas.

O exercício das opções não está condicionado ao atingimento de metas específicas de performance.

O prazo de vigência das opções é de 6 anos e a Companhia não tem nenhuma obrigação legal ou não formalizada de recomprar ou liquidar as opções em dinheiro.

• **Outorga 2014:**

Em relação à Outorga 2014, as condições de performance serão medidas no triênio 2015 a 2017, sendo a mensuração realizada nos 30 dias anteriores à data definida pelo Conselho de Administração (29 de setembro de cada ano).

Na data de outorga (29/09/2014), o valor de exercício das opções concedidas foi calculado através da média ponderada do preço das ações da TIM Participações S.A.. Tal média considerou o volume negociado e preço de negociação das ações da TIM Participações nos 30 dias anteriores à data definida pelo Conselho de Administração (29 de setembro de 2014).

Em 29/09/2014, foram outorgadas opções correspondentes ao direito de compra de 1.456.353 ações. Em 30 de junho de 2015, não há opções passíveis de serem exercidas. Da totalidade de opções citadas, 150.791 são consideradas como caducas, por não terem cumprido as condições mínimas de elegibilidade ao exercício previstas no Plano.

Os dados significativos incluídos no modelo foram: preço médio ponderado da ação (preço base) de R\$13,42 na data da concessão, volatilidade de 44,6% a.a., uma vida esperada da opção correspondente a 6 anos e uma taxa de juros anual sem risco de 10,66% a.a. A volatilidade foi mensurada com base nas cotações de ações ordinárias da TIM em um período de 6 anos.

Utilizando-se o princípio de competência contábil, as despesas atreladas ao plano de benefícios de longo prazo vêm sendo apropriadas mensalmente e, ao final do período de 6 meses, totalizaram R\$2.102 (vide nota 28).

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- Continuação

Em 30 de junho de 2015 e 2014

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

30 Receita operacional líquida

	Consolidado	
	06/2015	06/2014
Receita de serviços - Móvel		
Assinatura e utilização	5.040.945	5.552.984
Uso de rede	847.679	1.402.920
Longa distância	1.406.168	1.586.398
VAS – Serviços adicionais	3.738.604	3.077.103
Outros	169.596	133.067
	<u>11.202.992</u>	<u>11.752.472</u>
Receita de serviços - Fixa	479.242	442.570
Receita de serviços	<u>11.682.234</u>	<u>12.195.042</u>
Venda de mercadorias	1.772.903	2.010.526
Receita operacional bruta	<u>13.455.137</u>	<u>14.205.568</u>
Deduções da receita bruta		
Impostos incidentes	(3.241.797)	(3.292.259)
Descontos concedidos	(1.182.893)	(1.321.270)
Devoluções e outros	(130.698)	(115.082)
	<u>(4.555.388)</u>	<u>(4.728.611)</u>
Total da receita líquida	<u>8.899.749</u>	<u>9.476.957</u>

31 Custo dos serviços prestados e das mercadorias vendidas

	Consolidado	
	06/2015	06/2014
Pessoal	(46.548)	(36.675)
Serviços de terceiros	(252.526)	(214.507)
Interconexão e meios de conexão	(1.441.076)	(1.766.291)
Depreciação e amortização	(1.245.295)	(1.141.115)
Taxas ANATEL	(7.335)	(6.673)
Aluguéis e seguros	(241.646)	(207.123)
Outros	(9.182)	(10.462)
Custo dos serviços prestados	<u>(3.243.608)</u>	<u>(3.382.846)</u>
Custo das mercadorias vendidas	<u>(1.294.706)</u>	<u>(1.473.856)</u>
	<u>(4.538.314)</u>	<u>(4.856.702)</u>

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- Continuação

Em 30 de junho de 2015 e 2014

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

32 Despesas de comercialização

	Consolidado	
	06/2015	06/2014
Pessoal	(333.269)	(297.548)
Serviços de terceiros	(1.084.574)	(1.093.749)
Publicidade e propaganda	(294.124)	(319.559)
Perda e provisão para créditos de liquidação duvidosa	(116.064)	(153.256)
Taxas ANATEL	(509.654)	(518.045)
Depreciação e amortização	(80.601)	(79.939)
Aluguéis e seguros	(41.750)	(48.663)
Outras	(20.020)	(25.882)
	<u>(2.480.056)</u>	<u>(2.536.641)</u>

33 Despesas gerais e administrativas

	Controladora		Consolidado	
	06/2015	06/2014	06/2015	06/2014
Pessoal	(5.665)	(5.373)	(137.324)	(123.366)
Serviços de terceiros	(3.516)	(7.547)	(218.882)	(270.671)
Depreciação e amortização	-	-	(142.261)	(87.040)
Aluguéis e seguros	(105)	(97)	(31.308)	(33.037)
Outras	(978)	(543)	(21.845)	(24.541)
	<u>(10.264)</u>	<u>(13.560)</u>	<u>(551.620)</u>	<u>(538.655)</u>

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- Continuação

Em 30 de junho de 2015 e 2014

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

34 Outras receitas (despesas), líquidas

	Controladora		Consolidado	
	06/2015	06/2014	06/2015	06/2014
Receitas				
Receita de subvenção líquida	-	-	12.178	4.013
Multas sobre serviços de telecomunicações	-	-	19.184	17.284
Resultado na alienação de ativos (*)	-	-	922.374	458
Outras receitas	695	-	12.519	1.239
	<u>695</u>	<u>-</u>	<u>966.255</u>	<u>22.994</u>
Despesas				
FUST/FUNTTEL	-	-	(76.940)	(97.404)
Impostos, taxas e contribuições	-	-	(973)	(1.734)
Provisão para processos judiciais e administrativos, líquida de reversão	(272)	(16)	(146.473)	(117.240)
Outras despesas	(7)	-	(10.824)	(11.485)
	<u>(279)</u>	<u>(16)</u>	<u>(235.210)</u>	<u>(227.863)</u>
Amortização de autorizações	-	-	(175.734)	(179.292)
	<u>(279)</u>	<u>(16)</u>	<u>(410.944)</u>	<u>(407.155)</u>
Outras receitas (despesas), líquidas	<u>416</u>	<u>(16)</u>	<u>555.311</u>	<u>(384.161)</u>

(*) No dia 29 de abril de 2015 a TIM Celular transferiu 4.176 torres para ATC conforme contrato celebrado entre as partes em 2014 (vide nota 1 e 19). Cada transação de venda e aluguel foi considerada como uma operação de venda e *leaseback*, conforme previsto no IAS17/CPC 06 (R1). O *leaseback* foi analisado e classificado como *leasing* financeiro, considerando os requisitos previstos no IAS17/CPC 06 (R1).

Os riscos e benefícios dos ativos foram repassados ao comprador em abril de 2015. Para tais itens, um total de R\$976.544 (R\$808.584, líquido de valores residuais) foi reconhecido como receita diferida (nota 25). Para os demais ativos, foi reconhecido um montante de R\$920.733 (R\$917.548 líquido de valores residuais e baixa do ARO) como outras receitas operacionais em virtude da alienação dos ativos.

35 Receitas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	06/2015	06/2014	06/2015	06/2014
Juros sobre aplicações financeiras	2.544	652	255.330	220.823
Juros de clientes	-	-	29.441	27.034
Juros <i>swap</i>	-	-	61.645	38.343
Juros s/ leasing	-	-	11.803	20.571
Atualização monetária	477	2.468	24.866	18.837
Variação cambial	32	78	463.757	117.874
Outras receitas	-	-	4.268	2.341
	<u>3.053</u>	<u>3.198</u>	<u>851.110</u>	<u>445.823</u>

TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- Continuação

Em 30 de junho de 2015 e 2014

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

36 Despesas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	06/2015	06/2014	06/2015	06/2014
Juros sobre empréstimos e financiamentos	-	-	(99.548)	(160.027)
Juros sobre fornecedores	-	-	(75.019)	(49.381)
Juros sobre impostos e taxas	2	4	(16.042)	(4.108)
Juros <i>swap</i>	-	-	(138.201)	(76.979)
Juros s/ leasing	-	-	(44.838)	(21.806)
Atualização monetária	(142)	(2.082)	(76.419)	(65.969)
Descontos concedidos	-	-	(30.437)	(37.271)
Variação cambial	(76)	(17)	(462.985)	(119.836)
Outras despesas	(156)	(151)	(23.588)	(18.986)
	<u>(372)</u>	<u>(2.246)</u>	<u>(967.077)</u>	<u>(554.363)</u>

37 Despesas de imposto de renda e contribuição social

	Consolidado	
	06/2015	06/2014
Imposto de renda e contribuição social correntes		
Imposto de renda do período	(235.244)	(203.846)
Contribuição social do período	(87.126)	(75.562)
Incentivo fiscal – SUDENE/SUDAM	51.287	64.777
	<u>(271.083)</u>	<u>(214.631)</u>
Imposto de renda e contribuição social diferidos		
Imposto de renda diferido	(187.840)	(73.442)
Contribuição social diferida	(67.621)	(26.439)
	<u>(255.461)</u>	<u>(99.881)</u>
Provisão para contingências de imposto de renda e contribuição social	(3.464)	-
	<u>(530.008)</u>	<u>(314.512)</u>

TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- Continuação
 Em 30 de junho de 2015 e 2014
 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas com os valores refletidos no resultado está demonstrada a seguir:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>06/2015</u>	<u>06/2014</u>	<u>06/2015</u>	<u>06/2014</u>
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	1.239.095	737.746	1.769.104	1.052.258
Alíquota fiscal combinada	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal combinada	<u>(421.292)</u>	<u>(250.834)</u>	<u>(601.495)</u>	<u>(357.768)</u>
<i>(Adições) / exclusões:</i>				
Prejuízos fiscais e diferenças temporárias não reconhecidas	(2.385)	(4.290)	(3.249)	(15.703)
Resultado de equivalência patrimonial	423.729	255.126	-	-
<i>Adições, exclusões permanentes:</i>				
Doações não dedutíveis	-	-	(1.588)	(2.923)
Multas não dedutíveis	(52)	(2)	(3.311)	(4.112)
Perdas contas a receber <i>Co Billing</i>	-	-	(2.654)	(6.490)
Alienação ARO - venda torres	-	-	52.759	-
Outras adições e exclusões permanentes	-	-	(3.600)	(409)
Incentivo fiscal SUDENE/SUDAM	-	-	51.287	64.777
IR e CS diferidos baixa ARO	-	-	(22.698)	-
Outros valores	-	-	4.541	8.116
	<u>421.292</u>	<u>250.834</u>	<u>71.487</u>	<u>43.256</u>
Imposto de renda e contribuição social registrados ao resultado do período	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(530.008)</u>	<u>(314.512)</u>
Alíquota efetiva	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>29,96%</u>	<u>29,89%</u>

De acordo com o Decreto 3.000/1999, em seu art. 443, inciso I, para que subvenções para investimento não sejam computadas no lucro real, as mesmas devem ser registradas como reserva de capital, que somente poderá ser utilizada para absorver prejuízos ou ser incorporada ao capital social. A controlada TIM Celular possui benefícios fiscais que se enquadram nestas regras.

TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- Continuação

Em 30 de junho de 2015 e 2014

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

A Companhia efetuou estudos acerca dos potenciais impactos fiscais decorrentes da distribuição de dividendos em excesso em relação aos valores apurados consoantes os métodos e os critérios contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2007 (data anterior à vigência da Lei 11.638/07). O efeito máximo da aplicação da Medida Provisória 627/13, convertida na Lei 12.973/14, não geraria impactos relevantes para a Companhia, razão pela qual a mesma não optou pela aplicação da referida norma a partir do ano-calendário de 2014. Tal procedimento está de acordo com os termos dos arts. 75 e 96, da Lei 12.973/14. Para 2015, a Companhia adotou todas as providências para se enquadrar ao regramento introduzido pela Lei supracitada.

38 Lucro por ação

(a) Básico

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações emitidas durante o exercício.

	<u>06/2015</u>	<u>06/2014</u>
Lucro atribuível aos acionistas da sociedade	1.239.095	737.746
Quantidade média ponderada de ações emitidas (milhares)	2.420.237	2.416.837
Lucro básico por ação (expresso em R\$)	0,5120	0,3053

(b) Diluído

O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações em circulação, para presumir a conversão de todas as ações potenciais dilutivas.

	<u>06/2015</u>	<u>06/2014</u>
Lucro atribuível aos acionistas da sociedade	1.239.095	737.746
Quantidade média ponderada de ações emitidas (milhares)	2.420.629	2.418.762
Lucro diluído por ação (expresso em R\$)	0,5119	0,3050

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- Continuação
Em 30 de junho de 2015 e 2014
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

39 Transações com Grupo Telecom Itália

Os saldos consolidados das transações com empresas do Grupo Telecom Itália são os seguintes:

	Ativo	
	06/2015	12/2014
Grupo Telecom Argentina (1)	2.563	2.843
Telecom Italia Sparkle (1)	6.210	7.282
Lan Group (4)	5.132	6.345
TIM Brasil (6)	2.458	2.458
Outros	674	674
Total	17.037	19.602

	Passivo	
	06/2015	12/2014
Telecom Italia S.p.A. (2)	13.593	31.095
Grupo Telecom Argentina (1)	999	1.246
Telecom Italia Sparkle (1)	20.264	14.638
Italtel (3)	37.835	36.849
Lan Group (4)	7.219	3.094
TIM Brasil (6)	17.079	3.780
Outros	1.733	3.683
Total	98.722	94.385

	Receita	
	06/2015	06/2014
Telecom Italia S.p.A. (2)	1.605	1.446
Grupo Telecom Argentina (1)	2.730	4.765
Lan Group (4)	610	281
Telecom Italia Sparkle (1)	3.099	5.565
Total	8.044	12.057

	Custo/Despesa	
	06/2015	06/2014
Telecom Italia S.p.A. (2)	3.332	2.861
Telecom Italia Sparkle (1)	18.998	8.370
Grupo Telecom Argentina (1)	1.201	1.304
Lan Group (4)	23.164	18.716
Generali (5)	471	5.482
Outros	149	-
Total	47.315	36.733

TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- Continuação
Em 30 de junho de 2015 e 2014
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

- (1) Os valores referem-se a *roaming*, serviços de valor adicionado – VAS, cessão de meios e voz internacional-wholesale .
O “Grupo Telecom Argentina” é composto pelas empresas: Telecom Personal, Telecom Argentina e Nucleo.
- (2) Os valores referem-se a *roaming* internacional, assistência técnica e serviços de valor adicionado – VAS.
- (3) Os valores referem-se ao desenvolvimento e manutenção de *softwares* utilizados no faturamento de serviços de telecomunicações.
- (4) Os valores referem-se a aluguel de *links*, aluguel de EILD, aluguel de meios (cabo submarino) e serviço de sinalização.
- (5) Os valores referem-se a contratação de seguros para cobertura de riscos operacionais, responsabilidade civil, saúde, entre outros.
- (6) Referem-se principalmente a depósitos judiciais feitos em razão de causas trabalhistas.

Os saldos das contas patrimoniais estão registrados nos grupos: contas a receber, despesas antecipadas, fornecedores e outros ativos e passivos circulantes.

40 Honorários da Administração

O pessoal-chave da Administração inclui: diretores estatutários e o Conselho de Administração. A remuneração do pessoal-chave da Administração pela prestação dos seus serviços, está apresentada a seguir:

	<u>06/2015</u>	<u>06/2014</u>
Salários e outros benefícios de curto prazo	6.408	5.718
Pagamentos com base em ações	1.576	2.076
	<u>7.984</u>	<u>7.794</u>

41 Transações com Grupo Telefónica

Em 28 de abril de 2007, Assicurazioni Generali SpA, Intesa San Paolo S.p.A, Mediobanca S.p.A, Sintonia S.p.A e a Telefónica S.A. assinaram um acordo para, a partir da *holding* Telco S.p.A (“Telco”), passar a deter 23,6% do capital votante da Telecom Italia S.p.A., controladora indireta da TIM Participações, operação aprovada pela Anatel em 5 de novembro de 2007, juntamente com a imposição de restrições de direitos à Telefónica S.A. para garantir a segregação dos negócios e operações de ambos os grupos Telefónica e TIM, no Brasil.

TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- Continuação

Em 30 de junho de 2015 e 2014

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Posteriormente, em abril de 2010, como condição para aprovação da operação pelo CADE, as controladoras da Telco firmaram um Termo de Compromisso de Desempenho (“TCD”) fixando as regras de participação da Telefónica nas deliberações da Telecom Italia, e sua restrição de governança quanto às atividades da controlada no mercado brasileiro, tendo a controladora da TIM Participações, a TIM Brasil também assinado o referido TCD na qualidade de Parte Interveniente.

Em 4 de dezembro de 2013, em processo de fiscalização do cumprimento do TCD, o CADE aplicou sanção de multa à TIM Brasil porque a empresa teria deixado de apresentar contrato firmado com empresa do Grupo Telefónica antes da celebração do TCD. Em 16 de dezembro de 2013, a TIM Brasil apresentou embargos de declaração, que automaticamente suspenderam a obrigação de pagamento da multa até que o CADE julgasse o recurso.

Em 22 de dezembro de 2014, o Conselho Diretor da Anatel anuiu com o pedido de cisão da Telco S.p.A. apresentado por Assicurazioni Generali S.p.A., Mediobanca S.p.A., Intesa Sanpaolo S.p.A. e Telefónica S.A., condicionando a operação de cisão à suspensão de todos os direitos políticos da Telefónica na Telecom Italia e empresas controladas, revogando os compromissos de acompanhamento anteriormente estabelecidos. Ademais, de acordo com a decisão da Anatel, qualquer participação acionária da Telefónica na Telecom Italia deve ser eliminada no prazo de 18 (dezoito) meses.

No CADE, o Ato de Concentração referente à cisão foi aprovado no dia 25 de março de 2015, condicionado à celebração e ao cumprimento, pela Telefónica, de Acordo em Controle de Concentrações (“ACC”), que tem como propósito viabilizar o total desinvestimento da Telefónica na Telecom Italia, fixando as obrigações consideradas necessárias pelo CADE para mitigar preocupações concorrenciais advindas da participação direta da Telefónica na Telecom Italia.

Paralelamente à análise da operação de cisão da Telco, a Anatel e o CADE aprovaram a aquisição da GVT pela Telefônica Brasil S.A., em dezembro de 2014 e março de 2015, respectivamente. Como parte do pagamento pela aquisição da GVT, a Telefónica ofereceu à Vivendi 8,3% do capital social da Telecom Italia (participação que a Telefónica passaria a deter diretamente após a conclusão da cisão da Telco). Outrossim, como resultado da operação, a Vivendi deteria temporariamente 11,3% do capital social sem direito a voto da Telefônica Brasil. Com o objetivo de mitigar problemas concorrenciais decorrentes da participação simultânea da Vivendi na Telefônica Brasil e na Telecom Italia, ACCs específicos foram firmados entre o CADE e a Vivendi e entre o CADE e a Telefônica Brasil. A Anatel também impôs algumas restrições à Vivendi e à Telefônica Brasil quando da aprovação da operação.

Nesse contexto, nos autos do processo relativo à operação da Telco, o CADE confirmou a extinção das obrigações fixadas no TCD também em relação à TIM Brasil. Por meio da mesma decisão, o CADE determinou que o valor da multa imposta à TIM Brasil, em dezembro de 2013, deve ser dividido com a Telefónica. O pagamento de metade da multa foi realizado pela TIM Brasil no dia 27 de maio de 2015 no montante de R\$500.

Por meio de fato relevante divulgado em 24 de junho de 2015, a Telefónica informou “o total desinvestimento de sua participação na Telecom Italia S.p.A., em conformidade com os compromissos regulatórios e concorrenciais assumidos”.

TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- Continuação
Em 30 de junho de 2015 e 2014
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

As empresas do Grupo TIM continuam atuando no mercado brasileiro com a mesma independência e autonomia de antes da Operação, mantendo ampla transparência sobre transações com o Grupo Telefónica no Brasil, inclusive divulgando em suas informações trimestrais os montantes totais e a natureza destas transações.

Em 30 de junho de 2015, entre as operadoras do grupo TIM, controladas pela TIM Participações, e as operadoras do grupo Telefónica no Brasil, estavam em vigor, exclusivamente, contratos relacionados à prestação de serviços de telecomunicações, abrangendo: interconexão, *roaming*, compartilhamento de sites e de infraestrutura, provimento de linhas dedicadas sob a modalidade de exploração industrial, bem como acordos de cofaturamento de chamadas de longa distância, todos realizados de acordo com condições de mercado e, quando aplicável, de acordo com a regulamentação brasileira dos serviços de telecomunicações conforme apresentado abaixo:

	Consolidado	
	06/2015	12/2014
Ativo	336.978	310.732
Passivo	(122.077)	(75.083)
	06/2015	06/2014
Receita	489.471	627.389
Custo/Despesa	313.997	428.487

42 Instrumentos financeiros e gestão de riscos

A Companhia, através de suas controladas, realiza transações com instrumentos financeiros derivativos, sem fins especulativos, apenas com o objetivo de i) reduzir riscos relacionados à variação cambial e ii) gerenciar exposição de taxas de juros. Os instrumentos financeiros derivativos da Companhia estão representados em sua totalidade por contratos de *swap*, não possuindo, portanto, derivativos exóticos ou outras modalidades de derivativos.

Os instrumentos financeiros da Companhia estão sendo apresentados, por meio de suas controladas, em atendimento ao IAS 32 (CPC 39).

Desta forma, os principais fatores de risco que a Companhia e suas controladas estão expostas são os seguintes:

TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- Continuação
Em 30 de junho de 2015 e 2014
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

(i) Riscos de variações cambiais

Os riscos de variações cambiais relacionam-se com a possibilidade das controladas computarem i) prejuízos derivados de flutuações nas taxas de câmbio aumentando os saldos de dívida com financiamentos obtidos no mercado e as despesas financeiras correspondentes ou ii) aumento de custo em contratos comerciais que possuam algum tipo de vinculação a variação cambial. Para que esses tipos de riscos sejam mitigados, as controladas realizam contratos de swap com instituições financeiras.

Em 30 de junho de 2015, os empréstimos e financiamentos das controladas indexados à variação de moedas estrangeiras se encontram integralmente protegidos, tanto em prazo quanto em valor, por contratos de swap. Os ganhos ou perdas com esses contratos de swap são registrados no resultado de suas controladas.

Além dos riscos mencionados acima não existem outros ativos e passivos financeiros em montantes significativos que estejam indexados a moedas estrangeiras.

(ii) Riscos de taxa de juros

Os riscos da taxa de juros relacionam-se com:

- A possibilidade de variações no valor justo dos financiamentos obtidos pela controlada TIM Celular indexados à TJLP, quando tais taxas não acompanharem proporcionalmente as taxas referentes aos Certificados de Depósito Interbancários (CDI). Em 30 de junho de 2015 a controlada TIM Celular não possuía nenhuma operação de swap atrelada a TJLP.

- A possibilidade de um movimento desfavorável nas taxas de juros causaria um aumento nas despesas financeiras das controladas, em decorrência da parcela da dívida e das posições passivas que as controladas possuem nos contratos de swap atrelados a taxas de juros flutuantes (percentual do CDI). Todavia, em 30 de junho de 2015, as controladas mantêm seus recursos financeiros aplicados em Certificados de Depósitos Interbancários (CDI), o que reduz substancialmente esse risco.

(iii) Risco de crédito inerente à prestação de serviços

O risco está relacionado à possibilidade de as controladas computarem prejuízos derivados da incapacidade dos assinantes honrarem os pagamentos dos valores faturados. Para minimizar este risco, as controladas realizam preventivamente análises de crédito de todos os pedidos imputados pelas áreas de vendas e monitora as contas a receber de assinantes, bloqueando a capacidade de utilização de serviços, entre outras ações, caso os clientes não paguem suas dívidas. Não há clientes que tenham contribuído com mais de 10% das contas a receber líquidas de serviços prestados em 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro de 2014 ou das receitas de serviços prestados nos semestres findos em 30 de junho de 2015 e 2014.

TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- Continuação
 Em 30 de junho de 2015 e 2014
 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

(iv) Risco de crédito inerente à venda de aparelhos telefônicos e de cartões de telefones pré-pagos

A política das controladas para venda de aparelhos telefônicos e distribuição de cartões de telefones pré-pagos está diretamente relacionada aos níveis de risco de créditos aceitos durante o curso normal do negócio. A seleção de parceiros, a diversificação da carteira de contas a receber, o monitoramento das condições de empréstimos, as posições e limites de pedidos estabelecidos para os negociantes, a constituição de garantias reais são procedimentos adotados pelas controladas para minimizar possíveis problemas de cobrança com seus parceiros comerciais. Não há clientes que tenham contribuído com mais de 10% das contas a receber líquidas de venda de mercadorias em 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro de 2014. Não há também nenhum cliente que, individualmente, tenha contribuído com mais de 10% das receitas de venda de mercadorias nos semestres findos em 30 de junho de 2015 e 2014.

(v) Risco de crédito financeiro

O risco está relacionado à possibilidade das controladas computarem perdas derivadas da dificuldade de resgate das aplicações financeiras de curto prazo e dos contratos de *swap*, em razão de eventual insolvência das contrapartes. As controladas minimizam o risco associado a esses instrumentos financeiros mantendo operações apenas com instituições financeiras de reconhecida solidez no mercado, além de seguirem política que estabelece níveis máximos de concentração de risco por instituição financeira.

Valor justo dos instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos consolidados estão apresentados a seguir:

	06/2015			12/2014		
	Ativo	Passivo	Líquido	Ativo	Passivo	Líquido
Operações com derivativos	586.170	(89.169)	497.001	510.698	(67.044)	443.654
Parcela circulante	113.884	(50.226)	63.658	47.541	(67.044)	(19.503)
Parcela não circulante	472.286	(38.943)	433.343	463.157	-	463.157

Os instrumentos financeiros derivativos consolidados em 30 de junho de 2015 vencíveis a longo prazo obedecem ao seguinte escalonamento:

	Ativo	Passivo
2016	254.229	16.537
2017	103.926	-
2018	29.657	-
2019	14.288	22.406
2020 em diante	70.186	-
	<u>472.286</u>	<u>38.943</u>

TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- Continuação
Em 30 de junho de 2015 e 2014
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Ativos e passivos financeiros consolidados mensurados pelo valor justo:

06/2015			
	<u>Nível 1</u>	<u>Nível 2</u>	<u>Saldo total</u>
Ativos			
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado			
Títulos para negociação	45.339		45.339
Derivativos usados para <i>hedge</i>		586.170	586.170
Total do ativo	45.339	586.170	631.509
Passivos			
Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado			
Derivativos usados para <i>hedge</i>		89.169	89.169
Total do passivo		89.169	89.169
12/2014			
	<u>Nível 1</u>	<u>Nível 2</u>	<u>Saldo total</u>
Ativos			
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado			
Títulos para negociação	41.149		41.149
Derivativos usados para <i>hedge</i>		510.698	510.698
Total do ativo	41.149	510.698	551.847
Passivos			
Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado			
Derivativos usados para <i>hedge</i>		67.044	67.044
Total do passivo		67.044	67.044

O valor justo dos instrumentos financeiros negociados em mercados ativos é baseado nos preços de mercado, cotados na data do balanço. Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem prontos e regularmente disponíveis a partir de uma Bolsa, distribuidor, corretor, grupo de indústrias, serviço de precificação, ou agência reguladora, e aqueles preços representam transações de mercado reais e que ocorrem regularmente em bases puramente comerciais. Esses instrumentos estão incluídos no Nível 1. Os instrumentos incluídos no Nível 1 compreendem, principalmente, os investimentos patrimoniais de Certificados de Depósitos Bancários (CDB) e Compromissadas classificados como títulos para negociação.

O valor justo dos instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos de balcão) é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação maximizam o uso dos dados adotados pelo mercado onde está disponível e confiam o menos possível nas estimativas específicas da entidade. Se todas as informações relevantes exigidas para o valor justo de um instrumento forem adotadas pelo mercado, o instrumento estará incluído no nível 2.

Se uma ou mais informações relevantes não estiverem baseadas em dados adotados pelo mercado, o instrumento estará incluído no nível 3.

Técnicas de avaliação específicas utilizadas para valorizar os instrumentos financeiros incluem:

TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- Continuação
 Em 30 de junho de 2015 e 2014
 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

- Preços de mercado cotados ou cotações de instituições financeiras ou corretoras para instrumentos similares.
- O valor justo de *swaps* de taxa de juros é calculado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados com base nas curvas de rendimento adotadas pelo mercado.
- Outras técnicas, como a análise de fluxos de caixa descontados, são utilizadas para determinar o valor justo para os instrumentos financeiros remanescentes.

Os valores justos dos instrumentos financeiros derivativos das controladas foram determinados por meio de fluxos de caixa futuros (posição ativa e passiva) utilizando as condições contratadas e trazendo esses fluxos a valor presente por meio de descontos pelo uso de taxa futura de juros divulgada por fontes de mercado. Os valores justos foram estimados em um momento específico, com base em informações disponíveis e metodologias de avaliação próprias.

Instrumentos financeiros por categoria

Os instrumentos financeiros da Companhia por categoria podem ser assim resumidos:

	Consolidado		
	Empréstimos e Recebíveis	Ativos ao valor justo por meio do resultado	Total
30 de junho de 2015			
Ativo, conforme o balanço patrimonial			
Instrumentos financeiros derivativos		586.170	586.170
Contas a receber de clientes e demais contas a receber, excluindo pagamentos antecipados	3.173.676		3.173.676
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado		45.339	45.339
Caixa e equivalentes de caixa	4.842.123		4.842.123
Arrendamento mercantil - leasing	197.620		197.620
	8.213.419	631.509	8.844.928

	Consolidado		
	Passivos mensurados ao valor justo por meio do resultado	Outros passivos financeiros	Total
30 de junho de 2015			
Passivo, conforme o balanço patrimonial			
Empréstimos		6.793.980	6.793.980
Instrumentos financeiros derivativos	89.169		89.169
Fornecedores e outras obrigações, excluindo obrigações legais		3.975.840	3.975.840
Arrendamento mercantil - leasing		1.325.261	1.325.261
	89.169	12.095.081	12.184.250

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- Continuação
Em 30 de junho de 2015 e 2014
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

	Consolidado		
	Empréstimos e Recebíveis	Ativos ao valor justo por meio do resultado	Total
31 de dezembro de 2014			
Ativo, conforme o balanço patrimonial			
Instrumentos financeiros derivativos		510.698	510.698
Contas a receber de clientes e demais contas a receber, excluindo pagamentos antecipados	3.567.303		3.567.303
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado		41.149	41.149
Caixa e equivalentes de caixa	5.232.992		5.232.992
Arrendamento mercantil - leasing	195.036		195.036
	8.995.331	551.847	9.547.178

	Consolidado		
	Passivos mensurados ao valor justo por meio do resultado	Outros passivos financeiros	Total
31 de dezembro de 2014			
Passivo, conforme o balanço patrimonial			
Empréstimos		6.754.419	6.754.419
Instrumentos financeiros derivativos	67.044		67.044
Fornecedores e outras obrigações, excluindo obrigações legais		5.402.204	5.402.204
Arrendamento mercantil - leasing		329.669	329.669
	67.044	12.486.292	12.553.336

Gestão de capital

Os objetivos do Grupo ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade do Grupo para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

Política de proteção de riscos financeiros adotada pela Companhia – Síntese

A política da Companhia estabelece que devem ser adotados mecanismos de proteção contra riscos financeiros decorrentes da contratação de financiamentos, em moeda estrangeira, com o objetivo de administrar a exposição de riscos associados a variações cambiais.

TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- Continuação

Em 30 de junho de 2015 e 2014

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

A contratação de instrumentos financeiros derivativos contra a exposição cambial deve ocorrer simultaneamente à contratação da dívida que deu origem a tal exposição. O nível de cobertura a ser contratado para as referidas exposições cambiais é de 100% do risco, tanto em prazo quanto em valor.

Em 30 de junho de 2015, não há quaisquer tipos de margens ou garantias aplicadas às operações com instrumentos financeiros derivativos da Companhia e de suas controladas.

Os critérios de seleção das instituições financeiras obedecem a parâmetros que levam em consideração o *rating* disponibilizado por renomadas agências de análise de risco, patrimônio líquido e níveis de concentração de operações e recursos.

As operações com instrumentos financeiros derivativos contratados pelas controladas e vigentes em 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro de 2014 estão demonstradas no quadro a seguir:

30 de junho de 2015

MOEDA	Tipo de SWAP	CONTRAPARTE		Total Dívida	Total Swap (Ponta Ativa Accrual)	% Cobertura	TAXAS MÉDIAS SWAP	
		DIVIDA	SWAP				Ponta Ativa	Ponta Passiva
USD	LIBOR X DI	BEI	Santander, CITI, MS e BOFA	1.477.100	1.476.264	100%	LIBOR 6M + 0,89% a.a.	90,07% do CDI
USD	LIBOR X DI	BNP	CITI, JP Morgan	185.747	185.747	100%	LIBOR 6M + 2,53% a.a.	97,42% do CDI
USD	LIBOR X DI	KfW	JP Morgan	276.809	276.809	100%	LIBOR 6M + 1,35% a.a.	102,50% do CDI
USD	LIBOR X DI	BOFA	BOFA	371.882	371.882	100%	LIBOR 3M + 1,35% a.a.	102,00% do CDI
USD	PRE X DI	JP Morgan	JP Morgan	155.890	155.890	100%	1,73% a.a.	101,50% do CDI
USD	PRE X DI	CISCO	Santander	249.191	249.191	100%	1,8% a.a.	92,71% do CDI

31 de dezembro de 2014

MOEDA	Tipo de SWAP	CONTRAPARTE		Total Dívida	Total Swap (Ponta Ativa Accrual)	% Cobertura	TAXAS MÉDIAS SWAP	
		DIVIDA	SWAP				Ponta Ativa	Ponta Passiva
USD	LIBOR X DI	BEI	Santander, CITI, MS e BOFA	1.264.369	1.264.369	100%	LIBOR 6M + 0,86% a.a.	95,25% do CDI
USD	LIBOR X DI	BNP	CITI, JP Morgan	190.841	190.841	100%	LIBOR 6M + 2,53% a.a.	97,42% do CDI
USD	LIBOR X DI	KfW	JP Morgan	266.509	266.509	100%	LIBOR 6M + 1,35% a.a.	102,5% do CDI
USD	LIBOR X DI	BOFA	BOFA	318.387	318.387	100%	LIBOR 3M + 1,35% a.a.	102,00% do CDI
USD	PRE X DI	JP Morgan	JP Morgan	133.448	133.448	100%	1,73% a.a.	101,50% do CDI
USD	PRE X DI	CISCO	Santander	239.998	239.998	100%	1,8% a.a.	92,72% do CDI

Moeda Valor de Referência Valor Justo

TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- Continuação
 Em 30 de junho de 2015 e 2014
 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

	Objeto	(Nocional)				
		06/2015	12/2014	06/2015	12/2014	
Risco cambial USD contra CDI	Proteção integral do risco de variação cambial, obtidas junto aos Bancos, BNP Paribas, BEI, BOFA, Cisco, KFW e JP Morgan.	BRL	2.181.548	1.901.769		
Posição ativa				2.700.825	2.377.645	
Posição passiva				(2.203.824)	(1.933.991)	
Saldo líquido						
TOTAL			2.181.548	1.901.769	497.001	443.654

No mês de março de 2015 a Companhia realizou junto ao Bank of América e ao Santander a reversão de duas operações de swap e contratou simultaneamente com as mesmas instituições duas novas operações de swap mantendo as mesmas taxas de juros de sua ponta em dólar (perna ativa) e alterando apenas a taxa de juros da ponta em CDI (perna passiva). Por consequência disso, a Companhia continua coberta em 100% de seu risco cambial atrelado a empréstimos e financiamentos. A reversão e contratação dos swaps simultâneos também resultaram na (i) monetização do resultado positivo do MTM; (ii) redução do risco com as contrapartes; e (iii) redução do % do CDI (Ponta Passiva).

Quadro demonstrativo de análise de sensibilidade – efeito na variação do valor justo dos swaps

Para fins de identificação de possíveis distorções advindas das operações com instrumentos financeiros derivativos consolidados atualmente vigentes, uma análise de sensibilidade foi realizada considerando três cenários distintos (provável, possível e remoto) e seus respectivos impactos nos resultados obtidos, quais sejam:

Descrição	06/2015	Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto
Dívida em USD (BNP Paribas, BEI, BOFA, Cisco, KFW e JP Morgan)	2.700.199	2.700.199	3.393.998	4.095.298
Valor justo da ponta ativa do swap	2.700.199	2.700.199	3.393.998	4.095.298
Valor justo da ponta passiva do swap	(2.202.037)	(2.202.037)	(2.207.978)	(2.214.118)
Exposição líquida no swap	498.162	498.162	1.186.020	1.881.180

TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- Continuação
Em 30 de junho de 2015 e 2014
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Como as controladas possuem apenas instrumentos financeiros derivativos para fins de proteção das suas respectivas dívidas financeiras, as variações dos cenários são acompanhadas do respectivo objeto de proteção, mostrando assim que os efeitos referentes à exposição gerada nos *swaps* terão sua contrapartida refletidos na dívida. Para estas operações, as suas controladas divulgaram o valor justo do objeto (dívida) e do instrumento financeiro derivativo de proteção em linhas separadas, conforme demonstrado acima no quadro demonstrativo de análise de sensibilidade, de modo a informar sobre a exposição líquida de suas controladas em cada um dos três cenários mencionados.

Salientamos o fato de que as operações com instrumentos financeiros derivativos contratados pelas controladas têm como único objetivo o de proteção patrimonial. Desta forma, uma melhora ou piora em seus respectivos valores de mercado equivalerá a um movimento inverso nas correspondentes parcelas do valor da dívida financeira contratada, objeto dos instrumentos financeiros derivativos das controladas.

Nossas análises de sensibilidade referentes aos instrumentos financeiros derivativos vigentes em 30 de junho de 2015 foram realizadas considerando, basicamente, as premissas relacionadas às variações nas taxas de juros de mercado e a variação do dólar americano utilizadas nos contratos de *swap*. A utilização destas premissas em nossas análises se deve exclusivamente às características de nossos instrumentos financeiros derivativos, os quais apresentam exposição somente às variações na taxa de juros e de câmbio.

Tendo em vista as características dos instrumentos financeiros derivativos das controladas, nossas premissas levaram em consideração, basicamente, o efeito i) da variação do CDI e; ii) variações do dólar americano utilizadas nas operações, atingindo, respectivamente, os percentuais e cotações indicados abaixo:

Variável de risco	Cenário provável	Cenário possível	Cenário remoto
CDI	13,64%	17,05%	20,46%
USD	3,1026	3,8783	4,6539

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- Continuação
Em 30 de junho de 2015 e 2014
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Quadro com ganhos e perdas com derivativos no período

	06/2015
Risco cambial USD contra CDI	327.815
Ganhos líquidos	327.815

Conforme já mencionado acima, no mês de março a Companhia realizou junto ao Bank of América e ao Santander a reversão de duas operações de swap e contratou simultaneamente com as mesmas instituições duas novas operações de swap, o que resultou em ganhos líquidos para a Companhia no montante de R\$ 334 milhões.

43 Seguros

A Companhia e suas controladas mantêm política de monitoramento dos riscos inerentes às suas operações. Por conta disso, em 30 de junho de 2015, a Companhia e suas controladas possuíam contratos de seguros em vigor para cobertura de riscos operacionais, responsabilidade civil, saúde, entre outros. A Administração da Companhia e de suas controladas entende que as apólices representam valores suficientes para cobrir eventuais perdas. Os principais ativos, responsabilidades ou interesses cobertos por seguros e os respectivos montantes são demonstrados a seguir:

Modalidades	Valores Segurados
Riscos Operacionais	R\$37.832.247
Responsabilidade Civil Geral – RCG	R\$80.000
Automóvel (Frota Executivos e Operacionais)	R\$1.000 para Responsabilidade Civil Facultativo (Danos Materiais e Danos Corporais) e R\$100 para Danos Morais.

44 Compromissos

Aluguéis

A Companhia e suas controladas alugam equipamentos e imóveis por meio de diversos contratos de aluguel com vencimento em diferentes datas. Seguem abaixo os pagamentos mínimos futuros relacionados a esses contratos de aluguel:

2016	657.045
2017	694.496
2018	729.221
2019	765.682
2020	803.966
	3.650.410

TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- Continuação

Em 30 de junho de 2015 e 2014

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

45 Despesas por natureza

	06/2015	06/2014
Despesas por natureza		
Custo dos serviços prestados e das mercadorias vendidas	(4.538.314)	(4.856.702)
Comercialização	(2.480.056)	(2.536.641)
Gerais e administrativas	(551.620)	(538.655)
Outras receitas (despesas), líquidas	555.311	(384.161)
	(7.014.679)	(8.316.159)
 Classificados como:		
Pessoal	(517.141)	(457.589)
Publicidade e propaganda	(294.124)	(319.559)
Serviços de terceiros	(1.549.975)	(1.571.203)
Interconexão/Interligação	(1.441.076)	(1.766.291)
Custo das mercadorias vendidas	(1.294.706)	(1.473.856)
Depreciação e amortização	(1.643.891)	(1.487.386)
Perda e provisão para créditos de liquidação duvidosa	(116.064)	(153.256)
Impostos, taxas e contribuições	(594.902)	(623.856)
Aluguéis e seguros	(314.704)	(288.823)
Provisão para processos administrativos e judiciais	(146.473)	(117.240)
Treinamento	(6.007)	(7.724)
Resultado na alienação de ativos (vide nota 34)	922.374	458
Outros	(17.990)	(49.834)
	(7.014.679)	(8.316.159)

46 Divulgações suplementares sobre informações dos fluxos de caixa consolidado

	06/2015	06/2014
Juros pagos	195.243	139.050
Imposto de renda e contribuição social pagos	63.671	147.282
Leasing financeiro	976.544	3.287

* * *

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS**

RELATÓRIO DE REVISÃO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos
Administradores e Acionistas
TIM Participações S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da TIM Participações S.A., contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2015, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo nessa data, incluindo o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas de acordo com a Deliberação CVM 673/11 (que aprovou o pronunciamento técnico CPC 21(R1) – Demonstração Intermediária) e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS**

RELATÓRIO DE REVISÃO DOS AUDITORES INDEPENDENTES - Continuação

Conclusão sobre as informações intermediárias individuais e consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a Deliberação CVM 673/11, CPC 21 (R1) e IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais – ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstrações intermediárias do valor adicionado

Revisamos, também, as demonstrações intermediárias do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2015, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais – ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram adequadamente elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Saldos correspondentes

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas, da TIM Participações S.A., referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2014, foram revisadas por outros auditores independentes, sobre as quais emitiram conclusão datada de 31 de julho de 2014, sem ressalvas.

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas, da TIM Participações S.A., referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, foram auditadas por outros auditores independentes, sobre as quais emitiram relatório de auditoria datado de 12 de fevereiro de 2015, sem ressalvas.

São Paulo, 04 de agosto de 2015.

Ricardo Julio Rodil

Contador – CRC-1SP111444/O-1

Baker Tilly Brasil Auditores Independentes S/S

CRC-2SP016754/O-1

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS**

PARECER DO CONSELHO FISCAL

REUNIÃO DE 03 DE AGOSTO DE 2015

Os membros do Conselho Fiscal da TIM Participações S.A. (“Companhia”), no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, conforme previsto no artigo 163 da Lei das Sociedades por Ações, procederam a revisão e análise das informações trimestrais, acompanhadas do relatório de revisão limitada da Baker Tilly Brasil Auditores Independentes S.S., relativos ao período findo em 30 de junho de 2015 e, considerando as informações prestadas pela Administração da Companhia e pelos Auditores Independentes, julgam as informações apropriadas para apresentação ao Conselho de Administração da Companhia, nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

Rio de Janeiro (RJ), 03 de agosto de 2015.

GUIDO VINCI

Presidente do Conselho Fiscal

JOSINO DE ALMEIDA FONSECA

Membro do Conselho Fiscal

OSWALDO ORSOLIN

Membro do Conselho Fiscal

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS**

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Rodrigo Modesto de Abreu (Diretor Presidente), **Guglielmo Noya** (*Chief Financial Officer*), **Daniel Junqueira Pinto Hermeto** (*Purchasing & Supply Chain Officer*), **Mario Girasole** (*Regulatory and Institutional Affairs Officer*), **Leonardo de Carvalho Capdeville** (*Chief Technology Officer*), **Rogério Tostes Lima** (Diretor de Relações com Investidores) e **Jaques Horn** (Diretor Jurídico), na qualidade de Diretores Estatutários da TIM Participações S.A., declaram, nos termos do inciso VI do parágrafo 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480 de 07 de dezembro de 2009, que: reviram, discutiram e concordaram com as Informações Trimestrais da Companhia referentes ao período encerrado em 30 de junho de 2015.

Rio de Janeiro, 4 de agosto de 2015.

RODRIGO MODESTO DE ABREU

Diretor Presidente

GUGLIELMO NOYA

Chief Financial Officer

MARIO GIRASOLE

Regulatory and Institutional Affairs Officer

LEONARDO DE CARVALHO

CAPDEVILLE

Chief Technology Officer

DANIEL JUNQUEIRA PINTO HERMETO

Purchasing & Supply Chain Officer

ROGÉRIO TOSTES LIMA

Diretor de Relações com Investidores

JAQUES HORN

Diretor Jurídico

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS**

**DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O RELATÓRIO DOS AUDITORES
INDEPENDENTES**

Rodrigo Modesto de Abreu (Diretor Presidente), **Guglielmo Noya** (*Chief Financial Officer*), **Daniel Junqueira Pinto Hermeto** (*Purchasing & Supply Chain Officer*), **Mario Girasole** (*Regulatory and Institutional Affairs Officer*), **Leonardo de Carvalho Capdeville** (*Chief Technology Officer*), **Rogério Tostes Lima** (Diretor de Relações com Investidores) e **Jaques Horn** (Diretor Jurídico), na qualidade de Diretores Estatutários da TIM Participações S.A., declaram, nos termos do inciso V do parágrafo 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480 de 07 de dezembro de 2009, que: reviram, discutiram e concordaram com as opiniões expressas no Relatório dos Auditores Independentes da Companhia referente às Informações Trimestrais da Companhia relativas ao período encerrado em 30 de junho de 2015.

Rio de Janeiro, 4 de agosto de 2015.

RODRIGO MODESTO DE ABREU

Diretor Presidente

GUGLIELMO NOYA

Chief Financial Officer

MARIO GIRASOLE

Regulatory and Institutional Affairs Officer

LEONARDO DE CARVALHO CAPDEVILLE

Chief Technology Officer

DANIEL JUNQUEIRA PINTO HERMETO

Purchasing & Supply Chain Officer

JAQUES HORN

Diretor Jurídico

ROGÉRIO TOSTES LIMA

Diretor de Relações com Investidores